

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - ORGANIZACIONAL**

**SANTA CRUZ DO SUL E SUA EVOLUÇÃO URBANA
1855 - 2000**

Ronaldo Wink

Santa Cruz do Sul, setembro de 2000

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - ORGANIZACIONAL

SANTA CRUZ DO SUL E SUA EVOLUÇÃO URBANA
1855 - 2000

Ronaldo Wink

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado – da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz
Co-Orientadora: Prof^ª. Ms. Célia F. de Souza

Santa Cruz do Sul, 15 setembro de 2000

O urbanismo e a arquitetura são a história da necessidade, da adaptação da sociedade aos lugares, criação de ordem, ordenação do mundo e da luz, motivo de religião e desgostos, ostentação e luxo, delicadeza e paixão, amor e forma (Taveira, 1974, p.14).

À Mercedes e Gastão Wink, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da realização deste trabalho, inúmeras pessoas colaboraram de maneira efetiva para torná-lo realidade, e entre os tantos amigos que o fizeram, gostaria de manifestar meus especiais agradecimentos ao Sr. Roberto Steinhaus, coordenador do Arquivo Histórico do Colégio Mauá e a Sra. Neusa Duarte de Quadros, responsável pelo Arquivo Histórico da Prefeitura de Rio Pardo.

Em busca de informações, diversos órgãos e entidades públicas e privadas foram percorridas, entre as quais as Secretarias de Planejamento e Indústria e Comércio da Prefeitura de Santa Cruz do Sul, o Centro de Documentação Histórica da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC), os arquivos fotográficos da coleção Hugo Kuhn e de Sandra Hass Fontoura, entre outros, sendo em todos estes locais, recebido de maneira cordial e atenciosa. Cabe agradecer também a professora Margit Hilbig, pelo paciente e incansável trabalho de digitação realizado.

Por fim, meus sinceros agradecimentos ao orientador desta dissertação, professor Dr. Flávio Madureira Heinz, por sua correta e indispensável colaboração e a co-orientadora, professora Ms. Célia Ferraz de Souza, que com entusiasmo e dedicação desvendou-me o fascinante caminho da evolução urbana.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
1.1 Evolução Urbana	26
1.2 Metodologia	33
2. ANTECEDENTES: A REGIÃO E A COLONIZAÇÃO ALEMÃ	43
2.1 Aspectos Locacionais e Geográficos	44
2.2 A Chegada dos Imigrantes Alemães	54
3. 1ª. FASE - 1849/1859 : ORIGEM	66
3.1 Fatores Locacionais: um traçado quadriculado rasga o chão do Faxinal	66
3.2 Estrutura Urbana: surgimento do núcleo	77
3.3 Fatores Populacionais: os primeiros moradores	83
3.4 Fatores Econômicos: agricultura de subsistência e início das exportações	86
3.5 Fatores Culturais e Político-Institucionais: abertura da primeira escola e elevação a categoria de freguesia	90
4. 2ª FASE – 1859/1878: FREGUESIA E VILA	94
4.1 Fatores Populacionais: chegam novos imigrantes	94
4.2 Fatores Econômicos: a produção simples de mercadorias.....	96
4.3 Fatores Socio-Culturais: organização da sociedade urbana	104
4.4 Estrutura Urbana: a ocupação dos lotes	108
4.5 Fatores Político-Institucionais: o município e vila de Santa Cruz ...	113

5. 3ª FASE - 1878/1917 - TABACO	118
5.1 Fatores Econômicos: a especialização fumageira	118
5.2 Fatores Político-Institucionais: a cidade de Santa Cruz	127
5.3 Fatores Populacionais: crescimento urbano e mobilidade no meio rural	132
5.4 Fatores Socio-Culturais: educação, sociedade e imprensa	136
5.5 Estrutura Urbana: primeiros equipamentos e serviços.....	139
6. 4ª FASE – 1917/1965: INDUSTRIALIZAÇÃO	157
6.1 Fatores Econômicos: nasce a indústria santacruzense	160
6.2 Fatores Político-Institucionais: influências externas	167
6.3 Fatores Socio-Culturais: as grandes guerras e suas conseqüências	169
6.4 Fatores Populacionais: inicia-se o êxodo rural	175
6.5 Estrutura Urbana e Novas Edificações: o auge da arquitetura ecclética	177
6.6 Estrutura Urbana e Equipamentos: lançadas as bases da cidade moderna	184
6.7 Expansão Urbana: o surgimento da periferia	196
7. 5ª FASE – 1965 ATÉ A ATUALIDADE: PÓLO REGIONAL	208
7.1 Fatores Econômicos: a capital do fumo	208
7.2 Fatores Político-Institucionais: na liderança do Vale do Rio Pardo..	214
7.3 Fatores Populacionais: migração rumo a cidade	220
7.4 Fatores Socio-culturais: pólo cultural e universitário	223
7.5 Estrutura Urbana e Equipamentos: uma cidade globalizada	227
7.6 Expansão Urbana: crescimento X qualidade de vida	237
8. TENDÊNCIAS	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
ANEXOS	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

QUADROS

1. Evolução urbana	36
2. Santa Cruz do Sul períodos para análise	40
3. Síntese 1ª Fase – Origem: 1849 – 1859	93
4. Síntese 2ª Fase – Freguesia e Vila: 1859 –1878	117
5. Síntese 3ª Fase – Tabaco: 1878 – 1917	156
6. Santa Cruz do Sul: Indústrias fumageiras segundo a origem do capital – 1956	165
7. Síntese 4ª Fase – Industrialização: 1917 – 1965	207
8. Desnacionalização da indústria fumageira em Santa Cruz do Sul	210
9. Síntese 5ª Fase: Pólo Regional: 1965 até a atualidade.....	247
10. Tendências	254

GRÁFICOS

1. Evolução da População Urbana de Santa Cruz	41
---	----

TABELAS

1. População de Santa Cruz 1849 / 1859	62
2. Terrenos concedidos por quadra 1855 / 1859	77
3. Concessão das chácaras 1855 / 1877	83
4. Moradores na área do Faxinal em 1856	84
5. Profissões na colônia de Santa Cruz em 1854	85
6. Exportações de 1856 (até o mês de agosto)	88
7. População de Santa Cruz em 1859 / 1872	95
8. Principais produtos cultivados em Santa Cruz 1858 / 1866.....	97
9. Fumicultura em Santa Cruz 1861 / 1876	98
10. Atividades profissionais em Santa Cruz – 1866	102

11. Quantidade e valor do fumo em folha, feijão, banha, erva mate	
exportadas pelo município de Santa Cruz no período 1861 / 1916..	119
12. Produção e exportação de fumo em Santa Cruz 1886 / 1915	120
13. Estabelecimentos fabris em Santa Cruz 1895	122
14. Estabelecimentos de fumo preparado existentes em Santa Cruz no	
ano de 1910	124
15. População da vila de Santa Cruz em 1890	133
16. População da vila de Santa Cruz em 1900	134
17. População de Santa Cruz – 1890 / 1917	135
18. Número de edificações por rua em 1893	144
19. População urbana e rural de Santa Cruz do Sul – 1940 / 1960	177
20. Evolução da população urbana e rural de Santa Cruz do Sul –	
1970 / 1990	221

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização das cidades de Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Rio Pardo no RS	47
Figura 02 – Município de Rio Pardo em 1809	51
Figura 03 – Planta da Povoação de Santa Cruz em 1855	76
Figura 04 – Igreja Católica inaugurada em 1863	107
Figura 05 – Igreja Evangélica concluída em 1867	107
Figura 06 – Colégio Evangélico Sinodal em 1872	107
Figura 07 – Planta da Freguesia de Santa Cruz em 1870	112
Figura 08 – Colégio Distrital (1903) e Intendencia Municipal (1889)	130
Figura 09 – Vista geral de Santa Cruz em torno de 1905	130
Figura 10 – Sociedade Aliança Católica (1900)	138
Figura 11 – Prado Santacruzense (1900)	138
Figura 12 – Vista de Santa Cruz em 1880	142
Figura 13 – Rua da República (cerca de 1880)	142
Figura 14 – Intendência Municipal no final do século XIX	145
Figura 15 – Loja Maçônica inaugurada em 1897	145
Figura 16 – Rua da República esquina Júlio de Castilhos (lado Norte)	148
Figura 17 – Rua da República esquina Júlio de Castilhos (lado Sul)	148
Figura 18 – Estação Ferroviária (1905).....	151
Figura 19 - 1º Usina Elétrica Municipal	151
Figura 20 – Hospital Franciscano (1908)	154
Figura 21 - 24º Batalhão de Infantaria do Exército (1917)	154
Figura 22 – Vista geral de Santa Cruz na década de 20	163
Figura 23 – Companhia Brasileira de Fumo em Folha (década de 20)	163
Figura 24 – Clube União situado a rua Júlio de Castilhos	173
Figura 25 – Sociedade Ginástica Santa Cruz e rua 28 de Setembro	173
Figura 26 – Banco Pelotense (1922)	179
Figura 27 – Escritórios da Companhia de Fumos Santa Cruz (1923)	179
Figura 28 – Inauguração da nova Igreja Evangélica em 1924	183

Figura 29 – Nova Igreja Católica de São João Batista antes da demolição do antigo templo (1939)	183
Figura 30 - 2º reservatório d'água construído pelo município (1923)	187
Figura 31 – Nova hidráulica construída pelo Governo do Estado em 1949	187
Figura 32 – Usina Elétrica Municipal no logradouro público (1933)	190
Figura 33 – Sistema de iluminação elétrica na rua da República em torno de 1935	190
Figura 34 – Linha Aérea da Varig na década de 30	195
Figura 35 – Transporte coletivo regional nos anos 40	195
Figura 36 – Planta da cidade de Santa Cruz em 1922	198
Figura 37 – Mapa da cidade de Santa Cruz em 1940	201
Figura 38 – Planta da cidade de Santa Cruz do Sul (1956)	204
Figura 39 – Estação Rodoviária (cerca de 1965)	215
Figura 40 – Vista da Praça da Bandeira e dos prédios do Unibanco (antiga Caixa Santacruzense), Banco do Brasil (centro) e Fórum de Justiça (antigo Colégio Distrital), no início dos anos 70	215
Figura 41 – Parque da FENAF, localizado no antigo logradouro público (1966)	226
Figura 42 – Parque da Oktoberfest (1998)	226
Figura 43 – Distrito Industrial e Avenida Castelo Branco	233
Figura 44 – Aeroporto Luis Beck da Silva	233
Figura 45 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1977 – topografia urbana	240
Figura 46 – Vista aérea no final dos anos 60	242
Figura 47 – Santa Cruz do Sul em 1999	242
Figura 48 – Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano de 1998 – limites de bairros (2000)	245
Figura 49 – Vista da cidade a partir do Cinturão Verde	252

Siglas utilizadas na identificação das fontes:

AHCM – Arquivo Histórico Colégio Mauá.

AHRP – Arquivo Histórico de Rio Pardo.

CEDOC – UNISC: Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz
do Sul.

CHK – Coleção Hugo Kuhn.

CSHF – Coleção Sandra Hass Fontoura.

CRW – Coleção Ronaldo Wink

RESUMO

No decorrer de um período compreendido por quase 150 anos, Santa Cruz do Sul passou de pequena povoação, a condição de pólo industrial e cidade líder da região do Vale do Rio Pardo. Cercada por múltiplos aspectos, esta trajetória através do tempo, foi pontuada por significativos acontecimentos que forjaram sua história e configuração urbana.

Fundada em 1855, o núcleo teve como função inicial, apoiar a produção rural, através de suas incipientes atividades comerciais e de serviço. Ocupando privilegiada posição junto a Estrada de Cima da Serra, a Povoação de Santa Cruz cresceu rapidamente, sendo elevada a categoria de freguesia em 1859.

Com o sucesso e a diversificação das atividades agrícolas, logo iniciaram-se as transações comerciais em maior escala, trazendo progresso ao núcleo, transformado em vila em 1878, juntamente com sua emancipação política de Rio Pardo. Sua trajetória urbana teve prosseguimento,

impulsionada pela produção de tabaco, cujas exportações viabilizaram a instalação de importantes equipamentos e das primeiras indústrias no início do século XX.

A partir de 1917, um forte estímulo foi dado ao processo de urbanização de Santa Cruz, incentivado por sua progressiva industrialização, centrada principalmente na agroindústria fumageira.

Ao longo das décadas de 40 e 50, grandes mudanças econômicas se processaram, alternando fases de crescimento e recessão. O início da transnacionalização do setor agroindustrial fumageiro, após 1965, acarretou igualmente transformações significativas, não somente sobre as relações de produção, bem como sobre a própria estruturação física da cidade, trazendo além das facilidades geradas pela implantação de uma moderna infraestrutura, a migração rural-urbana e a conseqüente expansão dos bairros operários da periferia.

Após décadas de prosperidade, Santa Cruz do Sul, depara-se atualmente com sua excessiva dependência do setor fumageiro, partindo então, para a busca de novas perspectivas econômicas, voltadas para a diversificação industrial e a prestação de serviços, na tentativa de manter sua dinâmica condição de cidade pólo do Vale do Rio Pardo.

ABSTRACT

During the last 150 years, Santa Cruz, originally a small settlement, became an industrial city, leading the development of the Vale do Rio Pardo's region. Surrounded by several aspects, it stretched ahead through time and was marked by meaningful events that influenced its history and present urban shape.

In 1855 the settlement was set up to give support to trading and service activities of agricultural production. An advantageously road built on top of its hills helped the settlement to grow in a very fast way and by the year 1859, just four years after, Santa Cruz do Sul had turned into a village.

With such a success, its agricultural diversity continued to support commerce and trade at a larger range and from village it became a town in 1878, politically independent from Rio Pardo City. And so Santa Cruz do Sul's urban development kept on growing, leveraged by increased tobacco production, processing and export.

Once more, in 1917, increased incentives equipped its urbanization an development due to its status of industrialized village provided mainly by tobacco industries, considered, at that time, one of the first industries of the 20th century.

During the 40's and 50's huge economic changes occurred swinging between periods of growth and recession. The beginning of a transnacionalization of the tobacco industry after 1965 brought along significant transformation not only by increased output but also a modern infrastructure investment was made, affecting Santa Cruz's previous urban lay-out. Rural emigration to town began and it was followed by a natural expansion of the city in its outskirts, where factory workers bought pieces of land, build their houses and raised their families.

After several decades of prosperity, Santa Cruz do Sul is now having to face its excessive dependence on tobacco industry, which has shrunk due to the economic merging processes and advancedment in technology. Lately, Santa Cruz do Sul is searching for other new economical perspectives, looking for greater diversification of its industry and service in order to maintain its conquered dynamic leadership condition in the Vale do Rio Pardo region.

INTRODUÇÃO

Embora não sendo um fato novo, o processo de urbanização da humanidade tem alcançado nas últimas décadas, índices de crescimento verdadeiramente impressionantes. Segundo projeções da Organização das Nações Unidas, em menos de 25 anos metade da população mundial estará vivendo nas cidades, tornando-se comum as aglomerações urbanas com mais de 10 milhões de habitantes, particularmente em países em desenvolvimento (Nações Unidas, 1996).

Estes dados, tendo em vista as precárias condições de habitabilidade da maioria das cidades mundiais, onde imperam a ausência de saneamento básico e segurança, a poluição, os congestionamentos e a pobreza de uma maneira geral, apontam para a instalação de um verdadeiro caos urbano caso medidas urgentes não forem tomadas na tentativa de amenizar os problemas que atualmente, por falta de intervenções adequadas e maiores investimentos em infraestrutura, já apresentam-se de forma preocupante,

numa antevisão de como poderá ser o futuro destes locais independentemente da magnitude de suas populações.

Visando solucionar questões nesta área, o planejamento urbano surge como um instrumento indispensável na tentativa de ordenação da crítica situação já vivenciada por muitas cidades ou para evitá-la em locais onde atitudes preventivas ainda possam garantir melhor qualidade de vida a seus moradores. A prática do urbanismo contudo, envolve um número cada vez maior de elementos que implicam num conhecimento amplo e variado de aspectos relativos a cidade e de todos os fatores que sobre ela interagem.

Para tanto, estudos aprofundados são necessários para que as propostas apresentadas por técnicos e urbanistas venham a atender solicitações cada vez mais complexas exigidas pelas grandes concentrações populacionais. Entre os conhecimentos necessários para uma boa gestão urbanística estão sem dúvida todos aqueles que dizem respeito as origens da cidade através dos tempos, pois por meio deles é que conseguiremos entender melhor todo o intrincado processo de sua formação ao longo dos anos, envolvendo condicionantes internos e externos das mais diversas ordens.

A história da cidade torna-se, portanto, de fundamental importância não somente como registro de sua trajetória urbana, abrangendo fatores econômicos, sociais, políticos, locais e populacionais mas também por

disponibilizar informações que poderão embasar e justificar uma série de propostas de planejamento, tanto em nível local como regional, justamente quando ingressamos em uma época de valorização do tema e reconhecimento de que somente o planejamento técnico e multidisciplinar poderá levar as vantagens da vida na cidade à todos os que nela habitam.

Neste aspecto a falta de conhecimentos específicos sobre a origem e evolução urbana de Santa Cruz do Sul, constitui-se sem dúvida, em um grande obstáculo diante do qual deparam-se tanto pesquisadores da história local, quanto profissionais ligados ao setor público de planejamento urbano, no momento da realização de análises e projetos envolvendo a questão. As dificuldades por eles encontradas quando da necessidade de informações mais detalhadas que dizem respeito a trajetória urbana da cidade são consideráveis, haja visto que a este importante tema, não foi dada ainda a devida atenção, formalizada através de estudos mais detalhados, reunindo o material existente e submetendo-o a uma análise criteriosa e esclarecedora sobre o assunto.

A ausência de um estudo sobre o crescimento e desenvolvimento¹ de Santa Cruz do Sul, resulta em uma lacuna significativa em sua própria memória, dificultando inclusive a compreensão de sua situação histórica em relação a região e ao Estado, bem como do papel do cidadão como

¹ Crescimento urbano significando neste estudo a expansão física e populacional da cidade, e desenvolvimento urbano, o progresso econômico, social e cultural de um núcleo, através do surgimento de indicadores de qualidade de vida e prosperidade material.

integrante deste complexo sistema composto pelo homem e o meio em que vive pois:

“A cidadania só se constrói sobre uma base sólida, que é dada, entre outros fatores, pelos referenciais que os cidadãos têm de sua cidade e que permitem a construção da memória coletiva da população. Sem conhecê-los, sem saber o que representam, o que representam os prédios, as ruas e quais são as práticas sociais que vêm sendo aí desenvolvidas, não há condições de se desenvolver um cidadão por inteiro.” (Souza, 1997^B, p.121)

O desconhecimento destas questões, tende também a menosprezar fatos e valores ancestrais da sociedade local, acarretando uma gradual perda da identidade de seus habitantes e uma desvalorização de sua cultura e tradições.

A importância social do tema é caracterizada pela indiscutível função de resgate da memória coletiva e da imagem da cidade, sem os quais não há entendimento, nem compromisso por parte da população, em relação aos valores comuns da sociedade e de cujas particularidades dependem a diferenciação entre os núcleos existentes mundo afora.

Sob estes aspectos e baseado na premissa de que em um processo de evolução urbana existe intrínscia relação entre as funções exercidas pelo núcleo, suas oscilações populacionais e sua expansão física, o estudo se propõe a responder as seguintes questões:

- Como se processou o desenvolvimento urbano de Santa Cruz do Sul?

- Como os fatores e funções exercidas que determinaram sua configuração física ao longo do período analisado?

O presente estudo tem como objetivo geral a criação de um instrumento de análise relacionado a formação da cidade e sua evolução, no intuito de auxiliar na ação do planejamento e na consolidação da cidadania. Visa também coletar, organizar e analisar os dados referentes ao processo de evolução urbana de Santa Cruz do Sul, abrangendo o período iniciado em 1855, quando de sua criação até a atualidade, reconstituindo o processo de urbanização da cidade, tendo como base a análise da interação entre as transformações quantitativas e qualitativas de sua população, relacionando-as as funções exercidas pelo núcleo ao longo do espaço temporal especificado, identificando também fatores que interrelacionados a região e a outras regiões, influenciaram de forma decisiva na formação de sua expressão físico-territorial (Müller, 1976).

A clarificação da questão busca igualmente a implementação de um acervo de conhecimentos a respeito do tema, servindo como base documental sobre o crescimento da cidade, pois a partir da interpretação de seus dados, poderão ser identificadas as regras que presidiram e presidem seu crescimento, projetando igualmente sua configuração urbana futura (Souza, 1997^A, p.17).

O material aqui reunido, além de subsidiar a análise da evolução urbana e embasar o desenvolvimento de trabalhos teóricos nas mais diversas áreas envolvendo a urbanização de Santa Cruz do Sul, poderá também servir de modelo, auxiliando estudos técnicos aplicáveis as demais cidades do Vale do Rio Pardo tendo em vista a vital importância destes locais como vetores do desenvolvimento regional.

1.1 Evolução Urbana

O estudo da cidade como habitat do homem ao longo de sua trajetória sobre a terra, tem revelado inúmeros e surpreendentes aspectos de sua vida social, religiosa, cultural e econômica. Transpassando os tempos muitas civilizações se sucederam, tendo como palco de algumas de suas maiores realizações as grandes aglomerações urbanas. Por sua reconhecida importância, ilustres pensadores a elas se dedicaram, emitindo conceitos de acordo com suas áreas de conhecimento sendo algumas destas visões citadas por Goitia (1982, p.7):

“A da história: ‘A história universal é a história de cidades’, disse Spengler; a da geografia: ‘a natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos’, afirma Vidal de La Blanche; a da economia: ‘em nenhuma civilização a vida das cidades se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria’ (Pirenne); o da política: ‘a cidade, segundo Aristóteles, é um certo número de cidadãos’; a da sociologia: ‘a cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada’ (Munford); a da arte e arquitetura: ‘a grandeza da arquitetura está ligada a da cidade, e a solidez das instituições costuma avaliar-se pela dos muros que as protegem’ (Alberti).”

Como podemos verificar, estes múltiplos aspectos revelam toda a diversidade que envolve o tema, resultado de um grande processo de criação por parte do homem, tornando-se a cidade a própria expressão de seu desenvolvimento como sociedade organizada.

Destacando-se por enfoques históricos, geográficos, sociais, econômicos e políticos, entre outros, as frases anteriormente citadas, trazem-nos a mente cidades que as bem representam: Roma por exemplo, ilustra a frase “a história universal é a história de cidades”, já Veneza é a própria imagem de que “a natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer a suas necessidades e desejos”, Atenas, berço da filosofia política ocidental, nos lembra que “a cidade é um certo número de cidadãos”, e assim por diante, demonstrando desta maneira toda a intensa e variada relação do ser humano com as aglomerações urbanas, cujas imagens foram transformadas em marcos referenciais da memória coletiva de toda a humanidade, sendo transmitidas através dos séculos, de geração a geração.

O inquestionável papel de testemunha da história exercido pelas cidades é também ressaltado por Goitia quando comenta toda a rica interação entre o homem e os núcleos urbanos por eles implantados:

“As cidades são isso; cenários da história, da grande, da pequena, da local, da nacional, da universal; os homens vêm de partes muito diversas, de aldeias, de vilórias distantes; os acontecimentos forjam-se em todo o mundo, mas a cidade é sempre o ponto de convergência, o lugar da ação, onde todos os processos se comprimem, se esquematizam e aceleram, forno de combustão social.

Desde logo fica a memória, a cidade converte-se em arquivo. (Goitia, 1982, p.38)

A partir destas considerações, percebe-se a necessidade de um maior aprofundamento no que diz respeito ao conhecimento da evolução de um núcleo, pois sua análise nos trará dados significativos para a compreensão de todo o processo histórico que resultou em sua configuração urbana atual, indicando também tendências quanto ao seu crescimento futuro.

Esta análise envolve segundo Müller (1976, p.19), quatro grupos de contribuições: a história da cidade, a história do urbanismo, análises morfológicas e teorias do crescimento urbano. Sobre estes grupos cabe ressaltar a relevância dos dois primeiros para a compreensão de todo o processo evolutivo do fenômeno representado pelas aglomerações urbanas desde a antigüidade e suas relações com o homem e o entorno. Já os dois últimos caracterizam-se por sua importância em relação aos estudos analíticos da realidade urbana, os quais antecedem a elaboração de todo e qualquer tipo de planejamento visando a ordenação e expansão das cidades, bem como para a formação de um embasamento teórico que justifique e oriente todo o processo.

As transformações por que passam as cidades ao longo de sua existência são resultado da ação das variadas forças que interagem no contexto de sua criação, desenvolvimento e declínio. Este processo,

segundo Randle (1972, p.8) segue um “ciclo biológico”, sendo composto por seu nascimento, crescimento e em alguns casos, morte. Contando com períodos de apogeu e decadência esta trajetória pode ser comprovada no decorrer de toda a história urbana da humanidade, sendo ainda hoje um realidade facilmente verificável em muitas cidades que nos cercam.

As mudanças ocorridas nos núcleos urbanos são derivadas tanto de acontecimentos de origem externa, centrados particularmente em fatores políticos e econômicos, como também pelas próprias necessidades internas de sua população, fazendo com que alterações estruturais e formais significativas, próprias da dinâmica urbana, sejam implantadas continuamente, conforme explica Souza (1997^B, p.107):

“Desde os tempos mais remotos, as cidades sofrem adaptações e mudanças na sua estrutura física, seja porque em cada tempo cada sociedade apresenta suas próprias características estruturais, seja em função do seu próprio crescimento e desenvolvimento em um determinado período de sua história. Equipamentos vão sendo construídos, aumenta-se o número de moradias, abrem-se ruas, constroem-se pontes, ou ainda obras de infraestrutura (água, esgoto, energia, etc.) essas transformações marcam o processo da evolução urbana”.

Estas modificações contudo, nem sempre são facilmente absorvidas pela própria comunidade que muitas vezes acaba se ressentindo de suas conseqüências:

“A cidade vai se transformando, através de seu processo de desenvolvimento e crescimento, por necessidade de se adaptar às novas demandas. Muitas vezes, chega a surgir um clamor de toda a comunidade, no sentido de sua adequação aos novos tempos. Todavia, assim que ela se transforma, olhares saudosistas não faltam para dizer o quanto ela era bela, por que não, feliz...”

Na verdade, junto com as formas da cidade que se vão ou que se transformam, vão-se, também, passagens de vida dos habitantes, experiências comuns, locais de encontro significativos ou mesmo de emoções vividas. A perda dessas referências concretas, passam a ter um valor inestimável para as pessoas que ali viveram, mas normalmente elas só se dão conta, a partir do momento irreversível, assim como também acontece na perda de outros valores.” (Souza, 1995, p.116)

Diante da impossibilidade de manutenção de todo o conjunto representativo da história urbana de um núcleo, cabe a seu estudo, a tarefa de identificar e analisar seu processo evolutivo, resgatando ao menos a memória de sua trajetória no tempo.

A necessária interdisciplinariedade para o bom entendimento do fenômeno urbano, acaba por reunir um variado elenco de disciplinas, algumas de origem recente, outras já bastante tradicionais, resultando em um conjunto teórico capaz de revelar toda a complexidade e amplitude do problema. Entre as principais ciências que auxiliam na compreensão deste processo, destacam-se a geografia urbana, a história econômica, social e cultural do local, a sociologia, a antropologia, a análise locacional e a história da arquitetura e da paisagem.

Apesar de enfatizar aspectos históricos e sociais, o estudo da evolução urbana tem na relação espaço-tempo um de seus mais importantes componentes pois esta, além de atuar como substrato, viabiliza a comparação dos diferentes períodos vividos pela cidade ao longo de sua existência. Quanto a isto Munford, (apud Randle 1972, p.68) complementa:

“Las ciudades son um producto del tiempo, son los moldes en los cuales la vida de los hombres se há enfriado y congelado, dando forma permanente, mediante el arte, a momentos que de outra manera se desvanecerían com lo viviente y no dejarían tras de sí los medios de una renovación o participación. En la ciudad, el tiempo se hace visible, los edificios, los monumentos y las avenidas públicas caem en forma más directa bajo la mirada d muchos hombres que los artefactos dispersos de la campanã y dejan una huella más profunda aun en las mentes de los ignorantes o de los indiferentes. Mediante el hocho material de la conservación, el tiempo desafía al tiempo, el tiempo choca contra el tiempo.

Las costumbres y los valores sobreviven a las agrupaciones humanas, poniendo de relieve el carácter de las generaciones de acuerdo com los diferentes estratos del tiempo. Las épocas pretéritas, superponiéndose las unas sobre las otras, se conservan en la ciudad hasta que la vida misma amenaza perecer por asfixia.”

O tempo revela-se portanto, estruturador do processo evolutivo do espaço urbano representado pela cidade, pois através de sua correta divisão e interpretação é que se chegará a resultados claros e precisos sobre o tema pois:

“... a história do urbano exige que seja muito bem posta a noção de periodização. Em outras palavras, necessitamos dominar o que entendemos como espaço, e também, dominar a divisão do tempo em períodos. Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo, e nos permite definir nosso objeto de análise. Assim as periodizações podem ser muitas em virtude das diversas escalas de observação.” (Santos, 1994, p.70)

Quanto aos objetivos do estudo da evolução urbana de um núcleo, Randle (1972, p.131) destaca inúmeros deles, sendo comentados a seguir alguns dos mais significativos:

- Conhecer melhor a realidade atual, enfocando além da situação presente da cidade, também a dinâmica que move os acontecimentos hoje vivenciados e que muitas vezes tem suas origens em um tempo pretérito.
- Explicar as mudanças ocorridas no núcleo ao longo de sua existência, analisando igualmente suas origens e conseqüências sobre a cidade, verificando a partir delas, a viabilidade e coerência de novas propostas a serem implementadas .
- Revelar tendências que possam ser identificadas através da análise da linha evolutiva do núcleo, e que indicarão o provável caminho a ser percorrido, podendo então ser alterado ou ratificado.
- Descobrir inércias, representadas sob a forma de elementos estáticos e invariáveis que possam gerar obstáculos ou interferências em relação ao desenvolvimento almejado.
- Apontar critérios para a preservação do que há de mais importante no espaço urbano, pois infelizmente nem tudo o que é histórico ou esteticamente aprazível poderá ser mantido e transmitido ao futuro.
- Reconhecer a instabilidade do entorno, tendo em vista que desde sempre as cidades passaram por transformações, objetivando sua adaptação aos novos tempos, fato este que atualmente tende a ser acentuado devido ao ritmo cada vez mais frenético da própria vida humana.

Sendo assim, ao reunirmos aspectos históricos, espaciais e temporais relativos a cidade, uma série de conhecimentos próprios dos estudos evolutivos nos são revelados, demonstrando toda a validade e importância destas questões para o entendimento do processo de urbanização de um núcleo.

1.2 Metodologia

Para o estudo da evolução urbana de Santa Cruz do Sul, foi empregado como mecanismo de análise, a metodologia desenvolvida pela professora e arquiteta Dóris Maria Müller em sua obra “Crescimento Urbano: um instrumento de análise aplicado ao Vale do Taquari”(1976), tendo como base a lei geral do crescimento urbano, cujo enunciado diz que: “Um núcleo sofre modificações quantitativas e/ou qualitativas em sua população quando ocorrem modificações quantitativas e/ou qualitativas em suas funções” (Müller, 1976, p.39).

A análise da interação entre o crescimento populacional e as funções exercidas por um núcleo urbano, demonstra claramente esta interessante e vital relação entre os dois fatores, resultando em avanços ou retrocessos em seu desenvolvimento. Para melhor entendermos o processo devemos partir da definição de “função urbana”, que segundo Müller (1976, p.33) consiste no conjunto formado por suas atividades dirigidas para o exterior,

que seriam as funções externas e as exercidas a favor da população residente, as funções internas.

Tal conceito devido a sua abrangência, resulta na possibilidade de uma melhor identificação das atividades exercidas pelo núcleo, associadas as movimentações populacionais, assegurando maior clareza da situação em relação a definição apresentada pela “Carta de Atenas”² que apresenta como funções urbanas, o habitar, o trabalhar, o recrear-se e o circular. Estes itens contudo, apresentam-se de forma vaga e indiferenciada, pois estas atividades são próprias de qualquer ser humano, esteja ele na área urbana ou rural, não ressaltando o papel da cidade ou de uma cidade determinada.

As funções urbanas caracterizam-se por sua necessidade de serem exercidas através de atividades comuns a várias pessoas em um processo repetitivo, especializado e institucionalizado, tendo como objetivo o atendimento da cidade, da região e de outras regiões, estando divididas entre o setor secundário, composto pela indústria e o setor terciário envolvendo o comércio, finanças, transportes, administração e os serviços em geral. Visando melhor adequação a metodologia, as funções urbanas foram agrupadas por Müller (1976, p.36) em:

“Funções de apoio à produção compreendendo todos os tipos de coleta, armazenamento e transporte da produção, de comercialização e de finanças; fornecimento de

² “Carta de Atenas”: Documento contendo as diretrizes urbanísticas do movimento modernista resultado de encontro realizado na cidade de Atenas na Grécia em 1933, no qual destacam-se as teorias do arquiteto Franco-Suíço “Le Corbusier”.

insumos; comunicações e energia; serviços especializados, tais como profissões liberais.

Funções voltadas à sobrevivência humana e à qualidade de vida abrangendo desde o abastecimento, habitação, saúde, salubridade e educação, transportes urbanos, comunicação e informação, serviços públicos urbanos, até culto, cultura, recreação e vida comunitária.

Funções de administração pública contendo a administração pública de todos os níveis com seus diversos órgãos, a administração da justiça, a defesa e a segurança. Funções de produção exercidas pelo setor industrial.”

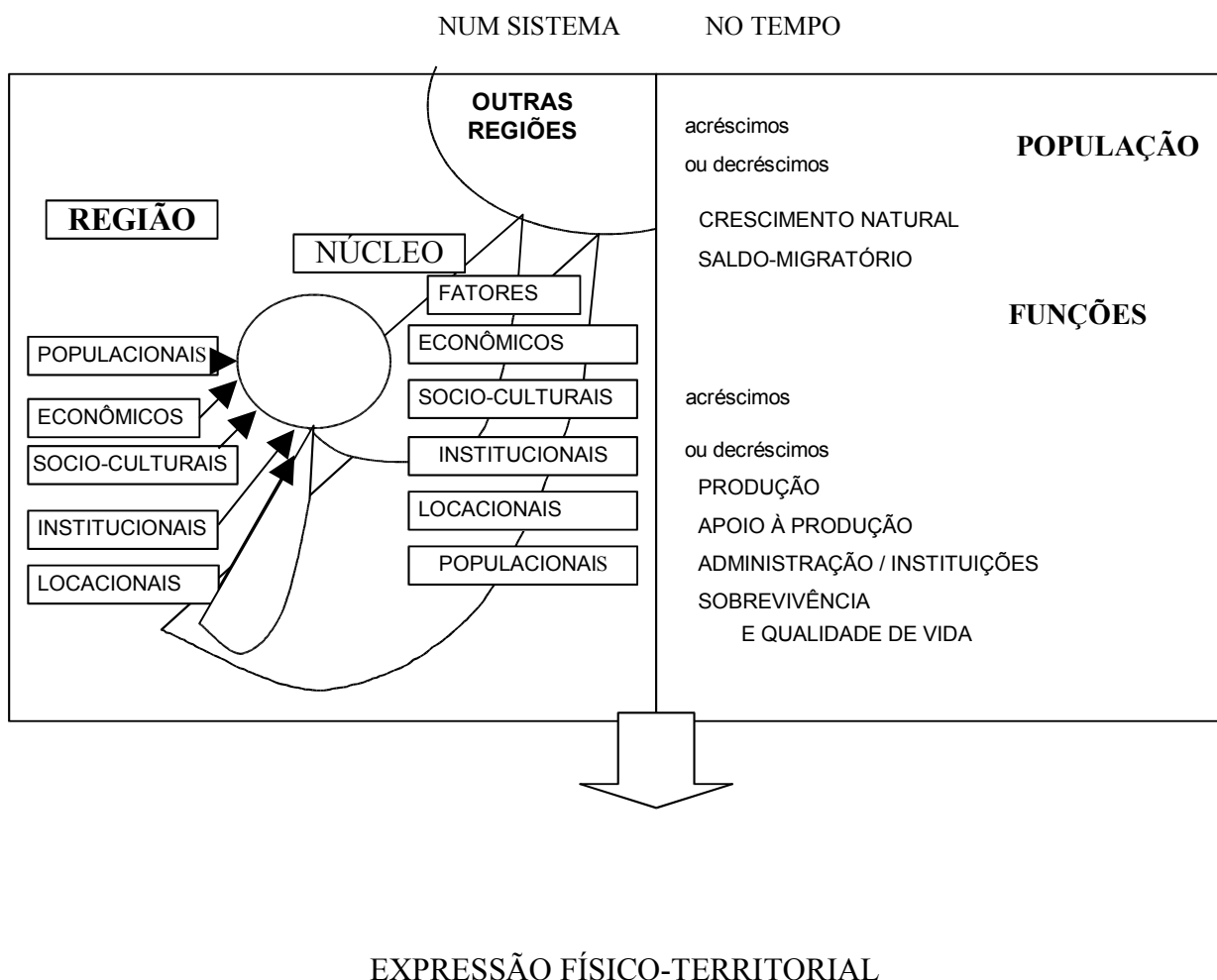
A análise das funções exercidas pela cidade passa obrigatoriamente pelo estudo do contingente humano que com elas esteve envolvido, abrangendo também inúmeros outros fatores tais como locacionais, econômicos, institucionais, políticos e socio-culturais, que nos diferentes períodos de sua evolução exerceram papel de maior ou menor relevância, resultando em transformações físicas e em oscilações populacionais ao longo de sua trajetória como centro aglomerador de atividades humanas. Como as modificações resultantes deste processo não se dão de maneira isolada, as questões anteriormente referidas, são sempre relacionadas a própria região onde se situa o núcleo e a outras regiões com ele envolvidas. Neste sentido Müller (1976, p.36) destaca que:

“Num processo normal de crescimento urbano, há uma permanente interação entre a região, o núcleo e outras regiões que vai chamar novas funções externas e internas e novas populações. No momento em que o processo se invertesse e o núcleo passasse a perder funções, ele simultaneamente conseguia reter cada vez populações menos numerosas.”

Objetivando um melhor entendimento da metodologia proposta, o quadro a seguir resume o processo de análise de crescimento urbano utilizado, demonstrando suas interrelações e causas, resultando na configuração físico-territorial, representada pela cidade.

Quadro 1 – Metodologia e Modelo Teórico de Análise

EVOLUÇÃO URBANA - Crescimento Urbano: Processo



Fonte: Souza, 1997, p.18.

Outro aspecto importante a ser observado objetivando uma maior eficiência metodológica, consiste na correta escolha das fases ou períodos de análise, sempre justificados por fatores ou acontecimentos que marcaram as distintas etapas de sua expansão física e desenvolvimento urbano.

“Para a divisão podem ser usadas tanto seções características da curva representativa do crescimento demográfico como períodos econômicos relevantes ou fatores político-institucionais de influência ou, ainda fatores locais marcantes num período ou noutro.” (Souza, 1997^A, p.19)

Sendo assim, o processo de evolução urbana de Santa Cruz do Sul foi dividido em cinco fases ou períodos históricos, caracterizando-se por questões político-institucionais e econômicas.

1º. Período - Origem: 1849 - 1859:

A 1ª. fase tem início com a chegada dos primeiros imigrantes alemães a área em dezembro de 1849. Esta ocupação dirigida pelo Governo Provincial, resultou também na criação da povoação sede da colônia em 1855. O período caracterizou-se pela economia de subsistência, onde os excedentes agrícolas eram geralmente trocados por produtos não produzidos localmente e pela precariedade dos meios de comunicação, dependentes totalmente do porto de Rio Pardo as margens do Jacuí, distante cerca de 35 km. No ano de 1859 a povoação, devido a seu franco desenvolvimento, foi elevada a categoria de freguesia.

2º. Período - Freguesia e Vila: 1859 - 1878

O progresso da colônia, com sua produção agrícola diversificada, impulsionou o início das exportações, trazendo conseqüentemente o crescimento do núcleo urbano, que aos poucos começou a concentrar atividades de apoio a produção e a população rural. Apartir de 1870, o cultivo do fumo ganha destaque e ao final da década a então Freguesia de Santa Cruz passa a ser denominada de vila, com a instalação da Câmara Municipal em 1878.

3º. Período - Tabaco: 1878 - 1917

Baseada fortemente na produção e exportação do tabaco, Santa Cruz desenvolveu-se rapidamente, concentrando população, equipamentos e serviços. Neste período a instalação do ramal ferroviário, tornou-se um fator econômico decisivo, fazendo crescer constantemente, a partir de então, o ritmo das exportações. A infraestrutura implantada fez gerar as condições para a instalação das primeiras indústrias, atraindo também a primeira empresa de capital estrangeiro à cidade: a British American Tobacco, em 1917.

4º. Período - Industrialização: 1917 - 1965

Fatores externos de origem internacional, como as duas grandes guerras ocorridas respectivamente entre 1914–1918 e 1939-1945, acabaram incentivando tanto a produção agrícola quanto industrial de Santa Cruz. Foi contudo a implantação de seu parque industrial, iniciada no final da fase anterior e fomentada pelo capital comercial acumulado, que veio a caracterizar o período. Nele a cidade teve um rápido crescimento populacional e um incremento de seus serviços e equipamentos urbanos.

5º. Período - Pólo Regional: 1965 - até a atualidade

Nesta última fase, a industrialização continuou acelerada, mantendo-se a especialização fumageira como base econômica não somente da cidade como de toda a região da qual Santa Cruz tornou-se pólo. A transnacionalização de setor, ocorrida a partir de 1965, transformou as relações de produção trazendo grande dinamismo e prosperidade à cidade, conseqüentemente, a rápida industrialização acarretou também, inúmeros problemas tais como a migração rural-urbana e a expansão e o empobrecimento da periferia, além da excessiva dependência econômica da agroindústria fumageira.

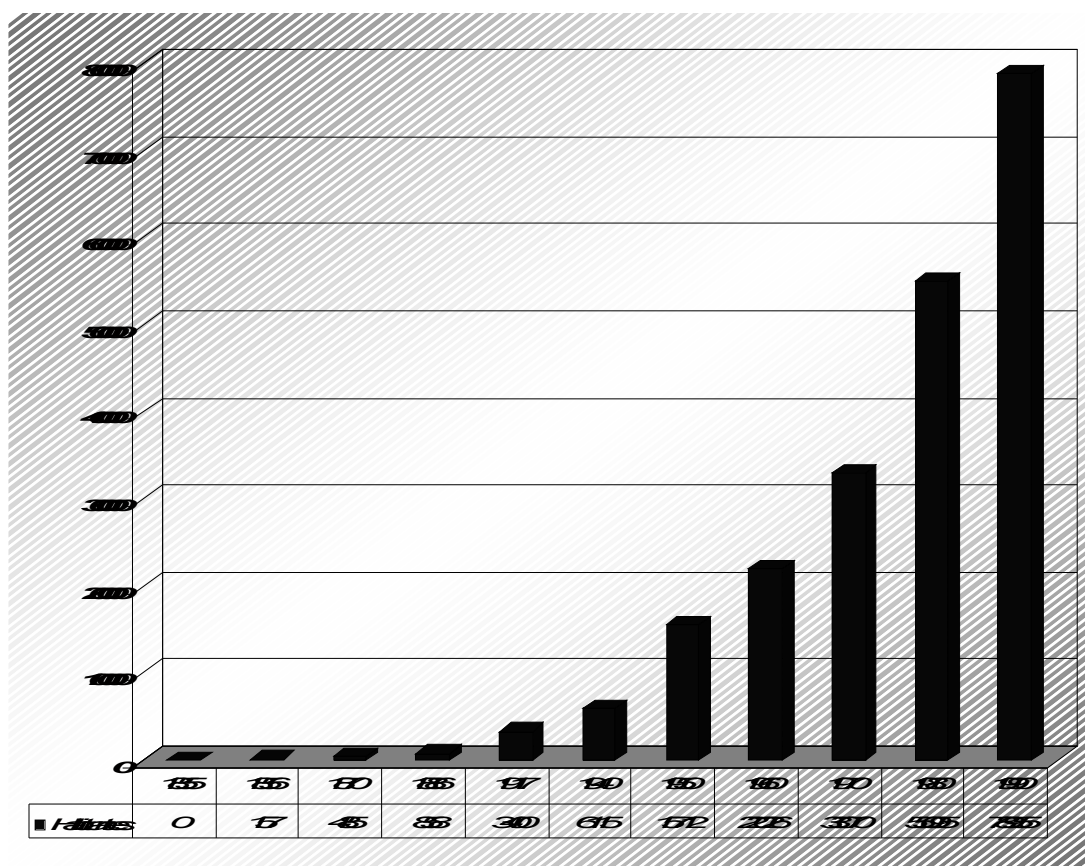
Quadro 2: SANTA CRUZ DO SUL PERÍODOS PARA ANÁLISE:

Fatores Períodos	Populacionais e Socio-culturais	Econômicos	Político- Institucionais
1849-1859	Ocupação da área Colonização Alemã	Produção Agrícola de subsistência	Criação da povoação
1859-1878		Produção agrícola diversificada na região	Emancipação política e elevação a categoria de vila
1878-1917		Tabaco principal produto de exportação	Elevação a categoria de cidade
1917-1965	Estado Novo – (1937- 1945) Desestruturação cultural	Industrialização	
1965 até hoje	Crescimento populacional e expansão da periferia urbana	Economia dependente da agroindústria fumageira	Pólo regional

Embora sendo utilizadas para a definição das fases da evolução urbana de Santa Cruz motivações político-institucionais e econômicas, o

gráfico populacional do período total analisado, apresenta-se de forma significativa, demonstrando sintonia com os acontecimentos ocorridos através de sua configuração ascendente conforme indicado a seguir.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE SANTA CRUZ DO SUL



Fonte: Relatório dos Diretores da Colônia de Santa Cruz, dos Intendentes Municipais e Censos Demográficos do IBGE 1940/1990.

Além das cinco fases, é apresentado como capítulo inicial, um panorama sobre a região e a imigração alemã, abordando aspectos relativos a sua ocupação e desenvolvimento, bem como as motivações que

levaram o Governo Provincial a criar em 1849 a Colônia de Santa Cruz nas então terras devolutas da encosta da serra, localizadas no município de Rio Pardo.

Finalizando, o capítulo intitulado de Tendências, tem como objetivo traçar perspectivas de crescimento para a cidade de Santa Cruz, utilizando-se como base o próprio retrospecto composto por sua evolução urbana, na tentativa de projetar, dentro do contexto atual e das leis vigentes os caminhos a serem trilhados daqui para frente.

Os dados necessários à realização do trabalho foram obtidos junto a bibliografia sobre a questão da evolução urbana, bem como nos arquivos do Colégio Mauá, UNISC e das Prefeituras de Santa Cruz do Sul e Rio Pardo para temas envolvendo a história da cidade e da região. Complementando a parte descritiva, quadros síntese de cada fase, além de tabelas, mapas, plantas e fotografias contribuem de maneira significativa para o entendimento do processo evolutivo da cidade, cujo conhecimento torna-se, sem dúvida, indispensável não somente como registro de sua história, mas também para o embasamento de propostas urbanísticas atuais e futuras, respaldadas em fatores ancestrais e intimamente ligados a seus habitantes.

2. ANTECEDENTES: A REGIÃO E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ

A região atualmente conhecida como Vale do Rio Pardo, onde por ordem do Governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi instalada, no ano de 1849, em terras devolutas localizadas no município de Rio Pardo, a Colônia de Santa Cruz, caracterizava-se a época da chegada dos primeiros imigrantes alemães por suas particularidades quanto ao relevo, vegetação e sua ocupação de origem lusa, iniciada 100 anos antes.

Para melhor entendermos o contexto no qual foram inseridos os imigrantes, torna-se necessária uma rápida análise das questões locacionais acima mencionadas, no intuito de detectarmos como a situação encontrada, tanto pelos primeiros povoadores quanto pelos colonos, refletiu-se no desenvolvimento econômico e populacional da região.

Apesar da grande área territorial de Rio Pardo em torno da metade do século passado, abrangendo boa parte da Província, o sub-capítulo a seguir focalizará apenas o espaço físico envolvendo a sede municipal e a área próxima, palco das principais atividades do período na região e onde

não por acaso foram surgindo aos poucos, os demais núcleos populacionais, sendo o da Colônia de Santa Cruz o objeto de nosso interesse maior. Este recorte contudo, não restringe a relevância da descrição uma vez que até hoje, as características gerais referentes a fração territorial analisada, correspondem ao restante da região, configurada desde então, em duas partes com características bem distintas e que possuem sua interface justamente na área a ser abordada.

2.1 Aspectos Locacionais e Geográficos

Situada no centro do Rio Grande do Sul, a região ocupa parte da faixa de transição de duas zonas fisiográficas características do Estado, ou seja a encosta inferior do nordeste e a depressão central. (Arend, 1977, p. 27). Isto implica em diferenças sensíveis quanto ao relevo e também quanto a vegetação. Os contrastes apresentados por estas duas zonas, cujos limites atravessam no sentido leste-oeste a região em questão, são basicamente os que caracterizam as metades norte e sul do estado, conforme descritas por Etges (1991, p. 68): o norte com seu relevo acidentado, porção meridional do planalto basáltico e coberto de matas e o sul com suas áreas planas, com predomínio de campos e vegetação de baixo porte, compondo a chamada zona de campanha.

A vegetação da região enquadra-se segundo Weibel (1979, p. 228), nos dois tipos principais encontrados no sul do Brasil ou seja, densas matas compostas por árvores tropicais latifoliadas e campos limpos. Nas matas

nativas as espécimes mais comuns são o cedro, açoita-cavalo, cabriúva, palmitos, angico, louro, jérvias entre outras, sempre entremeadas pela vegetação de menor porte e entrelaçadas por cipós. Já os campos limpos subtropicais são constituídos por gramíneas altas e duras e gramíneas rasteiras que cobrem o solo de maneira contínua formando um relvado.

A flora variada é resultante do tipo de solo e relevo, além do clima subtropical que impera na região, apresentando invernos rigorosos, com a ocorrência freqüente de geadas e verões bastante quentes e úmidos. A água é abundante, mantida por chuvas bem distribuídas ao longo do ano e que alimentam inúmeros córregos, que por sua vez abastecem os três principais rios que cortam a região: Rio Pardinho, Rio Pardo e Rio Jacuí, tributários um do outro na ordem apresentada, fazendo parte da bacia hidrográfica do sudeste.

Quanto a fauna nativa, hoje bastante rara, podemos dizer que outrora era composta por uma grande variedade de pássaros como o quero-quero, garças, papagaios, perdizes, macucos, entre outros, e por animais de maior porte como capivaras, veados, tatus, antas, macacos e onças, sendo os dois últimos particularmente encontrados nas zonas de matas. A devastação da fauna e da flora foram intensas na região, principalmente após a ocupação da área de matas pelos colonos alemães que até pouco tempo ainda queimavam a floresta para abrir novas áreas para a agricultura.

Contudo, apesar da grande alteração ocorrida em sua cobertura vegetal, podemos perceber ainda hoje, através do relevo e da vegetação remanescente a dicotomia existente na região, representada pela coexistência de áreas com características tão distintas e ao mesmo tempo tão próximas. Quanto a esta questão Weibel (1979, p. 231) destaca:

“Assim, a mata e o campo são dois mundos inteiramente diferentes no sul do Brasil. São diferentes quanto as condições naturais, tanto quanto as econômicas, sociais e raciais. No planalto ocidental do Rio Grande do Sul, esses dois mundos diferentes se limitam por fronteiras nítidas e distintas, com intervalos de alguns quilômetros, até 30 ou 50 quilômetros.”

A descrição de Weibel, encaixa com precisão a situação encontrada na área analisada, inclusive em relação a distância, que no caso de Rio Pardo e Santa Cruz é de aproximadamente 35 quilômetros. De acordo com o pensamento do autor, veremos a seguir como estas questões se materializaram na região, partindo da ocupação inicial dos campos junto do Jacuí, por elementos de origem lusa já na segunda metade do século XVIII e posteriormente com a ocupação por colonos alemães das matas da encosta da serra a partir de 1849.

A origem de Rio Pardo, está diretamente ligada a assinatura do Tratado de Madri, firmado entre Portugal e Espanha em 1750. Este tratado estabelecia os novos limites entre as possessões das duas coroas na América do Sul e tentava por fim a uma disputa de mais de um século sobre o sul do continente. No intuito de estabelecer um melhor posicionamento militar visando a defesa e demarcação das fronteiras do território, foi criado em 1751, pelo Capitão-General Gomes Freire de Andrade, um depósito de provisões que posteriormente foi transformado na Fortaleza Jesus Maria José, junto a margem esquerda do Rio Jacuí, na confluência com o Rio Pardo (Rezende, 1993, p. 23). Com o passar do tempo, foi sendo erguido em torno da fortaleza um núcleo populacional, formado por militares e suas famílias, tropeiros, comerciantes e colonos açorianos.

Alavancada por sua estratégica posição junto ao Jacuí, Rio Pardo progrediu rapidamente, transformando-se em importante entreposto comercial, estabelecendo a ligação com a fronteira e os campos de cima da serra. Sua economia baseava-se na criação extensiva de gado e na agricultura desenvolvida pelos açorianos, fazendo de Rio Pardo um produtor de culturas variadas como feijão, alpiste, cevada, ervilha, centeio, e trigo¹ (Laytano, 1948, p. 21).

A pujança econômica do município, teve igualmente reflexos no crescimento de sua sede, como bem o descreve o botânico e viajante

¹ A produção tritícola transformou-se, entre os séculos XVIII e XIX, na única cultura comercial do Rio Grande do Sul, até seu declínio iniciado a partir de 1820, quando então foi substituída em larga escala pela pecuária, pois esta apresentava menores riscos e maior lucratividade, estando voltada a produção do charque exportado aos mercados do centro do país. (Elimar Manique da Silva, apud Vogt 1997, p. 7).

frânces, Saint -Hilaire (1974, p. 191), em sua passagem pela região em 1821:

“Sobre a crista de elevada colina corre a principal rua, ficando as demais nos flancos dessa e de outras colinas adjacentes. A maior parte das ruas se comunicam diretamente umas com as outras; por assim dizer não passam de grupos de casas, atiradas aqui e ali, entremeadas de gramados, terrenos baldios e de cercados plantados com laranjeiras; conjunto variado e agradável à vista. A praça pública é pequena. A igreja paroquial forma um de seus lados e não está ainda acabada, o mesmo acontecendo a duas outras pequenas igrejas existentes na cidade. A casa da Câmara, tendo anexo a cadeia, é um edifício térreo. A rua principal é, em parte, calçada e as demais ainda não o são. Todas as casas de Rio Pardo são cobertas de telha; várias grandes e bem construídas. Contam-se em grande número as assobradadas, de um e mesmo dois andares e quase todas as que anunciam abastança têm sacadas envidraçadas”.

Através da análise de Saint-Hilaire, podemos perceber o desenvolvimento de Rio Pardo, na época ainda na categoria de vila, através da existência de edificações de maior porte, como igrejas, edifícios públicos e sobrados, o que para a época constituíam-se em algo incomum, pois poucos eram os núcleos com tais características no Brasil meridional.

Não se sabe com certeza se a vila de Rio Pardo teve algum planejamento inicial, contudo se o teve provavelmente teria surgido como uma complementação do forte. O primeiro desenho da planta entretanto, data do ano de 1829 e é assinado por João Martin Buff, engenheiro e agrimensor alemão que posteriormente assumiria como diretor da Colônia de Santa Cruz. Esta planta apresentava algumas características comuns as cidades do período, ou seja, a rua principal no divisor de águas e as demais formando uma malha ortogonal, porém a abertura posterior de novas ruas não seguiu a ortogonalidade e a rigidez pretendida. (Weimer, 1992, p. 52).

A economia de Rio Pardo teve seu apogeu em torno de 1830, quando era grande a movimentação comercial em função de sua posição geográfica, sendo considerada por Antunes (1933, p. 25) como o “centro comercial do Rio Grande”, descrevendo assim a situação: “No Jacuí navios, lanchas e chatas num vaivém contínuo, carregavam e descarregavam, e carretas tiradas a seis, oito juntas de bois, partiam para diversos pontos da fronteira atulhadas de gêneros, fazendas e bugigangas.”

Este período áureo contudo, teve fim com a eclosão da Revolução Farroupilha em 1835, acontecimento este que trouxe muitos problemas a economia de Rio Pardo, como de igual maneira ao restante da Província, e que se estendeu por dez longos anos, encerrando-se em 1845. Após o fim do conflito, a paz voltou a reinar e em 31 de março de 1846 a vila foi elevada a categoria de cidade, contudo suas atividades econômicas não mais conseguiram recuperar-se plenamente. Nas décadas seguintes uma

série de questões levaram a sua estagnação, notada de maneira mais acentuada a partir de 1865.²

Como forma de novamente intensificar o comércio na Província, particularmente entre Rio Pardo e a região de Cima da Serra foi sancionada a Lei Provincial n.º 111 de 6 de dezembro de 1847, que autorizava a abertura de uma estrada ligando Rio Pardo a Cruz Alta, passando por Rincão Del Rey. Esta nova via é criada como uma alternativa a estrada do Passa Sete, existente desde o século XVIII, mas que encontrava-se sempre em precário estado de conservação (Cunha, 1981, p. 97).

Com a abertura desta estrada, foram favorecidos na época, os proprietários de terras na área norte da cidade de Rio Pardo, sendo eles segundo Martin (1979, p. 34): Peter Kleudgen, de origem teuta e posteriormente agente da Colônia de Santa Cruz na Alemanha, João de Faria, proprietário da área de terras onde seria erguida a povoação de Santa Cruz, Gregório Silveira, José Rodrigues de Almeida, Agostinho de Barros, entre outros proprietários de sesmarias que rodeavam a futura colônia, transformando-a de acordo com o autor, em uma “ilha de terras

² Segundo Rezende (1987, p. 54) as principais causas do declínio econômico de Rio Pardo foram: “os saques sofridos pelo comércio durante a Revolução Farroupilha, (1835-1845), a morte de inúmeros riopardenses na Guerra do Paraguai (1864-1870), a epidemia de cólera-morbus que dizimou a população (1867), os contínuos desmembramentos de territórios, a construção da Estrada de Ferro (1885) e a retirada da Escola Militar e dos últimos batalhões”.

Revista Agora (1996, v2, nº 1, p. 10) destaca também sobre esta questão que: “o fator fundamental do lento crescimento econômico de Rio Pardo a partir de meados do século XIX está vinculado com a incapacidade que teve sua gente, fundamentalmente a sua classe dirigente, de aproveitar a acumulação de capitais proporcionada pela atividade comercial para desenvolver o artesanato, a manufatura e a indústria. Isto é, o capital acumulado, ao que tudo indica, não foi reinvestido em atividades produtivas urbano-industriais.”

devolutas” e que devido as suas características, zona montanhosa e coberta de matas, não atraíram o interesse de nenhum dos antigos povoadores, que a exceção de Peter Kleudgen, prefeririam as terras de campo. (Martin, 1979, p. 34).

A existência de grandes áreas devolutas, formando verdadeiros vazios demográficos na província há muito preocupava o Governo Imperial, somando-se a isto o fato de que nas regiões até então ocupadas, ou seja os campos do sul, o vale do Jacuí e os campos de Cima da Serra, o sistema de grandes propriedades voltadas a criação extensiva, pouco contribuía para o aumento populacional e o surgimento de núcleos urbanos.

Entre estas áreas escassamente povoadas, encontrava-se a quase totalidade da porção norte da Província, cujo relevo e vegetação dificultavam qualquer iniciativa de uma exploração econômica voltada a pecuária, principal atividade da época. Estas questões criavam entraves, não somente em relação a defesa do território, mas também quanto ao seu desenvolvimento econômico. Visando fazer frente a estes aspectos foi dado início por parte do governo Imperial a um processo de ocupação destas áreas, tendo como base a introdução de imigrantes estrangeiros. Esta iniciativa contudo, teve nas províncias do sul objetivos diferentes daqueles previstos para o centro do país conforme Vogt (1997, p. 54):

“Assim, enquanto que no centro do país o fluxo imigratório visava a obtenção de mão-de-obra para a lavoura, no sul o intuito era o de povoar o território através do estabelecimento de comunidades agrícolas sedentárias e autônomas que: 1º) pudessem constituir uma agricultura voltada para o mercado; 2º) ocupassem a província que, historicamente, fora palco de

conflitos lusos-brasileiros e castelhanos; 3º) mantivessem o equilíbrio de ordem política, formando uma classe de pequenos e médios proprietários não ligados, política e ideologicamente, aos interesses dos grandes estancieiros.”

A vinda deste contingente populacional trazia em seu âmago, como podemos ver, a intenção de satisfazer uma série de necessidades e interesses tanto dos governos Imperial e Provincial, como dos próprios imigrantes, oriundos de uma Europa em grandes transformações sociais, políticas e econômicas.

2.2 A Chegada dos Imigrantes Alemães

Atraídos pela promessa de uma nova vida além mar, milhares de alemães abandonaram sua pátria e partiram para a América, tendo parte deles aportado no Brasil. Visando a oportunidade de tornarem-se proprietário de terras, deixaram para trás uma vida sacrificada e de muita pobreza, conseqüência da introdução, tanto no campo quanto nas cidades, de:

“... um processo de destruição pelo capitalismo de formas não capitalistas de produção, que atinge seu apogeu em toda a Europa Ocidental durante o século XIX, e em especial na Alemanha na segunda metade deste mesmo século, resultando em intenso movimento emigratório de população, que não encontra colocação no mercado de trabalho e que, alijada, se vê condenada a miséria”.(Cunha, 1991, p. 177).

A geração deste novo contexto, resultou na desestruturação da produção artesanal e num processo de expulsão dos camponeses de suas terras, devido as pesadas taxas que sobre elas incidiam e pela

fragmentação das propriedades por herança, que as tornou pequenas demais para o sustento da família, sendo então vendidas aos grandes proprietários. Estas transformações levaram ao empobrecimento da população, que em busca de sustento ou sujeitava-se a trabalhar para os senhores rurais em troca de salários irrisórios ou dirigia-se as cidades em busca de ocupação, engrossando seus cinturões de miséria. Este excedente populacional, tendo em vista a difícil situação econômica da Alemanha e a ausência de perspectivas, particularmente para os camponeses e artesãos, lançou-se então, juntamente com suas famílias e alguns poucos pertences, a grande aventura da emigração, buscando a própria sobrevivência na esperança de uma vida mais digna no novo mundo.

Sendo assim, atendendo a convite do Governo Imperial Brasileiro, a primeira leva contando com 38 imigrantes alemães chegou a Província do Rio Grande do Sul em 25 de julho de 1824, sendo instalados na antiga Feitoria Real do Linho Cânhamo, onde foi fundada a colônia de São Leopoldo junto ao Rio dos Sinos (Lando e Barros, 1980, p. 25). O sucesso do empreendimento, alcançado graças a sua boa localização e ao sistema de pequenas propriedades, utilizando-se da mão-de-obra familiar e voltada a produção agrícola de gêneros alimentícios, fez com que novos núcleos fossem idealizados. O processo entretanto, teve que ser interrompido com a eclosão da Revolução Farroupilha em 1835, sendo reiniciado em 1845, após o término do conflito. A iniciativa de criação de novas colônias foi contudo, transferida por ordem do Imperador Dom Pedro II aos Governos

Provinciais através da Lei 514 de 28 de outubro de 1848, que determinava que fossem cedidas a cada uma das províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas, que deveriam ser destinadas a colonização e não poderiam ser arroteadas por braços escravos (Martin, 1979, p.20).

Coube então a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul legislar sobre a questão, fato este consumado pela Lei n.º 229 de 4 de dezembro de 1851, na qual estavam especificadas além das obrigações, uma série de vantagens que serviriam de atrativo para a vinda dos imigrantes, sendo a principal delas a distribuição gratuita de terras, bem como o recebimento de sementes, instrumentos de trabalho e ajuda em dinheiro para as despesas iniciais (Vogt, 1997, p.58).

Desta primeira lei versando sobre a colonização na Província, transcrita por Martin (1979, p.22), cabe ressaltar seu artigo 7.º, referente ao destino inicial dos colonos e o tamanho dos lotes:

“Art. 7.º - Cada colono que com guia do agente se apresentar ao Presidente da Província receberá cem mil braças quadradas de terras na Colônia de Santa Cruz, ou em outras que de novo forem estabelecidas; e nos títulos que lhe serão logo dados, se inscreverá o valor das terras, e não só as obrigações a que são sujeitos os colonos, como os favores a que os mesmos tem direito.”

Devido a impossibilidade de manutenção de todas as cláusulas da Lei de 1851, em função dos altos custos gerados aos cofres da Província, foi promulgada alguns anos depois a Lei n.º 304 de 30 de novembro de 1854, cuja principal modificação determinava que as terras não mais seriam

doadas e sim vendidas aos colonos, tendo estes um prazo de cinco anos para pagá-las. (Martin, 1979, p. 23). Apesar da Lei n.º 229, que regulamentava a colonização na Província ter sido promulgada somente em 1851, o processo de ocupação das terras devolutas na região já havia iniciado dois anos antes, com a chegada dos primeiros alemães a Colônia de Santa Cruz em 19 de dezembro de 1849.

Os lotes foram demarcados apenas um mês antes da chegada dos colonos, em trabalho realizado pelo engenheiro civil Frederico Augusto de Vasconellos Almeida Pereira Cabral e por dois auxiliares vindos de São Leopoldo, Guilherme Werlang e Francisco Dilleburg, tendo 200 braças de largura e 800 braças³ de comprimento (Martin, 1979, p.32).

A distribuição espacial das colônias seguia uma rigidez geométrica, sendo os lotes dispostos ao longo de linhas, que na verdade tratavam-se de estreitas estradas abertas a facção e que no caso da Colônia de Santa Cruz, constituía-se em um trecho da Estrada de Cima da Serra. Quanto a esta questão Weibel (1979, p. 259) complementa:

“Estas linhas são as picadas, abertas pelos pioneiros na mata original e que logo desde o princípio serviram como linhas de comunicação e estradas. Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos de vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, a distâncias de algumas centenas de metros. Algumas linhas coloniais tem 10 ou 20 quilômetros de extensão e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas.”

³ 1 braça é equivalente a 2,20m.

As impressões iniciais da nova terra por parte dos primeiros imigrantes⁴, não devem ter sido das mais animadoras pois após percorrerem um longo caminho singrando as águas do Atlântico, da Lagoa dos Patos e do Rio Jacuí até Rio Pardo, de onde seguiram em carroças, finalmente chegaram ao alto da serra, onde então depararam-se com seus lotes completamente cobertos por uma floresta assustadora, repleta de plantas e animais antes nunca vistos.

A realidade encontrada, diferia bastante daquela descrita pelas autoridades brasileiras através de seus agentes na Alemanha, sendo a paisagem local, quase que inteiramente selvagem, intocada pela mão do homem e distante de qualquer possibilidade de orientação ou ajuda. A situação nos primeiros tempos e a difícil adaptação dos colonos é descrita

⁴ Os 12 primeiros imigrantes e o número das colônias ocupadas foram de acordo com Martin (1979, p. 33):

Augusto Wutke 42 anos, da Silésia, Católico, Moleiro – Col. n.º 4.

Francisca, s/mulher 33 anos, da Silésia, Católica.

Guilherme, filho 14 anos, da Silésia, Católico.

Joana Maria, filha 13 anos, da Silésia, Católica.

Lucas, filho 6 anos, da Silésia, Católico.

Juliana, filha de 4 anos, da Silésia, Católica.

Frederico Tietze 28 anos, da Silésia, Evangélico, Moleiro – Col. 5.º.

Carlota s/ irmã 30 anos, da Silésia, Evangélica.

Augusto Raffler 26 anos, da Silésia, Católico, lavrador – Col. n.º 6.

Augusto Mandler 30 anos, da Prússia, Evangélico, lavrador – Col. n.º 7.

Gottlieb Pohl 29 anos, da Silésia, Evangélico, lavrador – Col. n.º 8.

Augusto Arnold 43 anos, da Silésia, Evangélico, lavrador – Col. n.º 10.

Cumprе esclarecer que a Colônia n.º 1 ficou pertencendo a Guilherme Werlang e a de n.º 2 a Francisco Dillenburg, ambos auxiliares do Engenheiro Cabral na demarcação dos lotes. Werlang mudou-se logo depois para Santa Cruz, enquanto Dillenburg abandonou a Colônia. O lote n.º 3 era de Pedro Kleudgen.

pelo diretor da Colônia João Martin Buff⁵ em relatório de 1851 enviado ao Presidente da Província:

“Para gente que vem da Europa he muito penozo acostumarem-se no matto nos primeiros tempos, por isso vivem sempre incomodados e doentes, principalmente não tendo sido bem tratados na viagem do mar, como aconteceu aos colonos da Silésia, os quaes chegarão aqui na maior desmoralização, tendo morrido alguns, não de miséria, mas por descuido, e por não querer acostumar-se ao estilo do paiz, e regras precisas nas enfermidades... “.Apud Cunha (1991, p. 99)

Como primeira moradia, as famílias construía uma rústica choupana composta por uma estrutura feita de troncos, paredes de taipa (barro apilonado jogado sobre uma trama de taquaras e cipós) e coberta com folhas de gerivá, espécie de palmeira muito comum na região⁶. Tendo erguido seu abrigo provisório, partiam então para a derrubada de parte da floresta, a fim de que fosse iniciado o plantio de uma pequena lavoura, constituindo-se esta fase de acordo com Roche (1969, p. 274) no período caracterizado pela economia de subsistência, abrangendo de 1849 a 1859. Neste período segundo Godinho (1980, p. 56):

“As atividades agrícolas eram inteiramente voltadas para a satisfação das necessidades locais. Cultivava-se basicamente milho, feijão, batata, mandioca e, em pequena

⁵ Foram diretores da Colônia de Santa Cruz: João Martin Buff (1850-1859), Antônio Prudente da Fonseca (1859), Carlos Schwerin (1859-1863), Floriano Zurowski (1863-1864), Affonso Pedro Mabilde (1864-1869) e Carlos Trein Filho (1869-1872). Anteriormente a nomeação de Buff, a Colônia era dirigida pelo Diretor Geral Coronel João Daniel Hillebrand, baseado em São Leopoldo, atuando na Colônia de Santa Cruz um Vice-Diretor, sendo este cargo ocupado por Evaristo Alves de Oliveira de 1849 até 1850. (Krause, 1981, p. 51-52)

⁶ “Esta habitação inicial: “Lehmhütte”, literalmente: rancho de barro, é substituída na primeira oportunidade, geralmente depois de lançadas as primeiras sementes sobre o solo recém-desbravado, por uma habitação maior e mais sólida, com telhado de tabuinhas (madeira lascada) e paredes sustentadas por caibros de madeiras cujos vãos são preenchidos por ripas trançadas cobertas de barro, chamada pelos colonos de “Lehmhaus”, literalmente: casa de barro. A terceira fase da habitação da família de colonos ocorre passados os primeiros anos do desbravamento. Caracteriza-se pela construção de uma habitação mais complexa: “Fachwerkhaus”- casa enxaimel e taipa, ou enxaimel de tijolos ou ainda enxaimel e pedras de arenito – substituída no final do século por uma construção de inspiração burguesa, com paredes sólidas de pedras e telhado de telhas, com aposentos amplos e bem iluminados que atesta a prosperidade de seus proprietários. “(Cunha, 1991, p. 133-134)

escala, fumo. Outras culturas menos importantes em volume produzido eram: trigo, centeio, cevada, arroz, oleoginosas e plantas têxteis (principalmente o linho). O pequeno excedente que se obtinha era utilizado, para conseguir, praticamente por escambo, através dos “vendistas”, bens não produzidos na “Colônia”, tais como sal, açúcar, pólvora, café, vinho e vinagre.”

Com a vinda de novos imigrantes, agenciados na Alemanha por Peter Kleudgen, foi aberta em 1852 uma nova picada, posteriormente chamada de Rio Pardinho, contando com lotes dispostos ao longo da várzea do rio de mesmo nome, estando ligada a picada de Santa Cruz no alto da serra pelo Travessão ou Linha Travessa, onde foram alojados além de colonos alemães, alguns de origem holandesa (Martin, 1979, p. 85).

O crescimento populacional da colônia em seus dez primeiros anos foi notável, sendo a tabela abaixo resultado do somatório obtido com a chegada de imigrantes vindos diretamente da Alemanha, das antigas colônias como São Leopoldo e do próprio crescimento natural, pois era comum na época a constituição de famílias com muitos filhos.

TABELA 1: POPULAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL - 1849 / 1859

ANOS	HABITANTES
1849	12
1849	72
1850	175
1849	254
1850	692
1849	891
1849	1.022
1856	1.230
1857	1.798
1857	2.221
1857	2.723

Fonte: Krause (1991, p.47)

Contando com pouco mais de três anos de existência, a colônia apresentava dados animadores quanto a seu desenvolvimento, situação esta descrita nos relatórios do diretor Buff e comentada por Cunha (1991, p. 100):

“Em 1853 os relatórios oficiais colocam que a Colônia de Santa Cruz, apesar dos inconvenientes da distância de Rio Pardo e as péssimas estradas, já possui 196 lotes distribuídos e seus 692 habitantes vivem em relativa abundância, (pois as terras férteis produzem bem o feijão, o milho, a batata, a cevada, o linho e principalmente o fumo). Neste ano de 1853 a Colônia exporta através de Rio Pardo, 245 sacos de feijão e 160 arrobas de fumo em rama o que bem atesta a preocupação dos colonos em produzir alguns produtos utilizados para a aquisição de mercadorias que eles não produzem, como o sal, ferramentas e remédios”.

No sucesso da Colônia de Santa Cruz estava o futuro de outros empreendimentos desta natureza por parte do Governo Provincial, fato este que justificava o interesse despertado pelo seu desenvolvimento por parte da Assembléia de Deputados e do próprio Presidente da Província, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, grande incentivador do projeto colonial.

Neste sentido, em fins de 1854, Sinimbu vem pessoalmente inspecionar a colônia e entre outras providências ordena a demarcação da área destinada a futura povoação, em terras já desapropriadas para este fim em 1852 através da Lei n.º 248. Esta iniciativa do então Presidente da Província, assinala o nascimento da Povoação de Santa Cruz, que devido ao progresso da colônia, de acordo com a visão do governante necessitava de um local em que a população numerosa pudesse se congregar para a prática religiosa, e também tratar de seus negócios, sendo ocupados os primeiros lotes a partir de março de 1855. (Cunha, 1991, p. 101). O crescimento econômico da colônia, processou-se de forma notável, evoluindo de sua agricultura de subsistência dos anos iniciais, para a produção e exportação de excedentes de 1860 em diante. Com a extinção administrativa da colônia em 1872, Santa Cruz passa a distrito de Rio Pardo, sendo emancipado em 1878 com a instalação da Câmara Municipal.

Através da análise destes tópicos da história inicial da região, podemos perceber as peculiaridades de sua formação, tanto por seus diferentes aspectos físicos, quanto por questões relativas a ocupação do território, origem de seus povoadores e desenvolvimento econômico. Em um panorama dominado pelos grandes latifundiários de origem lusa, voltados a criação extensiva e estabelecidos na área de campos, surge por ordem do Governo Provincial, junto a encosta da serra, um sistema diferenciado de ocupação do solo, baseado em pequenas propriedades, exploradas por imigrantes alemães e direcionadas a produção agrícola de gêneros alimentícios. Rio Pardo anteriormente o maior e um dos mais ricos

municípios da Província, de centenária relevância militar e poder político, vê aos poucos sua economia perder importância, ao mesmo tempo que assiste a Colônia de Santa Cruz desenvolver-se em ritmo acelerado.

Neste contexto, a região e a cidade de Rio Pardo, juntamente com sua incipiente colônia de origem alemã vêem nascer em 1855 a Povoação de Santa Cruz e que por muitos anos, frente ao antigo núcleo urbano vizinho, não passava de um aglomerado de casas de barro cobertas com tábuas. Contudo o progresso material da colônia a fez crescer, tornando-se rapidamente um núcleo próspero. A trajetória da povoação, freguesia, vila e depois cidade de Santa Cruz através dos tempos, constitui-se daqui para frente o centro das atenções deste trabalho, abrangendo desde seus primórdios, a partir da meados do século XIX até os dias atuais.

FAXINAL DE JOÃO DE FARIA

Nas terras de João de Faria
o mistério que aí se esconde
acorda fantasmas.

O que é plantado
adquire uma forma híbrida
de alimento e comércio.

Além das terras em questão
firma-se a rigidez dum cruz
que dá nome a Colônia.

O que é plantado
se traduz no traçado
precioso de um povoado.

Mauro

Klafke

3. 1ª FASE - 1849-1859: ORIGEM

3.1 Fatores Locacionais: um traçado quadriculado rasga o chão do Faxinal

Entre os múltiplos objetivos do Governo Provincial ao estabelecer colônias agrícolas, ocupadas por imigrantes estrangeiros no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX, constava além da povoação e desbravamento das grandes áreas florestais, o estabelecimento de núcleos urbanos, servindo de apoio a área rural. Neste sentido não tardaram a surgir as providências para a instalação da povoação da Colônia de Santa Cruz, em local denominado de Faxinal¹ de João Faria.

Antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes, a área em torno da futura colônia já era ocupada por diversos proprietários, conforme visto anteriormente, incluindo-se o local no qual seria erguida futuramente a povoação. Segundo Menezes (1914, p.16) a sesmaria do Faxinal, de propriedade de João de Faria Rosa:

“Compreendam um perímetro circunscripto pelos limites seguintes: - ao sul dividia-se pelo Arroio das Pedras (Arroio Grande); ao leste pelo Rio Pardinho, até a barra do Lageado; por este acima até defrontar o serro do pinheiro; Dahi (lado leste) pela

¹ Faxinal: Campo de pastagem entremeado de arvoredos esguio.

cordilheira da serra em que foi aberta a Picada Velha, até o mencionado Arroio das Pedras.”

Concedidas em 29 de abril de 1822 pelo então presidente da junta governativa da Província, Sr. João Carlos de Saldanha, estas terras passaram de pai para filho, até serem herdadas pelo neto, sendo todos possuidores do mesmo nome, ou seja, João de Faria Rosa. Em torno de 1849, residiam no local, também denominado Sesmaria ou Faxinal de João de Faria, além deste (neto do primeiro proprietário) Gregório Silveira, possuidor de terras vizinhas a Sesmaria e chamadas de Faxinal Velho, José Rodrigues de Almeida, responsável pelos trabalhos de abertura da Picada Velha, e Agostinho Antônio de Barros, igualmente proprietário de terras nas proximidades e da primeira “casa de negócio” de Faxinal (Menezes, 1914, p. 16). Quando da chegada dos 12 imigrantes pioneiros em 1849, ainda existia o velho sobrado de madeira coberto de telhas de barro que pertencia aos Faria, sendo nele alojados os colonos até serem transportados pelo próprio João de Faria ao local de seus lotes, no alto da serra (Menezes, 1914, p. 19).

A escolha da área para a futura povoação, junto ao pé da serra, recaiu sobre o Faxinal, devido a abundância de água, fornecida por diversos córregos que cruzavam o vale em direção ao Rio Pardinho, e por situar-se junto ao entroncamento das Picadas de Santa Cruz e Rio Pardinho e a estrada rumo a Rio Pardo, sendo assim descrita por Vogt (1997, p.73):

“... A superfície destinada a ser o sítio urbano, localizava-se numa depressão relativa, ladeada por morros ao norte, leste e sul, e por

uma região pantanosa da várzea do Rio Pardinho na direção do poente. O Faxinal de João de Faria (local onde apareceu a cidade) era um legítimo “Panelão”, situado cerca de 7 Km antes do “Alt Pikade” para quem ia de Rio Pardo a colônia, utilizando-se da Estrada de Cima da Serra.”

A desapropriação das terras² para a povoação é confirmada pelo Vice - Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, através da sanção da Lei n.º 248 de 25 de novembro de 1852, contendo o seguinte teor (Martin, 1979, p. 83):

Artigo 1.º - O Presidente da Província é autorizado a mandar desapropriar, na forma das leis vigentes, da herança de João de Faria, um quarto de légua de campos e faxinais, sítos no município de Rio Pardo.

2.º - Este terreno será anexado ao da Colônia de Santa Cruz, em benefício dela convenientemente distribuído.

Artigo 3.º - Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrário.

Após a visita do Presidente da Província, Cansanção de Sinimbu, a colônia em fins de 1854, foi ordenada a demarcação da Povoação de Santa Cruz³, com trabalhos iniciados em 4 de novembro de 1854, seguindo projeto do Tenente da Armada Francisco Cândido de Castro de Menezes, que se encarregou também da medição, contando para isto com a ajuda do engenheiro alemão Frederico Heydtmann e do ajudante José Luiz Teixeira Lima.

² Estas terras entretanto, não mais pertenciam aos herdeiros de João de Faria, sendo eles, João de Faria (neto) e Cândido e Casimiro da Cruz do Santos, pois os mesmos haviam vendido a sesmaria ao comendador Antônio Martins da Cruz Jobim, mais tarde Barão de Cambahy.

³ Contando com um total de 1.968.750 braças ou 953 hectares desapropriados, foram utilizados a princípio somente 423 hectares, sendo distribuídos para a povoação 75 hectares, para as chácaras 299 hectares e para o logradouro público e dois cemitérios 48 hectares, alcançando esta área o valor de 4.743\$ 840 (quatro contos e setecentos e quarenta e três mil e oitocentos e quarenta réis), pagos pelo Governo Provincial.

Foi indicado também, pelo Presidente da Província, para colaborar na demarcação, o então diretor da Colônia de Santa Cruz João Martin Buff⁴, que com seus conhecimentos técnicos, adquiridos na Alemanha, fora responsável pelo levantamento topográfico das cidades de Rio Pardo e Cachoeira, do traçado das colônias de Rio Pardinho e Dona Josefa, além de inúmeros projetos de obras públicas na região (Weimer, 1992).

Contudo Buff, “alegando estar doente, não suportar grandes fadigas, nem o ardor do sol, pede para ser dispensado desta missão” (Martin, 1979, p. 99), prometendo que assim que estivesse em condições colaboraria no que fosse necessário. Não há registro de que esta ajuda tenha se concretizado. Buff provavelmente apresentou tal justificativa por sentir-se preterido para a chefia de tão almejada e significativa tarefa, pois segundo as diretrizes do governo da época, a prerrogativa do planejamento de cidades era sempre conferida a engenheiros de origem lusa, e em sua maioria com formação militar. Essa questão é abordada de forma objetiva por Weimer (1992, p. 53), que esclarece:

“Quando chegaram os imigrantes alemães e depois os italianos, o governo foi deixando, dentro do possível, para técnicos imigrantes a abertura das picadas e a demarcação dos lotes desde que fossem seguidas as normas do parcelamento da terra. Quanto a construção das casas e benfeitorias, o imigrante gozava de total liberdade de expressão. Porém o governo jamais abriu mão da prerrogativa de desenhar as cidades. Mesmo dispondo de profissionais imigrantes aptos e plenamente integrados nas diretrizes governamentais como Von Normann, Heydtmann ou Buff e, ainda mais, administradores coloniais que estavam acompanhando o dia-a-dia das colônias, os projetos das cidades

⁴ João Martin Buff nasceu em Rödelheim, perto de Frankfurt, Alemanha, a 8 de maio de 1800, filho do Conselheiro de Estado Josef Ludwig Buff. Veio para o Brasil em 1824, contratado como capitão do 28º. Batalhão de Caçadores. Dando baixa, dedicou-se, no Rio Grande do Sul, à agrimensura e à engenharia, trabalhando em Rio Pardo como engenheiro da comarca. Em 31 de dezembro de 1850 foi nomeado diretor da Colônia de Santa Cruz, permanecendo no cargo até 26 de janeiro de 1859. (Martin, 1979, p.48)

sempre foram impostos pelas autoridades nacionais de forma que a cultura imigrantista teve muito pouco espaço para se manifestar nos conglomerados urbanos ...”

Quanto ao planejamento urbano sob forma quadriculada da povoação, Weimer explica que este não era o modelo adotado para a formação de cidades na Alemanha. Lá as aglomerações, que posteriormente viriam a tornar-se aldeias e cidades, criavam-se de forma espontânea, numa continuidade entre a paisagem rural e urbana. Segundo o mesmo autor:

“Isto, porém não pode ser dito em relação a concepção lusitana. Aí a oposição entre cidade e campo foi marcante. A cidade era a sede de um poder centralizado, e o campo, um lugar de criação de gado, como é notório, necessitavam de pouca gente. Esta concepção de mundo acabou por ser transferida a colônia alemã. Evidentemente, nela haveria de se formar cidades. Estas, porém, sempre foram planejadas por técnicos de origem lusa e dentro das normas coloniais portuguesas. (Mesmo depois da independência).” (1992, p. 66).

Respalhando a questão, Telles (1978, p. 35) nos demonstra a origem desta concepção, que foi utilizada no planejamento de cidades em áreas de seus domínios e posteriormente também aplicada como técnica usual pelos engenheiros e topógrafos com formação em Portugal e que aqui exerceram suas atividades. Assim sendo, o autor comenta que:

“Na verdade, essas demarcações, quer nos parecer, seguiu os ditames do edital de “El Rei de Portugal”, que em 9 de agosto de 1747, disciplinava a construção de futuras povoações. O quadrado da praça mediria quinhentos palmos de frente, sendo que o logradouro deveria ser demarcado em meia légua em quadro. A igreja deveria ser colocada num dos lados do quadrado e as ruas deveriam ter quarenta palmos de largura”.

Outros autores com Sérgio Buarque de Holanda, citado por Weimer (1992, p.67), creditam esta rigidez urbanística a uma influência hispânica sobre os portugueses, haja visto que as primeiras cidades lusas no Brasil

possuíam desenvolvimento totalmente espontâneos, como podemos ver ainda hoje em Olinda, Salvador e Ouro Preto. Apesar disto, a realidade comprova que a partir do século XIX, os novos núcleos urbanos que abrigaram as povoações de origem estrangeira, foram todos planejados de forma completamente ortogonal⁵, fruto de projetos idealizados por engenheiros militares portugueses, como foi o caso de São Leopoldo, Santa Cruz e outras mais.

Sob outro ângulo, os traçados quadriculados implantados em inúmeras novas cidades ao redor do mundo a partir da segunda metade do século XIX, traduziram-se como fruto da influência do modelo racionalista de urbanismo vigente então, em uma Europa entusiasmada com as diretrizes ditadas pela nova era industrial e das relações capitalistas de mercado. Quanto a isto Goitia (1982, p.18) enfatiza:

“Quanto a morfologia, a cidade da era técnica adota a árida quadrícula. O que representou na Grécia um triunfo do racionalismo, em Roma do espírito prático e militar, e na América do Sul de uma colonização hierárquica, converteu-se, no século XIX, no instrumento dos especuladores de terrenos. Graças a quadrícula, o aproveitamento dos terrenos era máximo, e fazia com que todos fossem igualmente valiosos. Não era já a quadrícula dos ideólogos nem dos colonizadores, mas sim a dos traficantes de solos”.

Resumindo as motivações que levaram a implantação dos planos quadriculados urbanos, tanto nas áreas coloniais quanto na campanha e fronteira da Província do Rio Grande do Sul, Souza (1991, p.274) conclui:

⁵ Os planos ortogonais eram bastante comuns na antigüidade, sendo utilizado pelos Jônios na reconstrução da cidade de Mileto na Ásia Menor por volta do ano 494 AC. Disseminando-se rapidamente pelas novas colônias gregas e demais povos até os dias de hoje. (Harouel, 1945, p.115)

“Ao se analisar os traçados viários através da história da cidade, percebe-se que o traçado xadrez acontece todas as vezes em que haja urgência na implantação dos núcleos, seja por razões militares, seja por razões de colonização, ocupação de territórios ou até mesmo por especulação imobiliária”.

Estas questões confirmam-se de uma maneira ou outra no caso dos núcleos das regiões acima citadas, ressaltando-se a última das motivações que parece já na época ter sido determinante na adoção deste modelo espacial, conforme destaca a autora:

“No século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo, a “guerra” passou a ser outra. A rapidez de ocupação do solo vai se defrontar com o custo da terra altamente variável, que até então não se verificava. Mais uma vez, o traçado xadrez vai ser o mais utilizado, pois permite uma divisão eqüitativa dos lotes, o que pressupõe lucros semelhantes em locais diferentes, mesmo que, para tanto, tivesse de enfrentar até uma topografia que pudesse representar um entrave ao futuro desenvolvimento da cidade, ou das atividades ali localizadas”. (Souza, 1991, p.274)

Seguindo os preceitos estabelecidos na época, os trabalhos de demarcação da povoação da Colônia de Santa Cruz, seguiram em ritmo acelerado, contudo antes mesmo da finalização da medição das ruas e lotes, concluídos em 18 de abril de 1855, Castro Menezes envia ao Presidente da Província, Cansação de Sinimbu, a seguinte mensagem (Martin, 1979, p.103):

“Ilmo. e Exmo. Snr.

Tenho a honra de remeter a V. Excia. a planta da demarcação da Povoação criada por V. Excia. na Colônia de Santa Cruz, a qual denominei Povoação de Sinimbu, e apelidei as ruas e praças de modo especificado na dita planta, a qual submeto à aprovação de V. Excia. que decidirá como julgar conveniente. Deus guarde a V. Excia. Faxinal, em 17.3.1855. Ilmo e Exmo. Snr. Dr. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Presidente desta Província. = Francisco Cândido de Castro Menezes, Cap. Tte. d'Armada”.

Sobre esta correspondência conclui-se que a sugestão do nome Sinimbu, proposta pelo capitão, não foi aceita pelo então Presidente da Província, pois vários outros nomes passaram a ser utilizados, tais como: Povoação do Faxinal, Povoação de São João e Povoação de Santa Cruz. Quanto a planta remetida, foi encontrado um exemplar original no Arquivo Histórico de Rio Pardo (AHRP) contendo informações gerais sobre a demarcação, conforme descritas em texto junto ao desenho das ruas e quadras:

Planta

Da povoação de Sta. Cruz demarcada por ordem do Ilmo. E Excmo. Sñr. Por João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu Presidente da Província. Pelo Cap. Tenente da Armada Francisco Cândido de Castro Menezes e Frederico Heydtmann, engenheiro civil.

Anno 1855.

Declaração

Cada quadra tem 60 braças portuguesas⁶ ou 600 palmos⁷ divididos em 12 espaços de frente cada um com fundos a meia quadra, e 10 ditos de 120 palmos em quadro. As ruas tem 100 palmos de largura e seguem a direção de norte, e sul, e leste, oeste verdadeiros.

Os lugares marcados p.^a igreja, e casa do diretor, compreendem quatro espaços, ou a superfície de 72.000 palmos quadrados. As letras designão as quadras, e os algarismos os respectivos espaços, ou terrenos para casas.

As duas quadras N e V podem ser destinadas para praças no caso de o quererem.

As quadras A,B,C,D,E,F,G,H estão demarcadas, e as outras o sejam a proporção que forem precisas qdo. estejam preenchidas com edifícios, ou demarcadas.

Copiada pr. V.A. Cidade

Fonte: Arquivo Histórico de Rio Pardo (AHRP) Caixa do ano de 1855.

⁶ Braça Portuguesa: 2,20 m (era a base do sistema Luso-Brasileiro de medidas. (Roche, 1969, p. 821)

⁷ Palmo: 22 cm.

Apesar da planta original prever uma expansão imediata, contando com um total de 23 quarteirões e duas praças (São Pedro e Santa Teresa, assim denominadas em homenagem ao casal Imperial D. Pedro I e D. Teresa Cristina) foram demarcas inicialmente, conforme descrito por Castro Menezes apenas 8 quarteirões, rodeando a praça de São Pedro. As demais praças sugeridas pelo Capitão, a serem localizadas nas quadras N e V nunca foram implementadas, o mesmo acontecendo com a praça de Santa Teresa, que posteriormente também foi loteada, sendo designada de quadra Z.

Quanto as dimensões das primeiras quadras e os nomes das ruas, Martin (1979, p.99) complementa:

“Cada quadra ou quarteirão tinha 132 metros de face, também a praça. As ruas ficavam no rumo norte verdadeiro, cruzando-as em ângulo reto as de leste para oeste. As ruas de leste para oeste tiveram os seguintes nomes: rua Carumbé, rua Catalã, rua Imperial, e rua Taquarimbó, hoje temos no mesmo sentido, respectivamente as ruas Fernando Abott, Ramiro Barcelos, Júlio de Castilhos e 28 de Setembro. As ruas no sentido norte e sul, tiveram os seguintes nomes: rua de Rio Pardinho (atual Tenente Coronel Brito), rua de São Pedro (atual Marechal Floriano), rua de Santa Cruz (atual Marechal Deodoro) e rua do Arroio (atual Tomás Flores)”.

Segundo Menezes (1914, p. 21), os quatro lotes destinados a construção da igreja contavam com 26,40 m em seu lado norte, de frente para a praça, e 132,00 m de fundos, até a rua oposta, situados no meio da quadra H. Igualmente com as mesmas dimensões, no meio da quadra D, lado sul da mesma praça, situavam-se os quatro terrenos destinados aos prédios públicos, denominados na planta de Castro Menezes como “casa do diretor”.

3.2 Estrutura Urbana : o surgimento do núcleo

Os primeiros lotes da futura cidade foram concedidos a partir de 19 de março de 1855, ou seja, antes mesmo da conclusão dos trabalhos de medição, conforme despacho do Presidente da Província, que concedeu nesta data a Maria Cardoso o terreno n.º 11 da quadra F. Esta contudo não chegou a tomar posse, fato este que se repetiu com muitos outros dos concessionários originais.(Menezes, 1914, p. 23).

TABELA 2: TERRENOS CONCEDIDOS POR QUADRA - 1855 /1858

Quadras	Annos			
	1855	1856	1857	1858
A	7	11	1	-
B	6	13	-	-
C	2	17	-	-
D	5	13	-	-
E	-	22	-	-
F	8	8	2	-
G	2	17	-	-
H	11	4	1	-
I	-	-	3	1

Fonte: Menezes (1914, p.23)

As concessões processaram-se rapidamente, pois muitos foram os requerentes de terrenos nas quadras demarcadas (Anexo 1). Entre eles encontramos alguns nomes de origem lusa, em sua maioria proprietários de terras nas proximidades, comerciantes e militares, como o riopardense José

Joaquim de Andrade Neves, o Barão do Triunfo, herói da Guerra do Paraguai, que recebeu o lote n.º 1 da quadra F. (Menezes, 1914, p. 24)

Também os colonos alemães passaram a requerer terrenos na povoação, pois, “isto dava o que hoje chamamos de status” (Martin, 1979, p. 101). A agilidade com que foram distribuídos os lotes nos primeiros anos, é demonstrada pela tabela 3, onde aparecem concessões na quadra I, que mesmo não fazendo parte dos oito quarteirões demarcados inicialmente, teve terrenos solicitados a partir de 1857. Os primeiros títulos de aforamento⁸ concedidos pelo Governo Provincial foram expedidos em 28 e 29 de março de 1856, sendo referente aos terrenos 19 e 20 da quadra “B”.

A primeira transação comercial de um terreno na povoação ocorreu em 1.º de abril de 1859, sendo realizada entre Jacob Krug, que vendeu o terreno 3 da quadra “A” para Fellipp Mueller, pela importância de 54\$000 (cinquenta e quatro mil réis), equivalendo na época ao valor de 3 a 4 cabeças de gado (Menezes, 1914, p. 24-26). Ao analisarmos a planta do Capitão Castro Menezes, verificamos a existência de duas dimensões de lotes, configurando-se em quadrados e retangulares, estando dispostos em

⁸ Aforamento ou enfiteuse, de acordo com Vallin, citado por Silveira (1997, p. 39) “...caracteriza-se como um instrumento advindo do direito anterior ao Código Civil, sendo um ato entre vivos, em que o proprietário (senhorio) concede a outrem (enfiteuta) o domínio útil do imóvel e em troca recebem o pagamento de um foro anual, certo e invariável, sobre o valor do terreno. O objeto de enfiteuse somente pode ser aplicado no caso de terras não cultivadas ou terrenos que se destinem a edificação. O enfiteuta, por sua vez, de posse do domínio útil de determinado imóvel, poderá ceder gratuitamente ou de forma onerosa seu direito a outros. Na transmissão por venda, o enfiteuta, além do foro, tem de pagar o laudêmio - pagamento ao senhorio de 2,5% do preço da alienação ou o que for fixado no instrumento de aforamento.”

Na povoação de Santa Cruz o foro anual de 2,5% sobre o valor dos terrenos era inicialmente pago a Câmara de Rio Pardo, sendo o Laudêmio igualmente de 2,5%, cobrado cada vez que o terreno mudava de domínio, seja por doação ou venda, exceção feita quando a propriedade era repassada como herança. Após a emancipação em 1878, as taxas passaram a ser recolhidas pela Câmara Municipal de Santa Cruz. Gazeta de Santa Cruz. 30/11/1951, p. 03)

lados opostos do quarteirão e tendo como área 696,96m² e 871,00m² respectivamente (Menezes, 1914 p. 22).

Apesar da grande procura por lotes na povoação, este fato não se refletiu em seu crescimento imediato, pois como já foi mencionado, muitos dos requerentes não tomaram posse e nem construíram, pois os recursos na época ainda eram muito escassos, gerando conseqüentemente um ritmo bastante lento quanto ao surgimento de edificações.

Guilherme Lewis⁹, concessionário do lote n.º 1 da quadra H, localizado onde atualmente encontra-se o Banco Meridional (Marechal Floriano esquina com Ramiro Barcelos) foi o primeiro a construir na povoação, erguendo uma casa de madeira, para servir-lhe de residência. Foi igualmente Lewis que arrematou a construção da primeira capela católica da povoação, pelo valor de 19.500 \$ 000 (Dezenove contos e quinhentos mil reis), em contrato assinado em 20 de julho de 1855. Este que viria a ser o primeiro equipamento urbano de Santa Cruz, tinha um prazo de dois anos para ser concluído e contou com projeto de autoria do engenheiro civil Roberto Dietrich, sendo modificado pelo capitão de engenheiros Luiz Manoel Martins da Silva (Martin, 1979, p. 128).

A construção da capela foi contudo um processo conturbado devido a diversas modificações posteriores, a começar pela inclusão de uma torre

⁹ Guilherme Lewis era inglês de nascimento e considerado pessoa de grande importância na povoação em seus primeiros anos, tanto por sua capacidade empreendedora, quanto por sua situação econômica, sendo proprietário de grande extensão de terras entre Rio Pardo e a Colônia.

central, não constante no projeto original e tampouco no contrato, fato este que acabou por atrasar em dois anos o início da obra. No intuito de resolver esta questão, foi redigido um segundo contrato, assinado em Porto Alegre em 5 de maio de 1857 (Anexo 2).

Segundo Martin (1979), Lewis não conseguiu cumprir o prazo contratual, quanto ao tempo de execução da obra, pois novas modificações foram solicitadas pelo engenheiro Antonio Augusto de Arruda, em inspeção realizada em 27 de maio de 1859, na qual sugeriu diversas melhorias tais como: colocação de pára-raio na torre, revestimento da fachada com ladrilhos até a soleira da porta e colocação de condutores de água, evitando que esta caísse do telhado diretamente no solo, prejudicando os alicerces.

Estas sugestões resultaram em um terceiro contrato, assinado em 15 de maio de 1860, gerando um aditamento de 1.094\$000 (um conto e noventa e quatro mil réis), servindo também para anular a multa estipulada pelo atraso na obra. A igreja, dedicada a São João Batista, foi concluída em 12 de dezembro de 1861, conforme comunicação do engenheiro Antonio Arruda ao Vice - Presidente da Província Comendador Patrício Correa Câmara, sendo inaugurada entretanto somente em 1863, pois devido a ausência de padres, a paróquia ficou vacante durante todo este período, situação resolvida com a nomeação do padre José Stür, de nacionalidade alemã, em junho daquele ano. (Martin, 1979, p. 30).

Além das constantes modificações de projeto, Lewis esbarrou em muitas dificuldades quanto a obtenção e transporte dos materiais

especificados¹⁰. No sentido de suprir algumas das necessidades da obra, o arrematante acabou por construir uma olaria para o fornecimento de tijolos em sua chácara, designada de N₁, (posteriormente repassada a Leonardo Spalt, conforme descrito adiante), utilizando-se também de madeira retirada da fazenda de sua propriedade em São João da Serra, localizada a quase uma légua da povoação (Menezes, 1914, p. 35-36).

Transportados em lanchões de Porto Alegre até Rio Pardo, através do Rio Jacuí, vinham os demais materiais como ferros, telhas, vidros, e tintas, sendo então conduzidos em carroças até a Povoação de Santa Cruz. A distância e a precariedade dos meios de transporte na época, tornaram-se os principais responsáveis pelos altos custos, não somente de execução da igreja, mas também das demais construções surgidas nos anos seguintes.

Juntamente com a demarcação dos terrenos da povoação, foram criadas as chamadas chácaras, em área igualmente desapropriada para este fim pela Lei n.º 248 de 1852. Apesar de não constarem na planta original, situavam-se na periferia do que viria a ser a parte central da cidade, constituindo-se em uma “área de transição entre o núcleo urbano e a área rural da então colônia” (Silveira, 1997, p. 41), e voltadas ao abastecimento da povoação com produtos hortigranjeiros. Quanto a estas propriedades, a tabela abaixo nos dá um panorama sobre a questão, enfocando além de seus valores iniciais, a relação dos primeiros

¹⁰ A relação completa dos materiais e o devido orçamento da obra da igreja foram descrito por J.B. Menezes. **O município de Santa Cruz**. Santa Cruz: Lamberts e Riedl, 1914, p.31-32.

concessionários, destacando-se a concessão da chácara H, já em 1855 a José Ohland.

TABELA 3: CONCESSÃO DAS CHÁCARAS - 1855 / 1877

Chácaras	Data da Concessão	Primitivos concessionários	Área em metros quadrados
A	1868	Adolfo Kaufmann	144,251
B	- *	Antonio Ignacio da Silva	110, 986
C	1857	Roberto Schäfer	115,823
D	- *	Carlos Brust	111,128
E	- *	Daniel Wahrendorf	114,258
F1	1877	Jacob Diehl	56,417
F2	1877	Diderico Schott	56,625
G	1877	Henrique Eick	112,690
H	1855	José Ohland	112,980
I	1877	Christiano Schuk	22,323
K	1860	Ernesto Ruperti	64,744
L	1864	Adolfo Textor	170,334
M	1869	Maximiliano Beschoren	51,173
N	- *	Leonardo Spalt	124,000
N2	- *	Frederico Kleinert	70,000
O	1877	Joaquim José de Brito	277,310
P	1877	J. Pedro Koelzer	48,057
Q	- *	Catharina Hoffmann	14,916
R	1877	Domeciana Ferreira de Brito	41,239
S	1877	Carlos Trein Filho	158,505
T	- *	Herdeiros de Manoel José de Carvalho Bastos	20,940
U	1859	Eduardo Von Borowski	12,100

O asterisco indica as datas que não constam do cadastro das chácaras no arquivo da Intendencia Municipal.

Fonte: Menezes (1914, p.37-38)

3.3 Fatores Populacionais : os primeiros moradores

Com o passar dos anos a Povoação de Santa Cruz foi tomando forma, concentrando população e dando início a instalação de atividades não rurais, conforme descreve o então diretor Buff em seu relatório de agosto de 1856, onde aponta a existência de:

“... numa casa com telha construída com preceito, e quasi concluídas mais três cobertas de taboinhas e sete cobertas com capim, de diferentes pessoas com oficinas. Sendo das primeiras

oito quadras com 168 terrenos, requeridos cento e cinquenta e oito, e cinco nas outras quadras¹¹.” Apud Cunha (1981, p. 102).

Neste mesmo ano a população da Colônia de Santa Cruz já atingia um total de 1.451 pessoas (Krause, 1991, p. 47), não havendo entretanto registros exclusivos do número de habitantes do núcleo urbano recém criado. Contudo Buff em seu relatório enviado em fevereiro de 1856 nos dá uma idéia do número de moradores da área do Faxinal e que englobava também o local da povoação, apresentando os seguintes dados:

TABELA 4: MORADORES NA ÁREA DO FAXINAL EM 1856

Lado Oriental da estrada	28 brasil. + 13 estrang. + 1 escrav. = 42 masc. 32 brasil. + 9 estrang. = 41 fem.
Lado Ocidental da estrada	17 brasil. + 25 estrang. + 4 escrav. = 46 masc. 14 brasil. + 9 estrang. + 5 escrav. = 28 fem.
TOTAL	157

Fonte: Martin (1979, p.107)

O contingente populacional da povoação, foi formado em sua grande maioria por elementos procedentes da própria área rural de Santa Cruz, uma vez que muitos dos imigrantes não se adaptaram ao árduo trabalho agrícola, tendo inclusive alguns deles, outras atividades profissionais na Alemanha. Neste aspecto Roche (1969, p. 103) complementa: “Em 1853 em 71 chefes de família mandados para Santa Cruz há 25 artesãos e 46 agricultores...” Esta questão é ressaltada também ao verificarmos os dados

¹¹ O diretor da Colônia Martin Buff, para o ano de 1856, refere-se a concessão de cinco terrenos em outras quadra, além das oito iniciais, enquanto que na obra de Menezes (1914, p.23) não há registro de lotes atribuídos fora das quadras iniciais até esta data.

estatísticos da colônia em 1854, onde são elencadas as diferentes atividades profissionais dos colonos até então instalados:

TABELA 5: PROFISSÕES NA COLÔNIA DE SANTA CRUZ EM 1854

Lavradores	147	Sapateiro	10
Carpinteiros	10	Pedreiros	9
Músicos	9	Negociantes	8
Ferreiros	6	Alfaiates	6
Ecônomos	5	Militares	5
Marcineiros	5	Tanoeiros	5
Fabricantes de moinhos	4	Mecânicos	4
Fabricantes de pano	3	Padeiros	4
Vidraceiros	2	Fabricantes de Vidro	1
Fabricantes de ferro	1	Seleiro	1
Funileiro	1		

Fonte: Martin (1979, p.98)

Ao longo dos anos, muitos destes profissionais deixaram suas colônias e passaram a exercer atividades na povoação, de acordo com seus ofícios originais, fazendo-o consolidar-se gradualmente. A aglomeração de pessoas na povoação entretanto, já causava preocupação ao diretor da Colônia Martin Buff, que em fins de 1856, solicita ao Presidente da Província, Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, a criação de um grupamento policial (Martin, 1979, p. 109):

“Ilmo. E Exmo. Snr.

“O progressivo aumento de moradores na Povoação nova de Santa Cruz e sua imediata circunferência no Faxinal de João de Faria – para cujo local ocorrem agregados e jornaleiros de muitas pontas da Província, tanto nacionais como estrangeiros, sendo a maior parte dos concorrentes de problemáticas condições, tem dado lugar a diferentes desordens na mesma Povoação nos dias santificados, por já haverem nela cinco casas de negócio

sobrecarregadas de bebidas espirituosas, observando-se então mais de 400 pessoas reunidas...”

O pedido no entanto só foi atendido em 14 de junho de 1859, quando finalmente a povoação recebeu sua força policial, que tinha igualmente sob sua responsabilidade a manutenção da ordem de toda a vasta área rural.

3.4 Fatores Econômicos: a agricultura de subsistência e o início das exportações

Apesar de não passar de um agrupamento de pequenas casas de madeira, a movimentação na Povoação de Santa Cruz, em função do número de estabelecimentos comerciais, menos de dois anos após sua criação, já era considerável, indicando sua vocação natural de entreposto entre a colônia e os mercados de Rio Pardo e Porto Alegre, tendência esta que viria a se confirmar nas décadas seguintes, quando foram iniciadas as exportações agrícolas.

Nos primeiros anos, as atividades econômicas na povoação, resumiram-se ao comércio, realizado muitas vezes apenas na base da troca de produtos agrícolas por outros não produzidos pelos colonos como sal, açúcar, café, vinho e vinagre. Este período, compreendido entre a criação da colônia e sua elevação a freguesia, denominado por Roche (1969, p. 274) de fase da economia de subsistência, caracterizou-se pelo desmatamento do lote, o cultivo de alguns gêneros alimentícios como o

milho, feijão, batata inglesa e a confecção de roupas, móveis e utensílios, sendo consumidos localmente, não havendo praticamente excedentes.

Contudo ao efetuarem as trocas com os comerciantes estabelecidos nas picadas ou na povoação, geravam aos “vendeiros” um estoque de produtos, que eram então exportados para os centros maiores, conforme descreve Buff em seu relatório datado de 15 agosto de 1856:

TABELA 6: EXPORTAÇÕES DE 1856 (ATÉ O MÊS DE AGOSTO)

2.000 sacos de feijão para Rio Pardo	12:000\$000
400 sacos de feijão para Erval, Passo Fundo e Soledade.....	2:400\$000
1.000 sacos a serem conduzidos	7:000\$000
2.000 sacos de milho	4:480\$000
100 arrobas de banha de porco	800\$00
800 arrobas de toucinho	4:800\$00
120 arrobas de fumo	720\$000
6 arrobas de rapé	96\$00
10 arrobas de manteiga	120\$000
100.000 charutos	700\$000
200 sacos de batata	400\$000
150 arrobas de erva mate	384\$000
Soma	33:900\$000

Fonte: Martin (1979, p.108)

Este tipo de transação, deu início ao enriquecimento por parte dos comerciantes, tanto da zona rural quanto da povoação, pois ao

monopolizarem os meios de transportes, acabavam por reter a maior parcela dos lucros aferidos no processo.

Os obstáculos encontrados na época para fazer chegar a produção colonial dos mercados consumidores, notabilizaram-se como o principal entrave ao desenvolvimento de Santa Cruz, ocasionando os baixos preços pagos aos produtores, desestimulando a produção de excedentes. Esta questão que perdurou por muitos anos, foi motivo de constantes solicitações por parte da população da colônia e também da povoação à Câmara de Rio Pardo, visando a obtenção de melhoria nas estradas da região. Apesar das dificuldades de toda ordem, a povoação seguiu seu ritmo de crescimento com a instalação de várias oficinas artesanais, sendo criado em 1857 o primeiro curtume, pertencente a Henrique Jacob Welsch e Frederico Welsch (Martin, 1979, p. 111). Neste mesmo ano, foi finalmente iniciada a construção da capela católica pelo empreiteiro Guilherme Lewis.

No decorrer do século XIX, tornaram-se frequentes a passagem pela região, particularmente por Rio Pardo, de viajantes estrangeiros, deixando relatos de grande importância, tanto pela diversidade quanto pela precisão de suas descrições. Entre eles, o único que esteve em Santa Cruz registrando suas impressões, foi o médico alemão Robert Avé-Lallemant, em visita realizada em março de 1858. Acompanhado por Guilherme Lewis, partindo de Rio Pardo, seguiram os dois cavaleiros em direção norte e mesmo sendo difícil o caminho a percorrer Avé - Lallemant não se cansou

de observar a flora, a fauna e as características geográficas do lugar e ao chegar a povoação observou:

“Começa aqui a Colônia Alemã de Santa Cruz. O lugar chama-se Fachinal e deverá ser, mais tarde, o lugar central, a Vila de Santa Cruz. Um grande quadrado assinala a futura praça principal. Mas até agora só existem três ou quatro casas isoladas e as paredes mestras de uma igreja católica em construção na praça coberta de relva verde.” (1980, p. 171)

Nos dias seguintes, Avé - Lallemand empreendeu uma série de visitas as picadas abertas até então, sendo elas, Santa Cruz, Rio Pardinho e Dona Josefa, tomando contato com os imigrantes e ouvindo relatos sobre as dificuldades enfrentadas por seus compatriotas. Ao retornar de uma destas excursões, em um domingo pela manhã (14 de março de 1858) o médico surpreendeu-se com a movimentação na praça de São Pedro:

“Quando regressei da mata, a praça em frente da casa de meu hospitaleiro inglês apresentava um aspecto animado. De todos os lados chegavam, trotando, colonos alemães vindos a Fachinal para comprar as provisões da semana; ouvem-se todos os nomes alemães; na praça ouvi chamar Schultz, Müller, Meyer e até Winterfeld. Chegou também gente com milho e feijão para vender, em alforjes pendurados nos animais de carga”.(Avé-Lallemand. 1980, p. 173)

Este comentário de Lallemand, denota claramente o início das atividades comerciais na povoação, sendo a praça, além de local de encontro dos colonos, o primeiro mercado para troca e venda da produção rural.

3.5 Fatores Culturais e Político-Institucionais: abertura da primeira escola e elevação a categoria de freguesia.

Apesar de já existirem escolas públicas nas Picadas de Santa Cruz e Rio Pardinho, instaladas respectivamente em 1855 e 1857, a primeira escola na povoação surgiu somente em 20 de agosto de 1859, contando inicialmente com 18 alunos do sexo masculino. O prédio onde funcionou provisoriamente a escola foi alugado de Guilherme Lewis, sendo o professor Adolfo Hoffmann, que também atendia a escola da Picada Santa Cruz (AHRP, Codice 54, p. 398).

Fundada há quatro anos apenas, a povoação ao final de 1859, já contava com casas de comércio, oficinas artesanais e algumas residências. A construção da igreja estava em andamento e graças a sua privilegiada localização, junto a Estrada de Cima da Serra e as picadas que levavam as colônias, o pequeno núcleo tornou-se passagem obrigatória para todos que a área norte de Rio Pardo se dirigissem. O aumento da produção agrícola e o início das exportações de alguns excedentes, fez com que também as condições de vida, após dez anos da chegada dos primeiros colonos, fossem gradualmente melhorando. Este pequeno avanço econômico, refletiu-se também no desenvolvimento da povoação, que apesar de não contar com a igreja católica concluída, foi elevada a categoria de freguesia através da Lei n.º 432 de 8 de janeiro de 1859. (Martin, 1979, p. 119).

Assim ao encerrar-se a década, finalizou-se também a primeira fase de desenvolvimento de Santa Cruz, que ao passar a condição de freguesia,

fez com que também a povoação, alcançasse o primeiro patamar de uma trajetória ascendente rumo a sua consolidação como núcleo urbano, abrindo-se desta forma, os caminhos para seu fortalecimento econômico e a conseqüente emancipação política de Rio Pardo, acontecimentos estes que marcaram de forma contundente as duas décadas subseqüentes, configurando-se na fase a ser vista a seguir.

4. 2ª. FASE - 1859 -1878 - FREGUESIA E VILA

A elevação da Colônia de Santa Cruz a categoria de freguesia, por ato institucional do Governo Provincial, constituiu-se em grande incentivo ao seu desenvolvimento, servindo também como um voto de confiança quanto ao futuro promissor de toda a região, tendo em vista o progresso alcançado em tão exíguo período de ocupação.

4.1 Fatores Populacionais: chegam novos imigrantes

O crescente fluxo migratório dirigido a região, fez aumentar sensivelmente a população de Santa Cruz, pois novas levas de imigrantes chegavam continuamente da Alemanha e também de São Leopoldo, onde os lotes tornavam-se cada vez mais escassos e caros.

TABELA 7: POPULAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL 1859 - 1872

ANO	POPULAÇÃO
1859	2.723
1862	3.138
1863	3.367
1867	4.794
1870	6.000
1872	7.310

Fonte: Godinho (1980, p.58)

Visando atender a intensa demanda por terras, foram criadas nas proximidades de Santa Cruz novas linhas coloniais, quase todas por iniciativa de particulares, que atraídos pelo sucesso dos empreendimentos conduzidos pelo Governo Provincial, também lançaram-se a tarefa de vender lotes em suas propriedades e instalar colonos alemães. Com exceção de Monte Alverne, criada por intermédio da Província em 1859, surgiram na região ao longo das décadas seguintes, inúmeras colônias privadas, implantadas por ações individuais ou companhias colonizadoras tais como: Rio Pardense, em 1862 (Francisco Antônio Borges), Germânia, em 1863 (Rochemberger), Sinimbu, em 1866 (Holtweissing e Cia), Santa Emília, em 1865 (Pereira e Cia.), entre outras (Roche, 1969, p.143).

Ao ingressar na década de 70 do século XIX , a freguesia já contava com uma população global de 6.000 habitantes, sendo que na povoação residiam 487 pessoas, em sua maioria comerciantes, artesãos e funcionários públicos. A inserção deste contingente populacional em uma área antes praticamente deserta, fez com que uma forte motivação fosse

dada a economia de toda a região, iniciando-se uma nova fase de seu desenvolvimento.

4.2 Fatores Econômicos: a produção simples de mercadorias

Transcorridos dez anos após a fundação de Santa Cruz, período este caracterizado pela economia de subsistência, viram-se os colonos obrigados a saldarem os compromissos referentes a quitação de seus lotes, já que estes, a partir de 1854, de acordo com a regulamentação da Lei das Terras de 1850¹, passaram a ser vendidos pelo Governo Provincial.

A questão da cobrança da dívida colonial esbarrou contudo, na incerteza quanto as reais dimensões dos lotes, e sua conseqüente vinculação com a impossibilidade de emissão dos títulos de propriedade.² Apesar deste problema, que se prolongou por anos a fio, a necessidade de acumulação monetária por parte dos colonos, resultou na produção de excedentes agrícolas destinados ao mercado, tornando-se esta uma meta almejada por todos.

¹ A regulamentação da Lei das Terras de 1850, promulgada em 30 de novembro de 1854 pelo Governo Provincial, estabelecia que a partir de então as terras não mais seriam distribuídas gratuitamente aos colonos pelo governo e sim vendidas, fossem elas devolutas ou adquiridas de terceiros para este fim.

² A remedição dos lotes coloniais foi iniciada em 1865 pelo diretor Affonso Mabilde, sendo prosseguida a partir de 1869 por Carlos Trein Filho. O trabalho foi interrompido em 1872 com a emancipação da colônia e reiniciado em Julho de 1878, tendo sido finalizado em 1881.

Este período, segundo Roche (1969), intitulado de fase da produção simples de mercadorias, estendeu-se de 1860 até 1881, representando para a freguesia a expansão agrícola e a estruturação do artesanato e do comércio, projetando assim a vinculação da economia local ao mercado capitalista. Durante estes anos, a agricultura manteve-se ainda bastante diversificada, dividindo-se claramente entre a produção de subsistência e para o mercado, não havendo contudo a especialização de estabelecimentos, pois todos cultivavam visando ambos os objetivos, sendo o feijão, o milho e o fumo, os itens produzidos em maiores volumes.

TABELA 8: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS EM SANTA CRUZ 1858 - 1866

ANO	FEIJÃO		MILHO		FUMO	
1857/58	7.724	SACOS	197.998	MÃOS	287	ARR.
1858/59	5.192	SACOS	25.730	SACOS	929	ARR.
1859/60	12.700	SACOS	27.705	SACOS	3.000	ARR.
1860/61					5.500	ARR.
1861/62					7.300	ARR.
1862/63	26.000	ALQ.	100.000	ALQ.	8.000	ARR.
1863/64	32.000	ALQ.	100.000	ALQ.	17.300	ARR.
1864/65	31.000	ALQ.	70.000	ALQ.	15.750	ARR.
1865/66	42.225	ALQ.	62.113	ALQ.	25.858	ARR.

Fonte: Vogt (1997, p.75)

Estes três produtos, compunham também a pauta básica de exportações, destacando-se o fumo em folha, que a partir da safra 1865/1866, teve crescimento constante, representando mais da metade dos valores exportados pela freguesia. (Vogt, 1997, p.78)

TABELA 9: FUMICULTURA EM SANTA CRUZ 1861 - 1876

ANO	PRODUÇÃO (em kg)	EXPORTAÇÃO (em kg)
1861	82.500	70.500
1862	109.500	97.500
1863	120.000	105.000
1864	259.500	217.500
1866	356.655	226.680
1869	600.000	600.000
1870	-	675.000
1871	800.000	747.909
1872	-	600.000
1875	-	1.175.200
1876	1.600.000	1.531.735

Fonte: Krause (1991, p.54)

A produção ascendente de tabaco, não foi contudo fruto do acaso, pois tanto os colonos como os dirigentes provinciais, viram em sua produção inúmeras vantagens relacionadas a seu cultivo, preparo, transporte e principalmente quanto aos bons preços pagos pelo mercado. Neste aspecto, uma série de incentivos e orientações foram dadas aos colonos, fazendo com que os volumes aumentassem não somente em quantidade mas também em qualidade.

No rol dos principais produtos importados, destacavam-se: sal, açúcar, café, farinha de trigo, arroz, charque, farinha de mandioca, aguardente, vinho, vinagre, tecidos, ferragens, pólvora e sabão. (Cunha, 1991, p.157)

Toda esta movimentação de mercadorias, passava invariavelmente pelas mãos dos chamados “vendeiros”, que possuíam os meios de

transportes e detentores de conhecimento sobre o mercado, monopolizavam o comércio na área. Desta forma iniciou-se o processo de acumulação de capital por parte destes negociantes, uma vez que apropriavam-se de parte dos excedentes da produção agrícola, através de seu transporte ou da comercialização de mercadorias manufaturadas aos colonos. Com o tempo o comerciante também passou a exercer a função de banqueiro, guardando em seu caixa o dinheiro dos colonos, em troca de uma pequena taxa sobre este serviço (Godinho, 1980, p.63).

O trabalho destes “homens de negócios” nas picadas, consistia basicamente em comprar a produção colonial e conduzi-la no lombo de muares ou carroças até Rio pardo, de onde o carregamento seguia via fluvial através do Jacuí. Ao retornarem vinham carregados com todo o tipo de produtos manufaturados ou não produzidos na colônia, originários de diversos pontos do Brasil e até mesmo da Europa.

Estes comerciantes estavam em sua maioria ligados aos grandes atacadistas de Porto Alegre, que a partir da segunda metade do século XIX, transformou-se no centro comercial de toda a região colonial, especializando-se na exportação de seus produtos, particularmente de gêneros alimentícios, aos mercados consumidores do centro do país (Roche, 1969, p.438). Simultaneamente, as casas comerciais da capital, importavam e distribuíam volumes consideráveis de mercadorias, tendo como pontos de apoio o vendeiro e o caixeiro viajante, conforme descrito por (Etges, 1991, p.73):

“O comércio estruturou-se por volta de 1860. É quando se estabelece a rede comercial composta por três elos: o importador/exportador ou atacadista em Porto Alegre; o vendeiro nas ‘Picadas’; o caixeiro viajante (Musterreiter), intermediário entre os dois primeiros.”

Instalados a princípio quase que exclusivamente na zona rural, os comerciantes, começaram a estabelecerem-se notadamente na sede da freguesia por volta de 1860, destacando-se os nomes de Fernando Tatsch, Bernardo Stein, Júlio Eichenberg, Frederico Haensel e Pedro Eifler (Ludwig, 1949, p. 180). A primeira casa comercial da povoação, excluindo-se as pequenas vendas e botequins existentes até então, surgiu por volta de 1861 e pertenceu aos senhores Kaufmann e Hasslocher, também proprietários de estabelecimento de mesmo gênero em Porto Alegre, desde 1851. A casa localizava-se na esquina das ruas Imperial e Santa Cruz (atuais Júlio de Castilhos e Marechal Deodoro), tornando-se um ponto tradicional no decorrer dos anos, trabalhando com a venda de ferragens, louças, tintas, cordas, cereais, tecidos, entre outros (Martin, 1984, p. 9).

Os dados apresentados no relatório do diretor da colônia Affonso Mabilde para o ano de 1866, (apud, Krause, 1991, p.59), confirmam que a maioria dos estabelecimentos comerciais localizavam-se na área rural, sendo que de um total de 18 negociantes, 7 apenas situavam-se na povoação e os demais nas linhas e picadas. O florescimento do comércio na freguesia, teve como consequência sua independência econômica de Rio

Pardo, que passou a perder a exclusividade sobre a circulação de mercadorias na região.

Após 1860, cada vez mais as transações passaram a ser feitas diretamente com os atacadistas de Porto Alegre, permanecendo Rio Pardo apenas com a função portuária, o que não impediu sua decadência, mesmo tendo sido até então, um dos mais importantes e movimentados entrepostos comerciais da província.

O desenvolvimento das atividades profissionais, também são mencionadas pelo diretor Mabilde, (apud, Krause, 1991, p.57), onde destaca o fato de não haverem muitos artesãos na povoação, pois segundo seu relatório, a maior parte deles ainda encontrava-se na área rural, perfazendo um total de 16,8% na povoação e 45,14% nas linhas.

TABELA 10: ATIVIDADES PROFISSIONAIS EM SANTA CRUZ 1866

ATIVIDADES PROFISSIONAIS			
PROFISSÃO	Nº. NA POVOAÇÃO	Nº. NAS LINHAS	TOTAL
Alfaiates	2	3	5
Abridor de metais	-	1	1
Canteiros	1	-	1
Carpinteiros	2	9	11
Construtores de moinho	-	3	3
Carneiros	3	-	3
Carreiros	5	1	6
Cortidores	3	2	5
Destiladores	-	15	15
Estalajadeiros	1	-	1
Escultores	1	-	1
Ferreiros	2	7	9
Ferreiros aprendizes	2	-	2
Ferradores	1	-	1
Fabricantes de carro	-	3	3
Fabricantes de cerveja	2	7	9
Fabricantes de charuto	7	3	10
Falquejadores	-	1	1
Funileiros	1	3	4
Funileiros aprendizes	1	-	1
Músicos	-	7	7
Negociantes	7	10	17
Oleiros	2	-	2
Pedreiros	4	16	20
Padeiros	1	-	1
Sapateiros	4	9	13
Serralheiros	1	-	1
Seleiros e Lombilheiros	2	-	2
Tecelões	-	54	54
Torneiros	1	-	1
Toucinheiros	1	-	1
Tanoeiros	1	-	1
Tamanqueiros	2	1	3
Vinhateiros	-	3	3
TOTAIS	60	158	218

Fonte: Krause (1991, p.57)

A extensa e diversificada relação de atividades exercidas pelos primeiros moradores, seja nas linhas ou na povoação, revela as múltiplas facetas daqueles que aqui chegaram, e que apesar de possuírem outras

especializações profissionais, estabeleceram-se inicialmente como agricultores, desenvolvendo seus ofícios individualmente ou com a ajuda da família junto ao lote colonial, alternando a lida na terra com atividades artesanais em uma dupla jornada de trabalho.

Neste período surgiram também, os primeiros estabelecimentos artesanais na povoação a empregarem um maior número de trabalhadores. Quanto ao primórdios do desenvolvimento da economia urbana de Santa Cruz do Sul, Cunha (1991, p. 154) complementa:

“Examinando-se as informações detalhadas dadas pelo relatório do Diretor da Colônia em 1866, percebe-se que a Povoação de Santa Cruz começa a atrair e concentrar a produção não agrícola da Colônia de tal forma que dos cinco curtumes, três estão na Povoação e fornecem matéria-prima para quatro sapatarias, duas fábricas de lombilhos e selas e duas fábricas de tamancos e ainda é possível acreditar que sejam responsáveis pelo fornecimento de sebo à primeira fábrica de sabão que surge na povoação em 1867.”

Segundo o mesmo autor, “a produção de sapatos, botas, tamancos, lombilhos, selas e arreios, destinavam-se ao consumo da população da própria Colônia.” (1991, p.154)

O crescimento da povoação, fomentou também o surgimento de artesãos voltados a construção civil, pois em 1866 estavam estabelecidos

no núcleo urbano, dois carpinteiros, três marceneiros, quatro pedreiros, um serralheiro, um torneiro (em madeiras) e também uma olaria.³

Encontravam-se igualmente em plena atividade na povoação, além de duas cervejarias, sete estabelecimentos artesanais fabricantes de charutos, indicando este último dado, a vocação da área quanto a futura industrialização do tabaco que viria a ser implementada algumas décadas depois (Krause, 1991, p.59).

4.3 Fatores Sócio-Culturais: organização da sociedade urbana

Conjuntamente ao desenvolvimento econômico e do aumento populacional, foi sendo estruturada na povoação a partir de 1860 a vida educacional, religiosa e social, tendo como base a organização já existente no meio rural e que proveu a colônia de escolas, igrejas e também mais tarde de sociedades recreativas.

Abandonados nos primeiros tempos pelo Governo Provincial, no que diz respeito ao ensino e orientação religiosa, foram os próprios imigrantes, graças ao seu espírito associativista, que se encarregaram de erguer além de igrejas, uma ampla rede de escolas particulares em língua alemã,

³ Esta olaria foi criada em torno de 1858 para o suprimento de tijolos destinados a construção da Igreja Católica da povoação. Nela trabalhavam em 1866, dois oleiros e alguns escravos pertencentes ao proprietário do estabelecimento, o inglês Guilherme Lewis (Cunha, 1991, p.154).

mantidas em atividade por toda a zona rural. Na povoação a primeira escola pública foi instalada em 1859, conforme descrito no capítulo anterior, sendo criada em 1860 por Carolina Leopoldina Ortiz da Motta, uma escola particular, transformada igualmente em pública dois anos depois (Menezes, 1914, p.40).

No campo educacional, constituíram-se verdadeiros marcos para a Povoação de Santa Cruz, o surgimento das três escolas particulares de caráter religioso, sendo fundadas respectivamente em 1871, 1872 e 1874 os colégios evangélico Sinodal (atual Mauá) e os católicos São Luis e Sagrado Coração de Jesus.⁴ A primeira edificação do Colégio Sinodal, localizava-se nas esquinas da rua de São Pedro e da Colônia (atuais Marechal Floriano com Borges de Medeiros), caracterizando-se por possuir uma pequena torre. O Colégio das Irmãs, como por muitos anos foi chamado, o Sagrado Coração de Jesus, foi construído sob orientação do engenheiro Roberto Puhlmann, ao lado da Igreja Católica, sendo inaugurado em 1875. Já o São Luis instalou-se na rua de São Pedro, em frente a praça de mesmo nome.

O valor dado pelos imigrantes alemães a educação de seus filhos, refletiu-se sobremaneira no crescimento destas instituições, abrigando ao longo dos anos em suas salas de aula e internatos, um expressivo número de alunos vindos de toda a região. A qualidade do ensino ministrado em

⁴ Estes estabelecimentos de ensino apesar das inúmeras ampliações e reformas sofridas ao longo dos anos em seus prédios, permanecem ainda hoje situados nos mesmos locais em que foram criados, com exceção do Colégio Mauá, que apesar de manter a propriedade do conjunto no centro da cidade, transferiu suas atividades educacionais em 1981 para uma área periférica, em meio a um parque natural.

Santa Cruz, contando inclusive com professores vindos da Alemanha, tornou-se certamente um dos principais elementos propulsores de seu desenvolvimento, pois a educação antes de mais nada foi sempre motivo de orgulho para sua gente, mesmo que em muitos casos não passasse das “primeiras letras”.

Sete anos após o início da construção, em 24 de junho de 1863, foi finalmente inaugurada a Igreja Católica da povoação, cuja paróquia havia sido criada em 1859. Localizado em posição privilegiada, em frente a praça de São Pedro, o templo foi dedicado a São João Batista, padroeiro da povoação, contando com pinturas internas produzidas por Diogo Lewis, filho do empreiteiro da obra, Guilherme Lewis. A Comunidade Evangélica da Povoação de Santa Cruz foi fundada em 2 de janeiro de 1862, contudo a Igreja somente foi concluída em 1867, localizando-se na esquina da rua da Colônia com rua de Rio Pardinho (atuais Borges de Medeiros com Tenente Coronel Brito) (Martins, 1979, p.131). Antes da construção de seus templos, as cerimônias religiosas eram realizadas de maneira esporádica em residências particulares. Quanto ao número de fiéis, Krause (1991, p. 210), apresenta dados referentes a 1870, indicando que a população católica era composta de 275 pessoas e a de protestantes de 221 pessoas, totalizando 496 almas, concluindo-se ser este o número aproximado de moradores na povoação no referido ano.

Sem muito tempo para o lazer e a diversão, devido ao intenso trabalho desenvolvido tanto pelos colonos quanto pelos habitantes da povoação em seus primeiros anos, as sociedades em ambos locais, só começaram a se formar de modo mais freqüente a partir de 1860. Sendo assim, surgiu em princípios de 1863 a Schutzengilde, primeira sociedade constituída na povoação, realizando atividades esportivas em diversos locais, tais como o potreiro da Chácara H de José Ohland, para os treinamentos de cavalaria e as terras de Einrich Peter Filter (próximas do atual Colégio Mauá) para os exercícios de tiro. Nas proximidades deste mesmo local, foi construída a primeira cancha de bolão da sociedade, concluída em 1866. Neste ano foi fundado também o Clube União, sendo que em 19 de julho de 1868, as duas entidades se fundiram, recebendo o nome de Deutscher Club (Martin, 1988^A, p.3).

4.4 Estrutura Urbana: a ocupação dos lotes

Embora lenta, a ocupação dos lotes por edificações na povoação começava a se efetivar. Contudo, a distribuição dos terrenos ainda causava preocupação, fato que motivou a Câmara de Rio Pardo, através do vereador inspetor do distrito de Santa Cruz, Nicolau Soares Lisboa, a solicitar maiores informações sobre a situação ao diretor da colônia Carlos Schewrin. Em correspondência enviada em 29 de agosto de 1862, Schewrin informa que a maior parte dos proprietários que tiraram título, não tomaram

posse, não edificaram, nem cercaram seus terrenos. Na carta sugere também, que sejam tomadas providências, no sentido de obrigar os proprietários a construírem em certo prazo, sendo que aqueles que não cumprissem tal determinação, deveriam ter seus lotes repassados a aqueles que desejassem construir (AHRP, Códice 57, p.434). Esta questão arrastou-se por muitos anos e na verdade nunca foi realmente solucionada, mas bem demonstra a preocupação do diretor em fazer progredir o pequeno núcleo.

Problemas foram ocasionados também, pelas constantes ameaças de apropriação das terras do logradouro público, situadas ao norte das primeiras quadras da povoação, por parte de alguns colonos. Buscando resolver a questão, foi emitida correspondência pelo Palácio do Governo em Porto Alegre a Câmara Municipal de Rio Pardo, datada de outubro de 1862, ratificando a área de 2.317 braças quadradas para o logradouro, conforme previsto pela lei de desapropriação de novembro de 1852. Foi aconselhada também, a imediata demarcação do local pelo diretor da colônia, Carlos Schewrin, afim de que futuras invasões fossem evitadas (AHRP, código 57, p.515).

Nos anos seguintes, as solicitações de lotes na povoação continuaram intensas, conforme comprova o pedido abaixo transcrito, feito pelos irmãos Trein, em novembro de 1864, à Câmara Municipal de Rio Pardo, sendo o mesmo deferido em sessão realizada em 27 de janeiro de 1865 (AHRP, Códice 59, p.578):

“Ilmo Sr. Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal

Trein Irmãos, negociantes e moradores na Freguesia de Santa Cruz deste município, pretendem edificarem uma casa nas proporções que a lei concede, e achando devolutos os terrenos de 8 a 11⁵ na quadra V, vem muito respeitosamente pedir se Vvss^{as}. Se dignem mandar que lhes sejam concedidos por aforamento os mencionados terrenos, obrigando-se os Supp^{tes} aos ônus da Lei. Os suplicantes esperão de Vvss^{as}.

Trein Irmãos”

Santa Cruz, 10 de novembro de 1864.

Estas concessões atingiram somente no ano de 1870, o número de 50 terrenos (Menezes, 1914, p.56), fazendo com que o então diretor Carlos Trein Filho⁶, voltasse a questão de sua distribuição, alegando problemas administrativos referentes a irregularidades quanto ao não registro dos títulos de propriedade dos lotes na povoação.

Neste aspecto, Trein em carta enviada a Administração Provincial, assim descreve a situação, sugerindo igualmente soluções:

“De igual necessidade seria determinar um prazo em que deviam principiar os donos dos terrenos com a construção d’ uma casa, pelo menos seria bom de obrigar-os de fazer cerca e de tomal-os em posse porque em poucos annos não terá mais terrenos devolutos n’ esta freguesia, porque muitos achão-se nas mãos de especuladores que só a um preço enorme querem vendel-os aos edificadores, e visto

⁵ Nestes terrenos foi construída em torno do ano de 1865, o primeiro sobrado de alvenaria da povoação, localizando-se onde hoje encontra-se a sede do Clube União, sendo proprietário do mesmo, o Sr. Carlos Trein.

⁶ Carlos Trein Filho exerceu o cargo de diretor da colônia de 1869 até sua extinção em 1872. Permaneceu contudo, com o título até 1881 quando concluiu a medição dos lotes coloniais. Foi vereador na primeira legislatura, iniciada em 1878 e pessoa de grande influência política e econômica. Dedicou-se a Igreja Evangélica, ao Colégio Sinodal (Mauá) e a Maçonaria da qual foi um dos líderes mais destacados.

que isso impede o livre desenvolvimentos d' esta freguesia, seria conveniente de tomar em consideração uma ordem a esse respeito." (Apud, Cunha, 1991, p.156)

Ainda em 1870, Trein que era agrimensor, produziu uma nova planta do núcleo urbano, que na época já contava com cerca de 80 edifícios de pedra e cal cobertos de telhas (Cunha, 1991, p.157). Esta planta no entanto, não apresentava alterações significativas em relação ao projeto inicial datado de 1855. Dando continuidade a instalação de equipamentos urbanos na povoação, foi criado em 1872, o Cemitério Público, estando o setor católico localizado onde hoje encontra-se a Igreja Evangélica (início da rua Venâncio Aires) e o Evangélico a sua direita, prolongando-se na direção norte (Martin, 1992^B, p.3).

Neste ano foi realizada também, a primeira alteração no plano urbanístico original da futura cidade, com a substituição da praça de Santa Teresa, projetada pelo engenheiro Castro Menezes, pela Praça Simões Lopes, criada junto a rua de São Pedro após a quadra V, situando-se portanto fora dos 25 quarteirões inicialmente demarcados. Esta modificação foi implantada, segundo os administradores da época, por não haver necessidade de duas praças tão próximas uma da outra, já que a Praça de Santa Teresa estava separada da Praça de São Pedro por apenas um quarteirão. Após ser loteada, seguindo o padrão adotado até então, a praça recebeu a designação de Quadra Z, rompendo a ordem alfabética

seqüencial estipulada anteriormente. Percebe-se também, comparando as duas plantas existentes até então, 1855 e 1870, a alteração na designação da Quadra I, que passou a ser identificada na planta de Carlos Trein Filho por Quadra J, sem que para isto fosse encontrada qualquer justificativa (Martin, 1992^A, p.3).

4.5 Fatores Político-Institucionais: o município e a vila de Santa Cruz

Após concluir os trabalhos de instalação e organização da Colônia de Santa Cruz, incluindo a consolidação de seu núcleo urbano, o Governo Provincial, extinguiu-a oficialmente em 1872, tornando-se Santa Cruz distrito de Rio Pardo. Neste período, todas as decisões passaram a ser tomadas pela Câmara Municipal da vizinha cidade. Carlos Trein Filho contudo, permaneceu com o título de diretor até 1881, ficando encarregado da resolução dos casos relativos a medição e limites na zona rural, concluindo neste período o levantamento geral das terras iniciado em 1865.

O rápido desenvolvimento e a importância econômica adquirida por Santa Cruz fez com que fosse decretada pelo governo Provincial sua autonomia administrativa de Rio Pardo. Isto se deu através da Lei nº 1079 de 31 de março de 1877, sancionada pelo vice-presidente da Província, Dr. João Dias de Castro, sendo elevada também a Povoação de São João de

Santa Cruz a categoria de vila (Menezes, 1914, p.67). A determinação contudo, de acordo com Martin (1992, p.3), só foi viabilizada graças a dedicação de Carlos Trein Filho, que muito lutou para que a emancipação se tornasse realidade, celebrando inclusive um novo contrato de medição, assinado em 17 de julho de 1878, com o Governo Provincial, responsabilizando-se pela efetiva regularização dos lotes, para que pudesse ser finalmente resolvida a questão da dívida colonial de Santa Cruz, a cuja cobrança estava condicionado o ato institucional de sua emancipação política.

Diversas foram as conseqüências da aprovação desta lei, entre elas o aumento do efetivo policial do núcleo urbano, que em maio de 1877, passou a contar com um Alferes Comandante, na pessoa de Vasco Alfonso de Andrade Neves, um sargento, um cabo e dez praças. Igualmente foi instalada em 30 de junho do mesmo ano, a Coletoria das Rendas Provinciais, agilizando o pagamento de impostos pelos contribuintes locais, beneficiando também o próprio Governo.

Apesar de aprovada a lei de emancipação, somente um ano e meio após, ou seja, em 28 de setembro de 1878, é que foi instalada a Câmara Municipal, ocupando um prédio localizado na esquina das ruas de São Pedro e Taquarembó (atuais Marechal Floriano e 28 de setembro), sendo empossados os seguintes vereadores: Joaquim José de Brito, Carlos Trein

Filho, Roberto Jaeger, Germano Hentscke, Jorge Júlio Eichemberg, José Lopes Simões e Pedro Werlang (Menezes, 1914, p.68).

Este fato marcou o início da implantação de uma série de melhoramentos para Santa Cruz, pois a independência administrativa trouxe consigo inúmeras facilidades, particularmente quanto a agilidade de decisões dos problemas locais e destinação de verbas. Entre as atividades a serem sistematizadas, estava a organização da cobrança do imposto territorial urbano ao qual o município tinha direito. Neste sentido são feitas pela Câmara em outubro de 1878, as seguintes solicitações ao Presidente da Província, conforme descreve Menezes (1914, p.71):

“A Câmara pede ao presidente da Província que, ‘dora em diante fosse cobrado e administrado o fôro e laudemio dos terrenos da villa pelo seu procurador, visto resultar dessa medida a economia de 20% do valor arrecadado, pelo motivo de receber a Collectoria 30%’, ao passo que o procurador da câmara tem direito aos 10% somente, allegando ainda, que , em virtude da lei, tanto o fôro como o laudemio dos terrenos aforados na povoação devem ser applicados ao nivelamento das ruas e estradas mais proximas, e pedia tambem que mandasse entregar ao mesmo procurador as quantias até então arrecadadas pela Fazenda Provincial.”

A criação do município gerou um novo impulso a Vila de Santa Cruz, pois toda uma gama de serviços administrativos, embora bastante incipientes em seus anos iniciais, precisou ser posta em funcionamento. A partir de 1878, vários órgãos públicos foram criados ou somente fortalecidos, como foi o caso da força policial e dos serviços de correios, facilitando a vida dos moradores da vila e também da zona rural. As

transformações econômicas resultantes deste segundo período, refletiram-se fortemente no núcleo urbano, que de pacata povoação passou em menos de vinte anos a categoria de vila, agregando a sua pioneira função de apoio as atividades rurais, as funções de entreposto comercial e centro administrativo.

5. 3ª. FASE - 1878/1917 - TABACO

A autonomia político-administrativa alcançada por Santa Cruz, marcou o início de uma nova e importante fase de seu desenvolvimento, sendo caracterizada pelo significativo aumento de suas exportações agrícolas, lideradas pelo tabaco. Apesar do contínuo crescimento da produção a partir de 1866, foi de 1881 em diante que a especialização fumageira consolidou-se definitivamente, trazendo progresso econômico ao município e viabilizando sua integração aos grandes mercados consumidores da época. Além disto, proporcionou a implantação de equipamentos e serviços em seu núcleo urbano, gerando as condições necessárias a futura instalação de seu parque industrial.

5.1 Fatores Econômicos: a especialização fumageira

A necessidade de desenvolvimento de uma cultura agrícola dominante na região e que apresentasse boas condições de

competitividade no mercado, preferencialmente algum produto diferenciado dos já produzidos em outras localidades, fez com que a escolha recaísse sobre o tabaco, que há vários anos vinha se destacando pelas crescentes quantidades exportadas, resultado de sua facilidade de conservação e transporte, adequação as condições de produção das pequenas propriedades e do incentivo dado pelo Governo, através da distribuição de sementes de alta qualidade e da orientação técnica quanto ao seu plantio.

Grande apoio a produção e exportação do tabaco foi dada igualmente pelos comerciantes locais, que diante dos altos lucros alcançados na intermediação entre os colonos e o mercado¹, puderam então viabilizar a acumulação de capital que veio posteriormente impulsionar todo o processo de desenvolvimento da região, criando as pré-condições para a dominação capitalista da produção fumageira efetivada após 1917.

TABELA 11: QUANTIDADE E VALOR DO FUMO EM FOLHA, FEIJÃO BANHA E ERVA MATE EXPORTADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ NO PERÍODO 1881/1916

ANO	FUMO EM FOLHA		FEIJÃO		BANHA		ERVA-MATE	
	PESO (kg)	VALOR (réis)	PESO(kg)	VALOR(réis)	PESO (kg)	VALOR(réis)	PESO(kg)	VALOR(réis)
1881	1.575.000	342:234\$436	64.000lt	32.000\$000	240.000	64:000\$000	900.000	108:000\$000
1896	1.650.000	825:000\$000	20.000sc	320.000\$000	750.000	425:000\$000	375.000	100:000\$000
1901	2.200.035	621:994\$000	7.262sc	58.000\$000	503.175	402:540\$000	419.580	41:958\$000
1906	1803.045	901:522\$000	6.153sc	?	817.125	?	493.560	?
1911	2.551.305	1.000:000\$000	7.772sc	?	1.176.885	?	427.425	?
1916	3.004.694	?	?	?	1.318.275	?	?	?

Fonte: Vogt (1997, p.87)

¹ Este tipo de relação comercial entre o vendeiro e o produtor rural, baseava-se no funcionamento das chamadas “contas correntes”, onde o fumo e outros produtos eram geralmente trocados por itens disponíveis no estoque de seu estabelecimento como ferragens, tecidos, calçados, louças e mantimentos. Este sistema vigorou por muitas décadas, sendo posteriormente substituído pela comercialização direta com as grandes companhias fumageiras, envolvendo outros tipos de acordo.

A intensa atividade agrícola, tendo o fumo como principal produto, garantiu a participação de Santa Cruz na divisão interregional do trabalho. Nela estava destinado ao Rio Grande do Sul, o papel de fornecedor de produtos alimentícios e matérias primas ao centro do país, voltadas principalmente ao abastecimento dos grandes comerciantes e cafeicultores do Rio de Janeiro e São Paulo, aos quais eram fornecidos banha, feijão, farinha de mandioca, charque e fumo, sendo comercializados em troca açúcar, café e produtos manufaturados. A diferença favorável ao Rio Grande do Sul era então paga em divisas, que por sua vez utilizava o montante apurado na importação de produtos estrangeiros (Singer, 1968, p.170).

A participação de Santa Cruz, na condição de produtor simples de mercadorias, consistia no fornecimento de alguns produtos como erva-mate, feijão, banha e principalmente de tabaco, sendo este responsável pelos mais expressivos volumes e valores exportados pelo município conforme a tabela abaixo:

TABELA 12: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FUMO EM SANTA CRUZ 1886 - 1915

ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO
1886	1 750 000 kg	1 677 480 kg
1891	1 450 000 kg	1 328 500 kg
1895	1 960 500 kg	1 521 500 kg
1900	1 120 000 kg	1 086 290 kg
1905	1 440 000 kg	1 598 640 kg
1910	2 180 000 kg	2 176 094 kg
1915	3 150 000 kg	3 144 000 kg

Fonte: Krause (1991, p.67)

As exportações fumageiras no período contudo, não mais se restringiam apenas ao mercado nacional, atingindo já na virada do século alguns países Europeus e do Prata (Silveira, 1997, p.48). Neste sentido, visando a qualificação do produto e o aumento de suas vendas, tanto para o mercado interno quanto externo, sementes de outras qualidades de fumo foram importadas de Cuba e dos Estados Unidos, sendo distribuídas gratuitamente aos colonos pelo Governo (Etges, 1991, p.75).

Paralelamente a consolidação da agricultura comercial, o artesanato rural desenvolveu-se de forma vigorosa, atingindo seu apogeu entre 1880 e 1890, sendo direcionado “ao fornecimento dos artigos necessários a vida local e a transformação dos produtos agrícolas para torná-los exportáveis”, (Roche, 1969, p.481). Neste período espalhavam-se por todo o interior, pequenas oficinas como marcenaria, tanoarias, sapatarias, destilarias, moinhos, charcutarias, entre outras, sendo utilizada como força de trabalho a própria mão-de-obra familiar. Estas oficinas, conforme visto anteriormente, também surgiram em grande número na vila, conduzidas por colonos não adaptados a lida rural e em sua maioria por imigrantes artesãos que estabeleceram-se diretamente no núcleo urbano (Godinho, 1980, p.62). Sendo assim, o surgimento das manufaturas não tardou, pois conforme o jornal Kolonie de 21 de maio de 1892, estavam localizados na Vila de Santa Cruz os seguintes estabelecimentos fabris: 3 fundições (Schreiner, Lau e Filhos, Binz); 1 fábrica de formas para sapatos (Kolberg); 3 serrarias (Kulheis, Meyer, Textor); 1 fábrica de tachos de cobre e latão (Baumhardt); 3 fábricas de telhas e tijolos (Eick, Dahlem, Henrich); 1 fábrica de cal

(Koelzer) e 2 fábricas de fumo (Krische e Geske). Três anos após, já em 1895, é publicado também no Kolonie em sua edição de 1º. de julho, um novo levantamento das principais “indústrias da Vila”, aparecendo relacionados 14 estabelecimentos, constando contudo apenas o nome e a força de suas máquinas (HP):

TABELA 13: ESTABELECIMENTOS FABRIS EM SANTA CRUZ -
1895

01	Felipe Heuser & Cia.	8 HP
02	Abrahão Tatsch e herdeiros	8 HP
03	Ricardo Textor	7 HP
04	Carl Caspary	6 HP
05	Guilherme Eichenberg	5 HP
06	Wilhelm Lamberts	4 HP
07	Joseph Binz	4 HP
08	Albino Geske	4 HP
09	Peter Koelzer	4 HP
10	José Kolberg	4 HP
11	Guilherme Schreiner	4 HP
12	Peter Kroth	4 HP
13	Henrique Meurer	3 HP
14	Luiz Rech	2 HP

Fonte: Jornal Kolonie, (apud, Krause, 1991, p.73)

Destas duas relações apresentadas cabe, destacarmos alguns estabelecimentos tais como: a Fundação Schreiner, fundada em 1882, contando com 15 operários e dedicada a fabricação de caldeiras, prensas para fumo, banha e para a moldagem de canos e telhas; a “fábrica de fumo” de Guilherme Geske, possuindo capacidade de preparar 700 kg de fumo

cresto e 300 kg de fumo caporal por dia e a fábrica de cadeiras e formas para sapataria de José Kolberg, contando com 7 trabalhadores.

Estas três empresas, constituem-se uma pequena amostra da variedade da produção fabril da época, mas apesar de serem denominadas de indústria, na verdade não passavam de manufaturas, devido as suas características relacionadas ao reduzido número de empregados e baixo capital investido (Vogt, 1997, p.100).

O progresso alcançado pela economia do município, representado pelo surgimento de novos empreendimentos, fez surgir a necessidade de criação da primeira instituição bancária regional, dando continuidade ao processo de instalações das condições exigidas para o desenvolvimento dos meios capitalistas de produção.

“Em 1904 foi fundada pelos comerciantes de Santa Cruz do Sul a Caixa Santacruzense, que tinha como finalidade expressa a realização das operações bancárias necessárias às atividades comerciais e principalmente daquelas relacionadas às exportações do principal produto, o fumo. Posteriormente, em 1931, transformou-se em banco e abriu agências em Porto Alegre e em mais cinco cidades do RS.” (Étges, 1981, p.75)

Contando com o envolvimento dos comerciantes locais, garantindo a chegada dos produtos ao mercado, foi sendo criada gradativamente toda uma estrutura que favoreceu “a organização do capital industrial, que instala a agroindústria fumageira nos últimos anos do século XIX e nas duas primeiras décadas deste século, processo possível graças a acumulação

realizada ao nível de circulação” (Cunha, 1991, p.178). As primeiras empresas fumageiras foram criadas por iniciativa de ricos comerciantes, tendo como localização a Vila de Santa Cruz devido as facilidades quanto a obtenção de mão-de-obra e infraestrutura, conforme destacadas pela estatística industrial de 1916:

TABELA 14: ESTABELECIMENTOS DE FUMO PREPARADO EXISTENTES EM SANTA CRUZ NO ANO DE 1916

PROPRIETÁRIOS	CAPITAL (réis)	VALOR PRODUÇÃO (réis)	Nº OPERÁRIOS
Adolfo Iserhard	40:000\$000	60:000\$000	15
A E. Hennig & Cia.	120:000\$000	150:000\$000	135
José Etges F. & Cia.	50:000\$000	70:000\$000	40
Alfredo Schütz	150:000\$000	200:000\$000	150
Irmãos Schütz	120:000\$000	150:000\$000	120
Augusto Bauermann	10:000\$000	15:000\$000	6
Teodoro F.Schiling	40:000\$000	60:000\$000	12
J.N. Kliemann	110:000\$000	150:000\$000	120

Fonte: Vogt, 1997, p.99

O levantamento de 1916 apresenta ainda, uma relação de empresas fabris voltadas a ramos diversificados como: preparação de banha (5 estabelecimentos), bebidas alcóolicas, gasosas e cerveja (6 estabelecimentos), fundição e obras sobre metais (2 estabelecimentos), móveis e decorações (15 estabelecimentos), entre outros. (Krause, 1991, p.78-80)

O fato mais marcante para o desenvolvimento da economia fumageira na região foi contudo a chegada, em 1917, da “The Brazilian

Tobacco Corporation”, posteriormente denominada de Companhia Brasileira de Fumo em Folha (1920) e de Souza Cruz (1955), de propriedade da “British American Tobacco” (Vogt, 1997, p.101). A vinda da companhia inglesa, teve como consequência direta, a completa transformação do setor, introduzindo novas técnicas como a secagem artificial em estufas e plantio de diferentes tipos de fumo como o “Virginia”. Quanto a isto Ludwig (1949, p. 266) comenta:

“O cultivo racional do fumo em Santa Cruz do Sul foi introduzido pela Companhia Brasileira de Fumo em Folha que aqui se estabeleceu, após ter estudado, profundamente, o nosso solo e nossa gente; aqui construiu logo de início, enormes armazéns; aqui empregou jovens santacruzenses em seus escritórios e outros departamentos; percorrendo os seus técnicos o município analisando as terras, ensinando o colono o plantio do tabaco, recomendando-lhe a construção de fornos para secar fumos de estufa; visitando-os, periodicamente, observando as suas plantações, continuando a assistir e, assim até a colheita, garantindo a eles, a colocação do produto.”

É interessante ressaltar as causas que motivaram o início do processo de instalação do complexo fumageiro localizado em Santa Cruz do Sul, a partir da visão dos representantes do capital local e estrangeiro na região. Algumas das fortes razões são enumeradas em uma entrevista com os diretores da C.B.F.F. (atual Souza Cruz), realizada por Ludwig (1949, p.273):

“1º., por serem terras nesta região apropriados para o cultivo do fumo de estufa, com clima moderado, com precipitação de chuvas igualmente distribuídas sobre todos os meses do ano;

2º., o sistema de agricultura em pequenas propriedades ser o mais adequado para cultivo do fumo de estufa tendo as experiências produzindo melhores resultados onde os donos das terras tratam, juntamente com suas famílias deste cultivo:

3º., por ser um tipo de colonos caprichosos, dedicados ao trabalho (...);

4º., Santa Cruz já era conhecida como um centro de cultura de fumo de galpão, com uma produção importante, já tendo firmas exportadoras destes fumos para a Europa e vários negociantes compradores no interior do município (...);

5º., Santa Cruz já era servida pela estrada de ferro, como meio de transporte.”

Tais motivações, demonstram claramente uma série de fatores que foram conquistados e implementados ao longo dos anos com muito sacrifício e trabalho pelo povo local, para que fossem atendidas as exigentes condições necessárias à implantação dos investimentos que vieram a consolidar Santa Cruz como pólo da agroindústria fumageira.

A vinda do capital estrangeiro, que precocemente percebeu o grande potencial econômico da região, resultou também em mudanças no núcleo urbano de Santa Cruz a começar pela reorganização de sua infraestrutura, implantada no início do século XX e que para atender as novas demandas necessitou a partir de então, ser continuamente melhorada e ampliada, contribuindo, sem dúvida, para a otimização do capital empregado, bem como para a comodidade de seus habitantes, que passaram a usufruir dos benefícios da modernidade da época, atrelando-se a cidade contudo, as oscilações econômicas dos mercados nacional e internacional.

5.2 Fatores Político-Institucionais: a cidade de Santa Cruz

Após a emancipação de Santa Cruz, o acontecimento político mais importante foi a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, cujos reflexos decorrentes da mudança abrupta de regime e de suas lideranças, foram igualmente sentidas no município. Com a queda da monarquia, seguiram-se anos de grande instabilidade política em todo o Estado, incluindo a luta armada entre Legalistas e Federalistas (1893-1895) e que envolveu a disputa pelo poder entre o Partido Republicano Rio Grandense (PRR) e o Partido Republicano Federalista (PRF), ao qual estavam ligados a maior parte das lideranças locais (Krause, 1991, p.136-150). Apesar da agitação inicial do período, a situação foi normalizada após as eleições de 1895, que conduziram o PRR ao poder, sob o comando de Júlio de Castilhos.

“Uma das características que diferenciava o PRR dos demais partidos era o fato de procurar apoio ideológico numa corrente filosófica então em voga: o positivismo, que procurava legitimar no poder as classes emergentes da revolução industrial. Dentre as várias correntes positivistas, o PRR foi procurar sua inspiração em Auguste Comte que aqui foi deus, e Júlio de Castilhos, seu profeta.” (Weimer, 1987, p.174)

A influência do Governo Estadual positivista, refletiu-se sob forma de uma reorganização da política desenvolvimentista do Rio Grande do Sul, tornando-se altamente favorável as zonas coloniais. Nesta fase uma série de obras públicas foram implantadas nesta área, particularmente voltadas a

melhoria das vias de comunicação, incluindo a extensão da malha ferroviária, pois segundo Weimer (1992, p. 71):

“A conjuntura criada pela economia internacional antes da Primeira Guerra Mundial veio favorecer a exportação de produtos alimentícios. Essa pressão forçou o governo, ao lado de suas necessidades de legitimação, a procurar apoio nas colônias alemãs e a incentivar suas iniciativas.”

A adoção de tais diretrizes, associadas a uma maior autonomia administrativa dos municípios, acabou por favorecer o desenvolvimento urbano e em muitas cidades também o início da industrialização, como no caso de Santa Cruz, que rapidamente integrou-se as novas premissas adotadas pelo Governo.

Seguindo a linha político-administrativa do PRR, tomou posse em 7 de outubro de 1900 como Intendente Municipal, o engenheiro civil Adalberto Pitta Pinheiro, cuja gestão estendeu-se até 1904, sendo descrita por Menezes (1914) como um período decisivo para o desenvolvimento da vila e município de Santa Cruz, tanto do ponto de vista material, quanto social e intelectual:

“Á essa administração, como efeito, deve o município obras perduraveis, quer as levadas a termo na sua vigencia, como a solida ponte sobre o Taquary-mirim, quer as que foram iniciadas por aquele engenheiro, como a outra ponte sobre o Arroio Grande, concluida esta no periodo intendencial seguinte.

Cumpre tambem que mencionemos outros melhoramentos materiaes projectados por esse administrador, e que felizmente acabados pelo seu sucessor, representam indiscutíveis conquistas para o progresso de Santa Cruz, taes são: - a iluminação da séde municipal á luz electrica; a

linha telephonica para Villa Thereza; o ajardinamento da praça principal da então villa, que tanto concorreu para o seu embellezamento. Junte-se aos esforços empregados por aquelle engenheiro para a consecução de um ramal ferro-viario ligando a séde do municipio á grande arteria Porto Alegre-Uruguayana, obra essa de utilidade reconhecida desde o tempo da então colonia, e pela qual tanto se haviam empenhado as antigas Camaras, como se viu, esforços que se traduziram na fecunda realidade que é hoje a rapidez das communições com a capital do Estado, e, por conseguinte do seu intercambio commercial e social; junte-se a esses esforços, dizemos, aquelles que resultaram da construção do solido, moderno e elegante edificio para o então Collegio Districtal, que devia tornar-se um centro de difusão do ensino da nossa descurada lingua nacional aqui, e teremos apontado nessa ultima obra quiça o traço mais brilhante da passagem do Dr. Pitta Pinheiro pela administração do nosso municipio.” (Menezes, 1914, p. 223)

Em uma continuidade do governo anterior foi eleito intendente para o quadriênio 1904-1908, o Sr. Galvão Costa, destacando-se sua gestão pela inauguração em 19 de novembro de 1905, do tão almejado ramal ferroviário, pleiteado desde 1882, ligando a Estação do Couto em Rio Pardo a Santa Cruz. Neste mesmo dia, contando com a presença do Exmo. Sr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado, a Vila de Santa Cruz foi elevada a categoria de cidade, através do decreto nº 837, assinado festivamente no salão principal da nova estação.

Outro fato político importante, foi a eclosão da I Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, e que apesar da instabilidade gerada, trouxe conseqüências econômicas positivas ao município, pois os produtos agrícolas de maneira geral sofreram grande valorização. Segundo mensagem apresentada ao Conselho Municipal, em 15 de outubro de 1916,

pelo Intendente nomeado Galvão Costa (em sua 2ª. gestão) a situação do município encontrava-se em estado animador:

“Conquanto sob as apreensões da crise financeira que afeta a vida de todo o País, prosseguiram normalmente neste período os trabalhos a cargo da Intendência ... a receita ordinária do exercício de 1915 também não teve precedente, isto é, foi a maior que se tem registrado! Constatando estes fatos, sinto-me possuído de justificada ufania, pois que vejo neles não só o desdobramento do progresso do município, como a sua crescente prosperidade financeira. Quanto às fontes de arrecadação, todas cresceram, mas a expedição de produtos elevou-se ao máximo até agora arrecadado” (Krause, 1991, p. 65)

Porém no ano seguinte, a situação já não parecia mais tão estável, causando preocupação ao Intendente Gaspar Bartholomay, conforme mensagem datada de 15 de outubro de 1917, (apud, Krause, 1991, p.66):

“... época de excepcionais incertezas de ordem econômica-financeira. Deste último balancete (janeiro à setembro de 1917) verificareis que existe uma depressão relativamente acentuada na arrecadação de impostos da receita ordinária. Trata-se especialmente do imposto da expedição de produtos. Também o nosso município, apesar de sua sólida estrutura econômica não escapou dos efeitos do quadro difícil que atravessa quiça o mundo inteiro,”

Apesar da apreensão, os efeitos da I Guerra em Santa Cruz foram favoráveis no aspecto econômico, pois deram início a uma fase de grande prosperidade, baseada em sua produção agrícola diversificada e na industrialização que se iniciava.

5.3 Fatores Populacionais: crescimento urbano e mobilidade no meio rural

As dificuldades para obtenção de dados populacionais, referentes exclusivamente ao núcleo urbano de Santa Cruz, repetem-se igualmente no início deste período, sendo obtidos contudo, através de fontes indiretas, como no caso da votação realizada para escolha do local a ser construída a Câmara Municipal, realizada em julho de 1886 e que contou com a participação dos moradores da vila conforme descreve Menezes (1914, p.138):

“Servindo-nos destes dados, vemos que eram em numero de 133 os chefes de famílias residentes na villa. Juntando a este numero uns 10 que não tinham voto no capítulo, temos a somma de 143. Para calcularmos a população na villa nessa época, multiplicamos este numero por 6 (média provavel de cada família) e achamos, assim, que eram 858 os seus habitantes, sendo as casas em numero de 143 (ranchos inclusive).”

Através deste levantamento, podemos verificar a variação populacional ocorrida entre os anos de 1870 e 1886, quando o número de moradores da vila passou de 496 para 858 aproximadamente, indicando contudo um aumento pouco significativo, embora neste período de 16 anos, a população tivesse praticamente dobrado. Em 1890 foi realizado o recenseamento geral da população da República, sendo este o primeiro

efetivado de maneira regular em Santa Cruz², incluindo informações sobre o núcleo urbano, apresentando também características socio-culturais de seus moradores.

TABELA 15: POPULAÇÃO DA VILA DE SANTA CRUZ EM 1890

Masculino	562
Feminino	586
Branco	967
Negros	181
Alfabetizados	760
Analfabetos	388
Católicos	661
Protestantes	487
Nascidos no Brasil	898
Imigrantes	250
TOTAL	1.148 habitantes

Fonte: Jornal Kolonie - 25 de fevereiro de 1891, p.4

Entre as informações contidas neste levantamento, destaca-se o reduzido número de moradores negros, fato naturalmente explicável em se tratando de vila-sede de um município de colonização alemã e pelo fato de que desde sua criação não foi permitida a utilização de escravos como mão-de-obra por parte dos colonos. Outro aspecto importante, diz respeito a grande quantidade de moradores na vila nascidos no Brasil, indicando que muitos filhos e netos dos primeiros imigrantes passaram com os anos, a

² População total do município em 1890: 15.572 habitantes, sendo 8.034 do sexo masculino e 7.538 do sexo feminino. Brancos 13.585 e negros 1.897. Católicos 8.502 e 7.049 protestantes.

residir e trabalhar no meio urbano. Já em fins de 1900, foi divulgado um novo Recenseamento Federal, contendo as seguintes informações:

TABELA 16: POPULAÇÃO DA VILA DE SANTA CRUZ EM 1900

Masculino	1.287
Feminino	1.276
Alfabetizados	1.693
Analfabetos	870
Católicos	1.684
Protestantes	865
Outros	14
Brasileiros	2.217
Brasileiros Naturalizados	65
Alemães	246
Outras Nacionalidades	35
TOTAL	2.563 habitantes

Fonte: Menezes, 1914, p.280

A análise comparativa dos dois censos, revela que a população urbana dobrou no período de 10 anos, mantendo-se contudo o índice de aproximadamente 2/3 de habitantes alfabetizados.

O aumento populacional no município, originou-se em grande parte de sua alta taxa de natalidade, sendo considerado em 1908, conforme boletim da Diretoria de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul , (apud, Krause, 1991, p.64), como o oitavo município de maior crescimento populacional por número de nascimentos.

TABELA 17: POPULAÇÃO DE SANTA CRUZ - 1890 / 1917

ANOS	POPULAÇÃO
1890	15.572
1900	23.122
1910	30.010
1911	32.000
1913	35.000
1914	31.500
1915	33.000
1916	33.000
1917	36.000

Fonte: Krause (1991, p.63)

A constituição de família numerosa, vinha ao encontro da necessidade de braços para a lavoura, onde as tarefas eram divididas de acordo com a idade de seus integrantes. Este sistema contudo, tornava-se um problema na medida em que os filhos atingiam a maturidade e casavam-se, necessitando a partir daí, igualmente um pedaço de terra para prover seu sustento. Na busca por novos lotes, com preços mais acessíveis e maior fertilidade, iniciou-se já no final do século XIX, um processo chamado por Roche (1969, p.344) de enxamagem, constituindo-se na migração rural interna, ocorrida entre as colônias velhas, localizadas na encosta da serra e a região noroeste do Estado. Neste deslocamento populacional rumo a novas fronteiras agrícolas, Santa Cruz perdeu entre 1900 e 1920 cerca de 5.200 habitantes, constituindo-se este, um número bastante elevado em relação a população global no período (Roche, 1969, p.337).

Atraídos pelos postos de trabalho surgidos na área urbana, através da intensificação do comércio e da instalação de manufaturas e das

primeiras indústrias, a sede municipal teve seu crescimento populacional acelerado, atingindo em 1917 o número de 3.400 habitantes, representando um aumento em relação a 1900 de aproximadamente 75%. A cidade entretanto, abrigava apenas 9% da população total do município, na época contando com 36.000 habitantes.

5.4 Fatores Sócio-Culturais: educação, sociedade e imprensa

Em torno de 1880, após três décadas de muito trabalho, a população santacruzense pode finalmente dedicar-se às atividades de lazer e entretenimento, graças à conquista de um período de relativa prosperidade econômica, “o que tornou o seu povo despreocupado e alegre e fê-lo dedicar-se mais às atividades sociais e culturais, o que nos tempos anteriores era difícil, pois as horas de lazer eram raras e o povo vivia preocupado com seu sustento imediato” (Kipper, 1968, p.64). Estas atividades surgidas primeiramente no interior e depois na sede municipal, resultaram do espírito associativista existente entre os imigrantes, e sem o qual os obstáculos encontrados nos anos iniciais, teriam sido bem mais difíceis de serem superados. Esta rica experiência foi posteriormente utilizada para a criação de inúmeros tipos de sociedade, conforme descreve Telles (1980, p.55):

“Grande era o número de *sociedades*, comprovando uma outra característica do povo alemão: seu grande espírito associativo. Na Alemanha proliferam os mais diversos tipos de associações: desde o ‘Verein für Kanninchenzüchter’ (criadores de coelhos) até a ‘Gesellschaft für das Badewesen’ (sociedade de fomento ao banho). Reside nesse espírito de conagraçamento a grande força do alemão. Em Santa Cruz existiam *Sociedades de Tiro*: Tell, Rio-Grandense, Germania, Ulanenclub, Schützenverein. Os Ulanos eram associações típicas do Município e demonstravam uma velha tradição germânica transplantada para este lado do oceano. Somente no 5º. Distrito existiam 20. Existiam ainda um *Club Bailante*, *Sociedade dos Alfaiates*, *Tenis Club*, *Aliança Católica*, *Krankenverein*, *Loja Maçônica Lessing ...*”

Além das entidades e organizações citadas pelo autor, foi fundada em 1893, a Sociedade Ginástica, voltada as atividades sociais, esportivas e culturais e que compunha juntamente com o Clube União, fundado em 1866, e a Aliança Católica, criada em 1900, a base da vida social local, aos quais estavam ligados os principais grupos teatrais, musicais, literários e esportivos de Santa Cruz. Outra sociedade importante, criada em 1900, foi o Prado Santacruzense, destinada a abrigar as atividades esportivas eqüestres, contando com pista circular e cancha reta, além de um pequeno pavilhão social, situados em área do logradouro público, aproximadamente onde hoje encontra-se o Ginásio Poliesportivo. Exercendo grande influência sobre a comunidade e reunindo expressivas lideranças locais, a primeira Loja Maçônica de Santa Cruz foi fundada em 1880, inaugurando sede própria em 1897.

Na área do ensino, Santa Cruz destacava-se através da expansão da rede de escolas rurais em língua alemã, o que lhe garantiu em 1890, o segundo lugar entre os municípios mais alfabetizados do Rio Grande do Sul, atingindo um total de 54% de seus habitantes (Kipper, 1979, p.15). Já no núcleo urbano, além dos três colégios particulares, foi inaugurado em 1903 a nova sede do Colégio Distrital Júlio de Castilhos, reforçando ainda mais a estrutura educacional da região.

Neste ambiente de grande florescência cultural e animada vida social, o surgimento da imprensa periódica, constituiu-se em uma consequência natural, sendo criados a partir de 1887 diversos jornais como a Cruzada (1887), Kolonie (1891), Fortschritt (1902), Santacruzzer Anzeiger (1905), entre outros. Muitos deles entretanto não passaram de algumas edições, firmando-se apenas o Jornal Kolonie, impresso em língua alemã.

5.5 Estrutura Urbana: equipamentos e serviços

Com o desenvolvimento econômico e social de Santa Cruz, diversos equipamentos e serviços foram implantados no núcleo urbano, melhorando sua estrutura física e as condições de vida de seus habitantes. O crescimento populacional da vila exigiu a abertura de novos bairros, sendo obedecido para esta expansão, o rígido traçado ortogonal idealizado

pelo engenheiro Castro Menezes³. Também as edificações de barro e tábuas, predominantes até então, foram gradualmente substituídas por construções de alvenaria, demonstrando o progresso material alcançado por seus moradores.

Um dos primeiros componentes da infraestrutura a ser implantado foi a iluminação pública, constituída em 1880 por lampiões a querosene, distribuídos ao longo da rua principal⁴ (Martin, 1982^A, p.3). Neste mesmo ano, foram alterados pela primeira vez os nomes originais de algumas vias da vila, como no caso da rua principal, chamada inicialmente de São Pedro e que passou a denominar-se de rua Silveira Martins, em homenagem ao líder político do Partido Liberal após sua visita a Santa Cruz em 1880. Também a rua Taquarembó passou a ser conhecida como 28 de Setembro, perpetuando a data da instalação do município e a Praça Simões Lopes recebeu a designação de Praça do Carvalho (Menezes, 1914, p.86). Lembrando datas e homenageando personalidades, estas modificações seguiram-se por décadas, muitas delas ao sabor do momento político vivenciado, como em 1889, quando após a Proclamação da República a rua Gaspar Martins passou a ser chamada de rua da República e a praça de São Pedro, de XV de Novembro. (ver anexo 4)

³ Até o final do século XIX os terrenos na vila de Santa Cruz continuaram a ser concedidos por aforamento, passando a vigorar plenamente o comércio dos lotes somente a partir da total distribuição dos mesmos e do início do loteamento das chácaras particulares mais centrais.

⁴ Este serviço público foi repassado pela Câmara a terceiros, devendo o arrematante contudo, cumprir fielmente o rigoroso contrato estabelecido pelos edis (ver anexo 3), funcionando este sistema até 1906, quando foi instalada a iluminação elétrica nas ruas centrais.

Entre os equipamentos instalados no final do século XIX, o mais importante foi sem dúvida a nova Casa da Câmara, que encontrava-se alojada desde 1878 em prédio situado na esquina das ruas de São Pedro e Taquarembó (posteriormente chamadas de 28 de setembro e Silveira Martins), funcionando contudo em precárias condições. A necessidade de construção de uma nova edificação, que abrigasse não somente a administração pública, mas também a Justiça, fez com que no início de 1886 fosse solicitado ao engenheiro e vereador Frederico Gaspar Bartholomay a elaboração do referido projeto. Para sua execução foi autorizada pela Assembléia Legislativa a emissão de apólices até o valor de 12.000\$000 réis (doze contos de réis) e juros de 6% (Menezes, 1914, p.134). Contudo a Câmara Municipal, apesar de possuir área destinada à construção, conforme previsto na planta original da Povoação de Santa Cruz e na época constando como “Casa do Diretor”, achou conveniente a realização, em julho de 1886, de um plebiscito para saber a opinião dos moradores da vila, quanto ao local preferido para a localização do prédio, sendo apresentadas duas opções: os quatro lotes na quadra “D”, em frente a praça de São Pedro (ver planta de 1855 e 1870) e a Praça do Carvalho (rua Silveira Martins após a quadra V). Dos 131 votantes, 77 optaram pela Praça do Carvalho e 37 pelos terrenos da quadra “D”, verificando-se 17 abstenções.

Após a apresentação do orçamento realizado por Carlos Trein Filho, foi dado início a construção, cuja localização no centro da praça, valorizou extremamente o imponente projeto arquitetônico em estilo eclético. Apesar de inconclusa, a transferência para a nova sede efetivou-se em março de 1889, sendo necessários contudo, ainda quase 20 anos para seu término, atingindo a obra após totalmente finalizada em 1906, o custo de 45.000\$000 réis (quarenta e cinco contos de réis).

A partir de 1890, após anos de lento crescimento, passaram a ser erguidos na vila um grande número de edificações particulares, que somados as duas igrejas e a Câmara Municipal, começaram a dar forma ao núcleo urbano de Santa Cruz. Em 1893, o número de prédios particulares na vila era de 198, estando sujeitos ao pagamento do imposto de décima urbana, 263 propriedades, incluindo os edifícios dos colégios particulares Sinodal (Mauá), São Luis e Sagrado Coração de Jesus. Por se encontrarem dentro da área urbana na época, também pagavam o referido imposto, 5 chácaras. Esta cobrança arrecadou somente no primeiro semestre daquele ano, o valor de 2:620\$900 (dois contos, seiscentos e vinte mil e novecentos réis), sendo relacionadas a seguir estas edificações de acordo com a rua em que localizavam:

TABELA 18: NÚMERO DE EDIFICAÇÕES POR RUA EM 1893

Na rua da República	49 (atual Marechal Floriano)
Na rua Marechal Deodoro	15
Na rua Cel. Thomaz Flores	10
Na rua Tte. Cel. Brito	17
Na rua Venâncio Aires	08
Na rua Ernesto Alves	06
Na rua Tiradentes	02
Na rua 7 de Setembro	05
Na rua Major Pantaleão Telles	13 (atual Borges de Medeiros)
Na rua 28 de Setembro	21
Na rua Júlio de Castilhos	20
Na rua Ramiro Barcelos	14
Na rua Fernando Abbott	11
Na rua Quintino Bocayuva	07 (atual Pinheiro Machado)
TOTAL	198

Fonte: Menezes, 1914, p.217

Imponente edificação, contando com dois pavimentos e características ecléticas, foi erguida em 1897 para abrigar a sede da Loja Maçônica, tendo como particularidades, além de sua rica ornamentação simbólica, sua localização: rua de Rio Pardinho (atual Tenente Coronel Brito), fundos da Câmara Municipal, estando os dois prédios exatamente no mesmo eixo, podendo tal posicionamento ser interpretado como uma alusão a influência histórica exercida pela instituição sobre os destinos político-administrativos de Santa Cruz.

No final do século XIX, na gestão do Intendente Jorge Henrique Eichemberg (1897-1900), foram realizadas diversas melhorias na vila, a começar pela transferência do cemitério público, pois o mesmo, localizado

onde hoje encontra-se a Igreja Evangélica, já estava quase que totalmente ocupado. A nova área desapropriada em 1898, situava-se em local mais afastado, a noroeste do centro da vila, junto a estrada para Rio Pardinho. Na época o lado para o sepultamento de evangélicos e católicos foi escolhido por sorteio, vigorando esta separação até a bem poucos anos atrás, pois o referido “campo santo” ainda continua em uso pela comunidade (Martin, 1992^B, p.3). Em 1899 foram instalados o quartel da guarda municipal e a cadeia, sendo implantado também o serviço de asseio público, constituído pelo recolhimento a domicilio dos materiais fecais em tonéis chamados “cubos”, que eram despejados no Rio Pardinho, abaixo da ponte, na estrada em direção a Vila Theresa, atual Vera Cruz (Menezes, 1914, p.222).

Sete anos depois do primeiro levantamento das edificações existentes na vila, estavam relacionadas, segundo o Censo Federal de 1900, os seguintes prédios, de acordo com sua utilização e o número de pavimentos: 419 particulares de 1 pavimento; 21 de 2 pavimentos e 1 de 3 pavimentos. O número de igrejas continuava o mesmo, ou seja, uma católica e uma protestante, e os prédios públicos constituíam-se na escola e na Intendência (Menezes, 1914, p.280).

Este significativo crescimento urbano alcançado na virada do século, foi potencializado sensivelmente pela administração do Intendente Adalberto Pitta Pinheiro, que com grande competência administrativa deu início a implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de

Santa Cruz. Neste sentido, foram iniciadas inúmeras obras que culminaram com a instalação da linha telefônica entre Santa Cruz e Vila Theresa, em 1905, e a rede elétrica, em 1906. Também foram iniciativas do Intendente o ajardinamento da Praça XV de Novembro, em 1902, e a construção do novo prédio do Colégio Distrital Júlio de Castilhos, inaugurado em 1903⁵.

Embora as intervenções de Pitta Pinheiro tivessem contemplado diversos setores, o empreendimento mais importante para Santa Cruz na época, e que contou com seu empenho pessoal foi a construção do ramal ferroviário Rio Pardo-Santa Cruz, numa derivação da linha tronco Porto Alegre-Uruguaiana, contando com uma extensão de 35 Km. Antecedendo a chegada do trem, que desde 1895 já passava pela cidade de Rio Pardo, diversas medidas foram tomadas, a começar pela desapropriação das terras por onde passaria a linha férrea e a escolha do local para a estação, depósito e pátio de manobras. Para o terminal, foram doadas ao município as terras do logradouro público, através do ato nº 34, assinado em 5 de julho de 1904 pelos Drs. Antonio Augusto Borges de Medeiros e João José Pereira Parobé, respectivamente Presidente do Estado e Secretário dos Negócios e Obras Públicas (Teichmann, 1999, p.285).

⁵ O prédio do Colégio Distrital, localizado na esquina das ruas Tenente Coronel Brito e Borges de Medeiros, teve projeto do arquiteto local Henrich Schutz, sendo construído pelo Sr. Clemens Borggreve, cujo contrato com a intendência previa o aluguel do mesmo por um período de 9 anos, ao término do qual o prédio foi comprado pelo Estado.

Contudo, apesar de efetivada a doação, o local destinado não apresentava condições técnicas para receber as instalações, pois estava situado em uma cota muito baixa, o que prejudicaria a saída dos trens carregados, devido ao aclive inicial. Além do mais, a área encontrava-se bastante afastada do centro da Vila, dificultando o acesso de cargas e passageiros. A solução encontrada para o impasse, foi a aquisição por parte do município de outra área mais propícia e cuja escolha recaiu sobre a propriedade de Carlos Trein Filho (parte da Chácara "S") e outra pequena fração de terras pertencentes a Cirino Abden Silva Branco, tendo sua parte frontal voltada para a rua Ernesto Alves. O novo local, foi então repassado a Companhia Ferroviária, permanecendo o município com a posse do logradouro público, caracterizando-se esta transação como altamente vantajosa para Santa Cruz, uma vez que uma área de 28.862 m², embora melhor localizada foi oferecida em troca de outra contendo 412.000 m² (Martin, 1988^B, p.3).

Sendo assim, a estação foi construída no final da rua Ramiro Barcelos, fechando a respectiva a partir da rua principal, criando um bonito efeito visual, sendo inaugurada em 19 de novembro de 1905, ato ao qual esteve presente o Presidente do Estado Sr. Borges de Medeiros. Desta data em diante, quando também a vila passou a categoria de cidade, uma nova fase de prosperidade passou a vigorar, pois a facilidade nos transportes impulsionou extraordinariamente as exportações, conforme descrito por Roche (1969, p.63):

“O exemplo mais característico da influência da estrada de ferro sobre o crescimento da exportação agrícola é o de Santa Cruz. A tonelagem lá passou de 3451 toneladas, em 1904, para 3827, em 1906, 3915, em 1907, 5398 em 1908, 6102 em 1909, 6521 em 1910, aumentando 89% em cinco anos. A exportação quase dobrou instantaneamente e mudou de composição, estimulando a produção através de novas perspectivas. De um lado, a elevação das antigas exportações é sensível: a banha subiu 133%, o feijão 165%, o fumo 271%, a batata 412%, o milho 726%; de outro lado, apareceram novos produtos (melaço, frutas, rícino, ovos e aves, manteiga, que passou de 3928 quilograma, em 1906, para 13.605, em 1909) cuja entrada no círculo econômico aumentou a prosperidade local.”

Diante deste quadro de franco progresso, Santa Cruz não tardou a aspirar as facilidades do mundo moderno, tais como a luz elétrica, tanto para o uso público quanto privado. Em tratativas de instalação desde 1904, a Câmara Municipal concedeu a Henrique Melchior o direito para o fornecimento de eletricidade, tendo sido iniciado o serviço em 11 de agosto de 1906, através de uma máquina geradora de 2 cilindros e 25 cavalos, construída pelo próprio concessionário, permitindo a iluminação de 400 lâmpadas. A usina movida a lenha estava localizada na rua 7 de Setembro, na quadra lateral sul da Praça do Carvalho. Em 1912 teve encampação decretada pelo poder público municipal, a pedido do concessionário, que recebeu como indenização a quantia de 85.000\$000 réis (oitenta e cinco contos de réis), permanecendo contudo o próprio Sr. Melchior, como diretor técnico (Martin, 1987, p.3).

Também a rede telefônica foi em seguida instalada, tendo como vencedora da licitação a firma Ganzo e Durutty e Cia. de Porto Alegre. No início das operações, em agosto de 1907, a central era composta por um

total de 46 aparelhos, sendo 34 na cidade, 7 em Vila Theresa e 5 nos distritos de Rio Pardinho e Sinimbu, estando localizada na Praça XV de Novembro, na esquina atualmente ocupada pelo tradicional bar e restaurante Quiosque (Martin, 1983, p.3).

A intendência municipal, imbuída do espírito higienista que se propagou por todo o país no início do século XX, objetivando a melhoria das precárias condições de saúde pública da época, em grande parte originadas pela falta de abastecimento de água potável e rede de esgoto, tomou finalmente a iniciativa de implantação da rede de água em fevereiro de 1907.

As primeiras manifestações a respeito do problema entretanto deram-se já em 1895, quando foi constituída uma comissão comunitária para analisar a questão do abastecimento, feita até então através de poços artesianos e carros pipa. A água seria captada em fontes situadas em terras pertencentes a João Würdig (atual Parque Gruta dos Índios), contudo após muitas discussões, envolvendo desde dúvidas quanto a capacidade de fornecimento das fontes até a quem caberia a responsabilidade quanto aos investimentos, o assunto foi abandonado, voltando a tona somente em 1907. Neste ano o intendente Galvão Costa mandou iniciar a obra do primeiro reservatório, nas já mencionadas terras de João Würdig que foram desapropriadas. Em janeiro de 1908 chegava a Santa Cruz, via ferroviária, a canalização metálica em um carregamento de mais de 200.000 kg, adquirido através da casa Bromberg e Cia. de Porto Alegre e importada de

Hamburgo na Alemanha. As primeiras ligações foram efetivadas em maio de 1908, atingindo na etapa inicial 23 dos 30 quarteirões da área central da cidade (Martin, 1982^B, p.3).

Embora já existissem serviços dedicados a saúde através de pequenos estabelecimentos particulares e do Sanatório Kaempf, fundado em 1885 na estrada para Rio Pardinho, periferia da povoação, o primeiro hospital geral da cidade de Santa Cruz, foi aberto oficialmente somente em princípios de 1908, após grande movimentação popular para a arrecadação de fundos destinados a sua construção. A administração ficou ao encargo das Irmãs Franciscanas, também responsáveis pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, cabendo ao médico alemão Heinz Von Ortemberg a direção técnica.

Foram igualmente instalados no período equipamentos voltados a segurança pública, como o novo prédio do presídio e da guarda municipal, situado na esquina das ruas da República e Tiradentes e concluído em 1910. Complementando este setor, a cidade recebeu em fins de 1917, o 24º. Batalhão de Infantaria do Exército, que ocupou provisoriamente o prédio da Sociedade Ginástica até estarem concluídas as obras da caserna localizada no antigo Prado, que foi totalmente reformado pelo Intendente Gaspar Bartholomay. Ocupadas a partir de outubro de 1918, as instalações compreendiam um pavilhão de madeira com 2 pavimentos tendo 60m de

frente por 8m de fundos e diversas edificações menores, além da linha de tiro (Martin, 1988^c, p.3).

Como podemos verificar, ao ingressar no século XX, a cidade de Santa Cruz, impulsionada por sua prosperidade econômica, sustentada particularmente pelo tabaco, lançou as bases de seu desenvolvimento, garantindo sua integração aos mercados da época, ao mesmo tempo que investiu na implantação de importante equipamentos e serviços como energia elétrica, comunicações, instituições bancárias e de ensino, água, saúde e segurança, atendendo assim as condições necessárias para dar suporte a nova fase que se iniciava e que viria a ser caracterizada pela industrialização.

6. 4ª FASE - 1917-1965: INDUSTRIALIZAÇÃO

Caracterizada essencialmente pela expansão capitalista da produção, mormente do ramo fumageiro, esta fase é definida pelo desenvolvimento e consolidação do setor industrial, tendo como marco inicial, a instalação em 1917 da British American Tobacco, seguida pela reorganização dos demais estabelecimentos locais, voltados ao preparo e comercialização de fumo.

Os primórdios da constituição do parque fabril santacruzense antecedem, contudo, em algumas décadas estes acontecimentos, tendo suas bases estruturadas, ainda no final do século XIX. Suas origens contudo, causam polêmica no sentido de que alguns autores, justificam o nascimento do processo através da criação de pequenas oficinas artesanais, tão comuns nas primeiras décadas da colonização, desenvolvidas junto as atividades agrícolas por imigrantes com profissões originais diversas, tais como: marceneiros, sapateiros, ferreiros, destiladores, moedores de grãos, entre outros, cujos conhecimentos foram sendo passados de pai para filho, vindo a constituir os embriões dos futuros estabelecimentos industriais. Neste sentido Limeira Tejo, citado por Vogt (1997, p.97) destaca:

“E foram estas oficinas que se transformaram em fábricas. O neto do ferreiro, do tecelão, do sapateiro, do tipógrafo, do marceneiro, do mecânico – que traziam todos aquela grande virtude construtiva e perseverante das coletividades sedentárias já de alguns séculos – o neto desses imigrantes é que a nossa era veio surpreender, em sua quase generalidade, como chefe de indústria.”

Este posicionamento porém não é compartilhado pela maioria dos autores, que creditam à acumulação comercial o impulso necessário ao surgimento dos primeiros empreendimentos significativos nesta área. Quanto a este fato, Etges (1991, p. 75) esclarece:

“O início da industrialização em Santa Cruz do Sul deve-se, portanto, ao sucesso da sua agricultura, voltada para a exportação que, por um lado estimulou o desenvolvimento das indústrias de beneficiamento de produtos primários e, por outro, permitiu que se acumulasse capital nas mãos dos comerciantes exportadores locais. Isso tornou possível a instalação de novas unidades de produção, utilizando tecnologia mais avançadas, ao mesmo tempo em que a Primeira Guerra Mundial, restringindo as importações e abrindo novas possibilidades à exportação, foi um fator importante nos rumos tomados pela indústrias santacruzense neste período e no subsequente.”

Apesar da origem predominantemente comercial do capital destinado à criação das indústrias em Santa Cruz, a situação não pode ser generalizada, pois também tivemos aqui, importantes exemplos que

demonstraram a origem artesanal de algumas indústrias, questão esta analisada por Krause (1991, p.106):

“Porém ao observarmos as histórias de vida de algumas empresas e empresários da indústria de Santa Cruz do Sul, detectamos que, apesar de o processo ser, na sua maioria, advindo de acumulação via comércio, hegemonia do transporte de produtos agrícolas, caixeiros-viajantes (em especial o ramo do beneficiamento do fumo), não podemos negligenciar outros fatores que não advêm diretamente do acúmulo comercial e que também fomentaram algumas indústrias locais. O caso das indústrias do ramo da fundição e obras de metais, apesar de terem um mercado motivado pelo desenvolvimento da economia agrícola (como no caso produção de implementos agrícolas) os fundadores são técnicos trabalhadores que vieram com um conhecimento e com uma pequena poupança (no caso das máquinas Schreiner e Binz), instalando-se na zona urbana com modestas condições. Nesse sentido, podemos constatar que houve algumas empresas industriais em Santa Cruz do Sul que tiveram sua origem num artesanato urbano. Da mesma forma, observamos que alguns fundadores de indústrias locais advieram de uma aprendizagem no meio rural, portanto “colono” e foram tentar a vida na cidade”.

Como podemos ver, o início do desenvolvimento industrial de Santa Cruz apresenta-se de forma complexa, resultado da combinação de múltiplos aspectos, que geraram sua efetiva inserção no sistema econômico nacional.

6.1 Fatores Econômicos: nasce a indústria santacruzense

Embora a transformação das relações de produção em relações capitalistas encontrasse grande repercussão na área industrial, este fato não alterou significativamente as relações de produção no setor agrícola, que apesar da introdução de novas tecnologias como a secagem do fumo em estufas, do uso de sementes selecionadas e de fertilizantes químicos, manteve-se no mesmo sistema, utilizando-se da mão-de-obra familiar e do cultivo em pequenas propriedades.

Com a chegada da companhia inglesa British American Tobacco, alguns dos antigos estabelecimentos locais, já em dificuldades ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial, e temendo a concorrência da poderosa empresa recém instalada, reorganizaram-se em moldes capitalistas, fundando em 28 de dezembro de 1918 um novo empreendimento, denominado de Companhia de Fumos Santa Cruz¹, contando com beneficiamento de fumo e produção de cigarros. A especialização resultante

da instalação destas empresas no município, gerou conseqüentemente uma exigência cada vez maior na qualidade dos fumos produzidos, contribuindo

¹ Para a criação da Companhia de Fumos Santa Cruz reuniram-se as seguintes empresas: Irmãos Schütz, Lindolfo Grawunder, Schilling e Cia., João Nicolau Kliemann, Adolfo Iserhard e José Etges Filho & Cia. Com exceção de Irmãos Schutz que fabricava cigarros, as demais empresas trabalhavam com fumo em folha e desfiados. (Krause, 1991, p.88).

também para um relacionamento intenso com os mercados nacional e internacional, conforme atesta reportagem da Revista Máscara, de Porto Alegre, no ano de 1928 (apud Vogt, 1997, p.114):

“Para a produção de seus produtos, a ‘Companhia’, aproveita, os melhores tipos de fumos apresentados pelos agricultores do município de Santa Cruz, sendo que muitos destes, plantam, tipos de fumos selecionados pela “Companhia” e por conta da mesma (...). Importando tão somente, tipos de fumos especiais, de alto custo e que não vingam em clima como o nosso, recebe-os diretamente da China, Turquia, Havana, Cuba, Sumatra, Bórneo, etc. Utilizando-se desses fumos, juntamente com os nossos, para fabricação de certas e determinadas misturas dos excelentes produtos apresentados (...).”

Tornando-se um processo de crescimento constante, as relações capitalistas na produção fumageira transformaram Santa Cruz, já nas primeiras décadas deste século, em referência quanto ao desenvolvimento econômico do Estado. Contudo, desde cedo também, os produtores rurais, base de todo o sistema, foram atrelados às grandes empresas através do sistema integrado de produção, iniciando a partir de 1918, vinculando a venda do produto à empresa financiadora, através do fornecimento de insumos agrícolas e assistência técnica.

A década de 20 caracterizou-se pela grande prosperidade econômica, impulsionada pela diversificação industrial, proporcionada pela substituição dos produtos importados devido as restrições provocadas pela Primeira Guerra Mundial. Neste aspecto, segundo Silveira (1997, p. 55):

“A economia de Santa Cruz, em especial a indústria, saiu favorecida, na medida em que pode contar com o capital anteriormente acumulado pelo comércio, com mão-de-obra relativamente especializada, e usufruir das oportunidades que o mercado interno lhe oferecia.”

No ramo fumageiro foram fundadas ainda na cidade a empresa Henning e Cia. (1918), transformada em 1948 na Companhia de Fumos Sinimbu, Kliemann e Cia. (1921), Tabacos Tatsch (1937), Companhia Sudan de Tabacos (1940), empresa esta de capital paulista, além de outras de menor porte ou localizadas no interior do Município (Vogt, 1997, p.116).

Empreendimentos de outros ramos também foram implementados, tais como a Cervejaria Polar, em 1921; a fábrica de caramelos e chocolates Sulina, de Ammon, Hennes e Söhnle em 1923; a fábrica de artefatos de borracha Mercur, em 1924; a refinaria de banha de A. Evers e Cia. Ltda., em 1925; o Frigorífico Excelsior, de Baumhardt Irmãos em 1940, entre outros (Krause, 1991, p.89). Para dar suporte e agilidade às transações comerciais e financeiras, além da Caixa Santacruzense, existente desde 1904, foram instaladas outras instituições bancárias, como o Banco da Província em 1917, e o Banco Pelotense em 1922. Já a Associação

Comercial e Industrial local, à época denominada Praça de Comércio de Santa Cruz, foi criada em Janeiro de 1918 (Martin, 1987, p.3).

O início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, ocasionou um aumento considerável no consumo de cigarros em todo o mundo (Vogt, 1997, p. 121), situação esta que estimulou a produção de fumo em Santa Cruz, favorecendo a economia local como um todo. Contudo, a euforia causada pelos excelentes preços pagos pelo tabaco à época, levou a um acúmulo de excedentes do produto ao final da década de 40. A situação econômica do pós-guerra, restringindo as exportações para os países europeus, e o saturamento do mercado nacional, resultou em grandes dificuldades de comercialização, assinalando o início de um período de crise no setor fumageiro que se prolongaria por quase 20 anos (Vogt, 1997, p.122). Apesar dos obstáculos enfrentados a partir de então, o tabaco continuou nos anos 50 como o principal suporte da economia do município, tendo como maior consumidor o próprio mercado nacional. Neste período, a maioria das empresas fumageiras ainda permanecia de propriedade de investidores locais, conforme comprova a tabela a seguir:

Quadro 6 – Santa Cruz do Sul: Indústrias Fumageiras
Segundo a Origem do Capital – 1956

FÁBRICAS DE CIGARRO	ORIGEM DO CAPITAL
Cia. de Cigarros Sinimbu	Local
Cia. de Fumos Santa Cruz	Local
BENEFICIAMENTO E EXPORTAÇÃO	ORIGEM DO CAPITAL
Cia. de Cigarros Souza Cruz	Anglo-Americana
Exportadora Henning S/A	Local
Fábrica de Cigarros Sudan	Paulista
Ind. de Tabacos Santa Cruz Ltda.	Local
Kliemann & Cia.	Local
Tabacos Tatsch S/A	Local
Loewenhaupt & Cia. Ltda.	Local
Boettcher e Wartchow	Local
Carl Leoni Torres & Cia. Ltda.	Porto-Alegrense

Fonte: Fontoura, 1956, p. 22.

Paralelamente a agroindústria fumageira também destacavam-se, ao final dos anos 50, outros ramos industriais como: fabricação de produtos alimentares (259 estabelecimentos), transformação de minerais não metálicos (62 estabelecimentos), beneficiamento de madeira (72 estabelecimentos), fabricação de bebidas (30 estabelecimentos) e metalurgia (15 estabelecimentos) (Fontoura, 1956, p.21). Nos anos 60, a economia santacruzense, e especialmente o setor voltado ao tabaco, ingressou em uma fase de grandes transformações, fruto de resoluções adotadas pelo governo e da própria situação econômica nacional, conforme explica Silveira (1997, p.70)

“No âmbito nacional a política anti-inflacionária adotada pelo governo federal, de 1962 a 1967 – que tinha como principal fundamento a diminuição do consumo, através da restrição do crédito às empresas e, do arrocho salarial – levou a fumicultura, e por consequência a indústria fumageira, a uma situação de profunda crise econômica. Com o crédito restrito, comprometia-se o financiamento do cultivo do fumo para os produtores rurais, como também limitavam-se as possibilidades de novos investimentos no âmbito da indústria fumageira. Além disso, a depressão econômica do país impunha crescentes dificuldades na comercialização, tanto dos cigarros como do fumo em folha no mercado nacional, até então seu principal mercado. O mercado externo nesse período ainda não representava alternativa de peso para o escoamento da produção local, devido à baixa qualidade do produto.”

Estes fatores, ocasionaram tanto aos produtores rurais quanto as indústrias sérias dificuldades, resultando em prejuízos generalizados, levando a limitação das áreas cultivadas e à descapitalização das empresas fumageiras locais. Neste ambiente, altamente desfavorável à indústria nacional é que se processou a internacionalização do setor, intensificada a partir de 1965, com a implantação progressiva de um modelo organizacional de contornos claramente monopolistas.

6.2 Fatores Político – Institucionais: influências externas

A fase compreendida entre 1917 e 1965 foi marcada por importantes acontecimentos de ordem política, tanto no âmbito nacional quanto internacional, a começar pela Primeira Grande Guerra Mundial (1914 – 1918) ainda no início desta fase do desenvolvimento urbano de Santa Cruz, vindo a refletir-se sobre a cidade e o município, principalmente por suas conseqüências econômicas. No período entre guerras (1919 – 1939), ocorreu o que foi chamado por Roche (1967, p. 773) de “a idade de ouro do Deuschtum”, espírito pan-germanista manifestado através da reverência a cultura e política alemãs, exercendo grande influência sobre as comunidades teuto-brasileiras. Esta liberdade cultural usufruída por muitos anos foi tolerada em troca da docilidade eleitoral em relação aos governos da época, perdurando até a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1937.

No governo de Vargas foi posta em prática a nacionalização do ensino e da língua nas áreas povoadas por descendentes de estrangeiros, em um processo iniciado portanto, antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), ocorrida em 22 de Agosto de 1942, objetivando a aculturação das minorias étnicas, particularmente dos grupos formados por teuto-brasileiros, tendo em vista o temor de uma “conspiração nazista internacional” (Kipper, 1979, p.9). O início do conflito agravou ainda mais a situação, desencadeando uma série de acontecimentos repressivos que modificaram drasticamente os hábitos e costumes já quase centenários dos habitantes de Santa Cruz.

Na época, não foram poucos os abusos contra cidadãos santacruzenses, onde muitas vezes supostas denúncias a respeito do uso da língua alemã e de simpatia em relação ao regime nazista acobertaram outros interesses e dasafetos. Contudo cabe ressaltar a atitude dos dois Intendentes Municipais da época, Caio Brandão de Mello (11/06/38 a 19/11/40) e Dario de Azevedo Barbosa (20/11/40 a 20/11/45), que vindos da capital nomeados pelo Interventor do Estado, procuraram cumprir as determinações impostas pelas autoridades federais e estaduais, buscando ao mesmo tempo manter a ordem e a tranquilidade no município (Kipper, 1979, p.39). Apesar da guerra estender-se até 1945, as represálias foram sendo atenuadas apartir de 1943, desaparecendo ao final do conflito.

Entre os eventos político-institucionais ocorridos nas décadas seguintes destaca-se o desmembramento territorial de Vila Theresa, transformada pela Lei 3697 de 30 de Janeiro de 1959, no município de Vera Cruz , consolidando desta forma um novo núcleo urbano, distante apenas 10 km da cidade de Santa Cruz do Sul² e a criação em 1961 da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, AMVARP, no intuito de reunir forças políticas para melhor resolver os problemas da região.

6.3 Fatores Socio-Culturais: as grandes guerras e suas conseqüências

² A cidade passou a denominar-se Santa Cruz do Sul através do Decreto Lei nº 720 de 29 de Dezembro de 1944.

Após o término da 1ª Guerra Mundial, Santa Cruz ingressou em um período econômico de grande desenvolvimento, repercutindo esta situação em uma intensa vida social e cultural. Nas décadas de 20 e 30, os grupos esportivos, teatrais e carnavalescos atingiram seu apogeu, sendo em sua maioria filiados aos já tradicionais Clube União, Sociedade Ginástica e Aliança Católica. Grupos teatrais independentes também se formaram, chegando até mesmo a montagem de pequenas operetas como foi o caso do Thegesa, conforme explica Martin (1989, p.3):

“Thegesa. Esta Sociedade (Theater Gesellschaft Santa Cruz) marcou época culminante no setor cultural de nossa cidade. A partir de 1924 houve atividade teatral intensa. A 25/08/29 um grupo de São Leopoldo veio a Santa Cruz e apresentou a opereta ‘O du gute alte Zeit’, na Ginástica. O entusiasmo deu novos horizontes à THEGESA, sob direção de Ernst Matheis. Um mês depois Santa Cruz aplaudiu a opereta ‘Das Blumenmädel’. Artistas, músicos, personagens, tudo ‘prata da casa’. Ao final do segundo ato da opereta, o público não se conteve e o palco do Cine União (depois Apolo) ficou forrado de flores e de serpentina atiradas em saudação ao desempenho impecável dos artistas. As apresentações se sucederam até 1934: ‘Meine Herzens Königin-Winzerliesel’ – ‘Frühling der Liebe’. Estas atividades culturais projetaram Santa Cruz que era reconhecida como verdadeiro ‘Centro Cultural’. E por esta razão aqui também se apresentou a ‘Wiener Operettengesellschaft Margarete Slezak’ que percorreu a América do Sul. Aqui apresentaram operetas durante uma semana, com artistas de renome internacional. Quanto à Orquestra – somente o pianista foi dos visitantes. Todos os outros músicos foram da Estudantina local. O Maestro foi Roberto Eggers.”

Também a programação cinematográfica era variada, contando com dois locais de projeção, sendo eles o Cine Teatro União, inaugurado em 02 de fevereiro de 1919 e o Cine Teatro Ginástica, inaugurado em janeiro de 1925, ambos instalados junto as respectivas sociedades.

Através destas descrições podemos perceber o gosto da população pelas artes, tradição esta que já era cultivada no meio rural desde o século XIX. O associativismo dos teuto-brasileiros, juntamente com a cultura herdada e o permanente intercâmbio com a Europa, incentivaram também inúmeras outras atividades de lazer e até mesmo o estilo de vida dos habitantes locais como enfatiza Fontoura (1999, p. 198):

“Além das inúmeras apresentações cênicas e musicais, houve também ampla participação em campeonatos esportivos, concursos fotográficos e artísticos, concursos de poesias, de músicas e de danças, disputas em jogos germânicos, tais como: bolão, damas, tiro ao alvo, arremesso e outros. Participavam em corridas de cavalos, rinhas de galo, corridas de automóvel, festas no campo de aviação, com apresentações no ar, quermesses, e apreciavam muito concursos de beleza, o que estimulou a competitividade entre as pessoas, em busca do estético. O belo sempre foi um valor a ser cultivado por este povo, principalmente no que diz respeito a estética residencial e urbanística.”

Esta agitação social e cultural, entretanto, não durou por muito tempo, pois próximo ao final da década de 30 a situação começou a se transformar.

“Após 1938 o panorama cultural da região aos poucos vai mudar, pois as preocupações nacionalistas do Estado Novo encontraram excelente repercussão no Rio Grande do Sul, cujo governo procurou promover aceleradamente a assimilação e a integração dos chamados “quistos étnicos” e em especial evitar a manutenção do “Deuschtum”. (Kipper, 1979, p.16)

Neste aspecto foi sobre a cidade que recaíram maiores atenções devido a facilidade no controle das novas diretrizes impostas pelo governo. As medidas visavam inicialmente a nacionalização do ensino e da língua, através de um processo gradual e harmonioso de integração dos descendentes de alemães a cultura nacional. Porém com a entrada do Brasil na guerra e a exaltação dos ânimos, as medidas se radicalizaram sendo proibido o uso da língua alemã, fato este que acabou gerando inúmeros problemas, pois grande parte da população local não sabia se expressar em português. Na esteira desta determinação, uma sucessão de acontecimentos foram surgindo, associados a repressão por parte de algumas autoridades e até membros da própria comunidade, gerando anos de tensão, que muito tempo levaram para serem totalmente superados, trazendo como consequência a desestruturação da rica cultura existente até então.

“A proibição da língua naturalmente trouxe uma diminuição da vida social e cultural da comunidade. Bailes, festas e quermesses acontecem com menos frequência; igualmente diminuem as representações teatrais e as leituras. Mas talvez, os setores onde são mais evidentes os efeitos da Campanha de Nacionalização, sejam os de ensino e das sociedades, onde muitas mudanças ocorram a partir dessa época.” (Kipper, 1979, p.24)

Decorrente desta delicada situação foi também a extinção do Jornal Kolonie, fundado em 1891 e que após 14 números editados em português, com o nome de Jornal de Santa Cruz, acabou fechando definitivamente suas portas em 21 de outubro de 1941, após 50 anos de atividade, permanecendo a cidade sem jornal periódico até 26 de janeiro de 1945, quando foi fundado a Gazeta de Santa Cruz (Kipper, 1979, p.23). Passada a década de 40, a vida foi aos poucos retornando ao seu ritmo normal, porém os resquícios deste período, fizeram-se sentir por muitos anos, ocasionando por longo tempo uma verdadeira perda de identidade cultural por parte de seus habitantes.

Caracterizada desde a chegada dos primeiros imigrantes como uma localidade de grande fervor religioso, dividida entre católicos e protestantes, a fé serviu sempre de amparo nos muitos momentos de dificuldades, sendo manifestada concretamente na cidade de Santa Cruz através da construção de grandes templos religiosos. Neste sentido foram inaugurados, respectivamente em 1924 e 1939, as novas igrejas, sendo a evangélica em estilo neo-românico e a católica em neo-gótico. Com dimensões monumentais a construção da igreja católica, resultou em grande esforço por parte da comunidade, sendo reconhecido o empenho da paróquia através de sua elevação a sede de Diocese, em 20 de junho de 1959, tendo como primeiro Bispo o santacruzense Dom Alberto Etges, que tomou posse em 15 de novembro do mesmo ano, permanecendo no cargo até 1986.

No campo educacional, as perdas geradas pela nacionalização do ensino em seu momento inicial, foram com o passar dos anos recuperadas, constituindo-se em um marco deste processo a inauguração em 8 de novembro de 1949 do auditório do Colégio Sinodal, que passou a ser denominado após 1940 de Colégio Visconde de Mauá. Esta solenidade contou com a presença do diplomata gaúcho Oswaldo Aranha, que após conhecer a cidade declarou-se encantado com seu desenvolvimento.

Na década de 50 a influência européia, particularmente alemã, foi consideravelmente diminuída, passando a predominar os padrões americanos, como igualmente ocorreu em grande parte do mundo ocidental.

Estas mudanças acarretaram uma sensível perda dos valores tradicionais, sendo substituídos por uma cultura, fortemente embasada no consumo, apoiada pelos meios de comunicação como o rádio e a televisão, implantada no início dos anos 60.

A instalação do ensino superior na cidade, encerrou brilhantemente esta fase no tocante aos fatores culturais, como que é um coroamento de muitos anos de esforços dedicados a educação. Apesar de significar apenas o começo de uma longa trajetória que culminaria na Universidade Regional, a criação da Faculdade de Ciências Contábeis em 1964, tornou-se o embrião de um processo que lançaria Santa Cruz em um terceiro e fundamental estágio de seu desenvolvimento educacional.

6.4 Fatores Populacionais: inicia-se o êxodo rural

A industrialização de Santa Cruz, originada após 1917, gerou também um aumento de sua população citadina, confirmando o enunciado da Lei do Crescimento Urbano que diz que “aos acréscimos de função correspondem acréscimos de população” (Müller, 1976). Contudo apesar da premissa, a maioria absoluta da população do município concentrava-se na zona rural, que em 1920 abrigava 89,3% dos seus habitantes, num total de 33.500 pessoas, sendo que na cidade residiam apenas 4.000 pessoas

(Krause, 1991, p. 90). Nas décadas seguintes, resultante da excessiva fragmentação das propriedades agrícolas, a área rural de Santa Cruz passou a perder gradativamente sua população para outras regiões conforme explica Silveira (1997, p.60):

“A crescente redução da área média das propriedades, ocorrida entre 1920 e 1940, interferiu negativamente no parcelamento da terra pela divisão por herança e acabou promovendo a expulsão dos filhos dos camponeses da área rural do município. Como resultado, tivemos, até 1940, o incremento da imigração para outras áreas rurais no norte do Estado, as chamadas Novas Colônias Alemãs.”

Também a zona urbana recebeu forte fluxo migratório vindo do interior do município, causado por problemas como a instabilidade dos preços agrícolas, a parcelização das propriedades e a forte atração exercida pela instalação e desenvolvimento das indústrias na cidade, sendo esta situação potencializada sobretudo nos anos 40 quando a população urbana cresceu em um ritmo de 9,9% ao ano (Godinho, 1980, p.5). Neste período a industrialização na sede municipal teve o importante papel de estancar parcialmente as migrações para outras localidades, viabilizando a absorção de grande parte da mão-de-obra excedente na zona rural, acentuando o fluxo rural-urbano, num processo que de acordo com Silveira (1997, p.60), deu início a proletarização dos filhos dos pequenos proprietários agrícolas que, na cidade, passaram a operários assalariados. Nas décadas de 40 e 50 a corrente migratória formada pelo contingente

rural continuou intensa, direcionando-se também para o interior dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

Tabela 19: População Urbana e Rural de Santa Cruz do Sul – 1940 –1960

ANO	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
1940*	55.041	6.115	11,1	48.926	88,9
1950*	69.605	15.712	22,6	53.983	77,4
1960*	76.854	22.026	28,6	54.828	71,4

Fonte: Censos Demográficos do Rio Grande do Sul 1940/1960 – IBGE

Através dos dados acima, podemos verificar que em 1960 mais da metade da população do município ainda permanecia residindo no interior, contudo a movimentação populacional rumo a cidade cresceu ao longo da década, período no qual a área rural de Santa Cruz passou por grandes dificuldades quanto a colocação no mercado de sua maior riqueza, ou seja a produção fumageira, acarretando com isto um empobrecimento de sua população, que cada vez mais, partiu em busca das oportunidades oferecidas pelo meio urbano.

6.5 Estrutura Urbana e Novas Edificações: o auge da arquitetura eclética

Com a economia aquecida pelos negócios com o tabaco, o ritmo das construções na década de 20 foi bastante intenso, período no qual surgiram belas edificações em estilo eclético³ destinadas ao atendimento das mais variadas funções. Neste aspecto algumas das primeiras iniciativas, partiram do setor bancário, a começar pela construção do Banco Pelotense, inaugurado em 1922 na esquina das ruas da República e Júlio de Castilhos. Apresentando grande riqueza formal e executado dentro dos princípios da arquitetura artística da época, a obra foi erguida sob responsabilidade da firma local Schütz e Hoelzel, constituindo-se num marco da pujança do município e da confiança da instituição quanto ao futuro da cidade⁴ (Martin, 1983, p.3)

Outra edificação bancária notável foi construída para a nova sede da Caixa Cooperativa Santacruzense⁵, que fundada em 1908, mudou-se em 1926 para a esquina das ruas Borges de Medeiros com Tenente Coronel Brito, em cujo terreno anteriormente situava-se a igreja Evangélica Luterana. Também destacava-se na época a agência do Banco Nacional do Comércio⁶, na esquina das ruas da República e Ramiro Barcelos.

³ O eclétismo caracterizou-se por reunir vários elementos originados de estilos ou períodos arquitetônicos como o gótico, o barroco, o clássico, entre outros, sendo muito difundido no início do século tanto na Europa quanto nas Américas.

⁴ Após a liquidação do Banco Pelotense em 1932, o prédio passou a ser ocupado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul e posteriormente pela Exatoria Estadual. Desde 1995 é sede da Casa das Artes Regina Simones, mantida pela Associação Pró-Cultura de Santa Cruz do Sul.

⁵ Em 1938 a Instituição passou a chamar-se Banco Agrícola Mercantil. Atualmente o prédio é sede do Unibanco.

⁶ Esta edificação foi destruída na década de 70 dando lugar a uma nova Agência do Banco Sulbrasileiro, atualmente Banco Santander Meridional. Como podemos verificar as três casas bancárias, localizavam-se em privilegiadas posições, ocupando esquinas nobres da cidade, para onde abriam sua porta principal, utilizando-se sempre de imponentes composições arquitetônicas.

Nos setores industrial e comercial, surgiram igualmente inúmeras edificações de porte conforme a edição de 6 de dezembro de 1920 do Jornal Kolonie (apud Martin, 1991, p.3) que registra a instalação nas proximidades da Estação Ferroviária das novas sedes da fumageira Torres e Cia. e da firma Etges e Kliemann, fabricante de bebidas e torrefadora de café.

Acompanhando o crescimento da cidade, o Hotel do Comércio, situado a rua da República em frente a praça da Bandeira passou, em 1920, por ampla reforma, tornando-se uma das edificações mais bonitas da “rua principal” (Martin, 1991, p.3). Neste mesmo ano a Companhia Brasileira de Fumo em Folha (C.B.F.F.), já contando com vários armazéns, construiu junto destes a residência dos seus diretores, prédio que ficou conhecido como “Casa Inglesa”. Em 1923 foram concluídas as novas instalações da Companhia de Fumos Santa Cruz, incluindo pavilhões e escritórios, ocupando dois quarteirões junto as ruas Ernesto Alves e Borges de Medeiros.

Na área central prédios comerciais contando com residência em seu segundo pavimento, surgiram em grande número tais como a Farmácia Müller, a Casa Becker Irmãos, a Casa Eifler, a loja de Balduino Schuk, o Café e Padaria Müller, entre outros. Imponentes residências, cercadas de jardins bem cuidados⁷, expalham-se por toda a cidade, destacando-se a

⁷ Contraoando-se ao modelo Luso-Brasileiro de construções residenciais junto a calçada e as divisas do lote, as casas Teutas primavam por apresentarem recuos frontais e laterais, permitindo o surgimento de jardins floridos e arborizados, que até hoje fazem parte da tradição arquitetônica da cidade.

residência de Hemuth Schütz, um dos fundadores da Companhia de Fumos Santa Cruz, construída em 1922 pelo arquiteto Henrich Schütz. Esta magnífica residência, sob a forma de um pequeno castelo, tornou-se um símbolo da riqueza gerada pelo tabaco, num período em que a maioria das empresas do setor, ainda permaneciam de posse de investidores locais.

Dentro da euforia construtiva que tomou conta da cidade na década de 20, foram também iniciadas pelas comunidades católicas e evangélica, a construção de suas novas igrejas, haja visto a incapacidade dos antigos templos, datados de 1863 e 1867, respectivamente, de abrigarem o crescente número de fiéis. Em 1922, com projeto e construção ao encargo da firma Schütz e Hoelzel, iniciaram-se as obras da Igreja Evangélica Luterana, localizada a rua Venâncio Aires esquina com Sete de Setembro, onde anteriormente situava-se o Cemitério Municipal, sendo inaugurada em 30 de novembro de 1924⁸.

Já os preparativos para a construção da nova Igreja Católica de São João Batista, a ser erguida atrás da igreja original, começaram em 1925, estendendo-se até 1928, quando após muitas discussões foi escolhido como vencedor do concurso de projetos o austríaco Simão Gramlich. Após iniciados os trabalhos, inúmeras divergências surgiram entre a comissão de obras e o arquiteto, culminando com a saída de Gramlich, levando as

⁸ A antiga igreja Evangélica Luterana foi demolida em seguida, sendo o terreno e o material arrematado pela Caixa cooperativa santacruzense pela quantia de 25.050\$000, para no local erguer sua nova sede.

plantas originais. A obra passou então a responsabilidade da construtora Schütz e Matheis, que concluiu as torres e o telhado. Embora não totalmente pronto, o prédio foi entregue aos fiéis em 24 de dezembro de 1939⁹ sendo a igreja antiga demolida em 1940.

Entre as edificações voltadas ao lazer, o quiosque construído em 1920 na praça 15 de Novembro (atual Getúlio Vargas), próximo a esquina das ruas da República e Ramiro Barcelos, marcou época, pois era muito frequentado pelas famílias locais da mesma forma que o quiosque da praça da Bandeira, situado ao lado da Intendência Municipal e da fonte chamada Gruta da Coquinha¹⁰.

Após ocupar vários prédios desde sua fundação em 1863, o Clube União inaugurou finalmente em 1933 sua sede própria na rua da República e que mesmo não estando concluída, já demonstrava através de suas

⁹ A Catedral de São João Batista constitui-se em um dos maiores templos neo-góticos do Brasil, possuindo as seguintes dimensões: altura das torres:80 m, comprimento da nave: 80m, largura: 38m, e altura da nave central: 26 m. Sua conclusão definitiva pode-se dizer que ocorreu apenas em 1999, quando entre outros acabamentos realizados foram recobertos com chapa de cobre os corruchéus cônicos no alto das torres.

¹⁰ Esta singular fonte constituída por uma gruta artificial, decorada com cristais de rocha e cercada por um gradil de ferro foi construída em 1915 pelo Intendente Galvão costa, sendo assim denominada em homenagem a sua esposa, possuidora do referido apelido.

elegantes linhas arquitetônicas toda a imponência do local que viria a se tornar o preferido da sociedade santacruzense. Nos anos seguintes, com o crescimento da cidade muitas edificações foram construídas para abrigar as mais diversas funções, algumas delas de grande valor arquitetônico como a empresa de transportes Expresso Gaúcho (1944), a Escola Técnica do Serviço Nacional da Indústria - SENAI (1949), a Empresa de Correios e Telegráfos (1950), o Cine-Hotel (1954), o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1955), o Colégio São Luis (1957), entre outras, todas porém contando com características mais modernas.

6.6 Estrutura Urbana e Equipamentos: lançadas as bases da cidade moderna

A movimentação econômica surgida com o início do processo de industrialização de Santa Cruz, gerou conseqüentemente a necessidade de melhoria da infraestrutura urbana existente até então, pois implantada no começo do século, passou com os anos a não mais atender as novas demandas. A resolução dos problemas causados pelo rápido desenvolvimento da cidade entretanto, não constitui-se em uma tarefa fácil, conforme pode ser constatado através de entrevista concedida pelo intendente José W. Koelzer a revistas Terra Gaúcha em 1930:

“Santa Cruz de tudo está carecida. Começando pela sede de nosso município. A cidade de tudo reclama para o seu crescente desenvolvimento. Com exceção

da rua Fernando Abott até a Ernesto Alves, que foi devidamente macadamizada, todas as outras ruas reclamam reparos e até concertos urgentes, tal é o seu péssimo estado de conservação. A iluminação pública está reclamando melhoria, que exige uma reforma na Usina Municipal, geradora de luz e força elétrica. Outro serviço que precisa ser melhorado é o do asseio público ou remoção das matérias feacas, porque o que existe não está convenientemente aparelhado. E também certo que a população urbana, há muito, reclama de esgotos.” (Apud Krause, 1991, p.90)

Apesar do rol de problemas urbanos a serem equacionados apresentados por Koelzer, grandes esforços já haviam sido realizados pela municipalidade a partir do início dos anos 20, na tentativa de montar uma infraestrutura adequada, afim de atender não somente a população que crescia constantemente, mas também as necessidades dos empreendedores, principalmente no tocante ao fornecimento de água e energia elétrica.

O problema do abastecimento d'água na cidade foi um dos primeiros a ser enfrentado no período, através da construção, pelo Intendente Gaspar Bartholomay, de um segundo reservatório, entre os anos de 1922 e 1923, no mesmo local onde havia sido construído o primeiro em 1908, ou seja nas terras desapropriadas para este fim, na atual Parque Gruta dos Índios. Este conjunto atingia ao final de 1923, 544 instalações, contando com uma rede hidráulica de 12.560 metros. Dois anos após, o crescente consumo de água, levou a construção de um terceiro reservatório no local. Completando o abastecimento, foi perfurado em 1925 um poço artesiano, localizado na extremidade sul da rua Carlos Trein Filho, próximo a Companhia Brasileira

de Fumo em Folha. Em 1935 o Intendente Oscar Jost construiu um quarto reservatório, desta vez nos altos da rua Marechal Deodoro, ao lado do Cemitério Católico, sendo suprido por uma fonte, adquirida em 1925 e localizada na Chácara das Irmãs do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Chácara das Freiras) (Martin, 1983, p.3).

O sistema implantado pelo município cumpriu suas funções até a década de 40 quando recomeçaram os problemas quanto a falta d'água. Visando solucionar a questão, foi apresentado a comunidade em 1946 um projeto de abastecimento idealizado pela Secretaria de Obras Públicas do Estado, através de sua Diretoria de Saneamento e Urbanização. A construção por parte do órgão público estadual da nova hidráulica no bairro Bela Vista ocorreu em seguida, sendo a água captada do Rio Pardinho ao lado da ponte para Vila Theresa¹¹. A inauguração oficial ocorreu em 17 de novembro de 1949, conforme nota da Gazeta de Santa Cruz em sua edição do dia 18 do referido mês:

“Auspiciosa para população santacruzense pode ser considerada a data de ontem em que ficou oficialmente iniciado o fornecimento de água potável da nova Hidráulica que o Estado acaba de construir nesta cidade, nos altos da Bela Vista, por intermédio do seu engenheiro Victor Keunecke. Para o ato da primeira ligação foi escolhida a residência do vereador Carlos Baumhardt, onde compareceram o prefeito Alfredo Kliemann, os engenheiros Amadeu da Rocha Freitas, Otavio Figueira e Waldemar Cantergi, da Secretaria de Obras Públicas.”

¹¹ O fornecimento de água foi gradativamente encampado pelo Estado, sendo gerenciado posteriormente pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, criada em 1965, responsável também pelo sistema de esgoto cloacal implantado na área central da cidade.

Nesta época já estava em andamento a instalação da rede de esgoto cloacal, abrangendo a área central, delimitada pelas ruas Thomas Flores, Senador Pinheiro Machado, Carlos Trein Filho e Tiradentes, contando com uma moderna estação de tratamento de efluentes inaugurada em 1952, situada a rua São José, junto a confluência das Sangas Preta e Funda.

Complementando o saneamento urbano foi iniciada em 1956 pela Prefeitura Municipal a canalização da Sanga Funda em seu trecho ao longo da rua Assis Brasil, constituindo-se esta obra na primeira de uma série que viriam a ser realizadas neste setor nas décadas seguintes.

Após a encampação da Usina Elétrica pelo município em 1911, sucessivos foram os aumentos de sua capacidade geradora, incluindo também ampliações físicas e aquisição de equipamentos. O aumento do consumo levou o Indentente Gaspar Bartholomay a adquirir em 1920 um novo conjunto gerador, passando as instalações da rua Sete de Setembro por completa reformulação, sendo construída também uma chaminé com 37 metros de altura¹² (Martin, 1982 A, p.3). Após pouco mais de uma década de funcionamento tanto as instalações quanto a maquinário estavam defassados, tornando-se necessária a compra de equipamentos mais potentes e a construção de um prédio maior.

¹² A prova de fogo da capacidade da Usina Municipal, ocorreu em 1922, durante a semana dos festejos do Centenário da Independência do Brasil, quando a rua da República foi feéricamente iluminada e decorada com arcos do triunfo e somente no prédio da Intendência Municipal, sede das comemorações foram colocadas 350 lâmpadas de 32 e 50 velas, gerando naquelas noites um consumo recorde de 500 ampéres, ao qual a usina atendeu sem problemas (Martin, 1982 A, p.3).

Sendo assim, as obras da nova usina foram iniciadas pelo intendente Oscar Jost em 1933, incluindo a extensão da rede de distribuição e a instalação de geradores adquiridos da empresa alemã Siemens, Schuckert de Berlim¹³. A usina, concluída em 1935, estava situada junto a rua 15 de novembro (atual Oscar Jost) nos fundos do logradouro público, contando com tanque de resfriamento e amplo espaço para a estocagem de lenha¹⁴.

Novas dificuldades quanto ao fornecimento surgiram em 1953 quando o município solicitou a Companhia Estadual de Energia Elétrica a cessão de um grupo turbo gerador de 800Kw. Logo em seguida, em 1954, o Prefeito Arthur de Jesus Ferreira criou o Serviço Santacruzense de Eletricidade, vindo a constituir-se em uma autarquia. Em 1956 em substituição a este órgão foi criado pelo Prefeito Arthur Walter Kaempf um conselho consultivo tendo basicamente as mesmas atribuições, ou seja, melhor administrar a Usina Elétrica Municipal. Este conselho após analisar as inúmeras dificuldades enfrentadas em relação ao fornecimento de energia elétrica e a incapacidade por parte do Governo Municipal de realizar os novos e

¹³ O peso das máquinas importadas da Alemanha via Porto Alegre, atingiu um total de 300 toneladas, sendo necessários 28 carros da Viação Férrea para seu transporte, vindo a constituir-se na época como a mais moderna usina do Estado, possuindo capacidade geradora anual de 600.000 Kw/H, atendendo também as Vilas de Sinimbú e Theresa.

¹⁴ O primeiro tanque de resfriamento da usina foi utilizado também como piscina pública a partir de 1936, possuindo inclusive um trampolim.

vultuosos investimentos necessários a atualização técnica da usina, solicitou o encampamento do serviço a Companhia Estadual de Energia Elétrica. O acordo concretizado em 16 de abril de 1958, incluiu na transação a usina a lenha, que foi desativada, passando Santa Cruz a ser abastecida a partir de então pelo sistema hidrelétrico estadual (Martin, 1987, p.3).

Desde a chegada dos primeiros colonos, a região, as estradas foram alvo constante das reivindicações da população local, no sentido de garantir a circulação tanto de pessoas quanto de mercadorias rumo aos mercados consumidores. A implantação da ferrovia em 1905 foi sem dúvida um fator fundamental para o desenvolvimento econômico do município, contudo as estradas continuaram como principal meio de comunicação entre a sede e o interior e demais núcleos habitacionais da região. Com a implantação das indústrias fumageiras, a produção de tabaco na zona rural elevou-se consideravelmente, sendo transportada inicialmente até a cidade por meio de carroças. Com a chegada dos caminhões em meados da década de 20, o transporte de mercadorias foi bastante agilizado, necessitando-se para tanto a melhoria das estradas que passaram então a receber maiores cuidados como alargamento, terraplenagem, macadamização¹⁵, pontes e boeiros.

Entre os investimentos realizados no setor no início deste período, destaca-se a construção da nova estrada do Bom Jesus, ligando a cidade

¹⁵ A macadamização consistia no assentamento de pedras britadas e compactadas sobre o leito de estradas e ruas.

de Santa Cruz a Vila Theresa, sede do segundo distrito e distante 10 km, com obras iniciadas em 1922. Cortando a várzea do Rio Pardinho em uma área periodicamente inundável, o Intendente Gaspar Bartholomay deu início um trabalho notável, elevando a referida estrada a uma cota acima das maiores enchentes verificadas. No trecho primeiramente aterrado, atingindo a ponte do Rio Pardinho¹⁶ foram utilizados grandes volumes de terra, transportados em vagonetas sobre trilhos e no lombo de mulas. No local da antiga “Ponte Torta” sobre o Arroio Potreiro Grande (Sangra Preta) foi construída em pedra grês, a ponte do Bom Jesus, servindo também de escoadouro as águas represadas pela estrada nas épocas de cheias¹⁷ (Bartholomay, 1922, p.36). Nas décadas seguintes muito foi feito para a conservação e expansão do sistema viário municipal, incluindo-se o asfaltamento da estrada para Vila Theresa em 1952.

Com a reestruturação das diretrizes do sistema nacional de transportes no final dos anos 50, os meios rodoviários foram em pouco tempo largamente favorecidos, gerando conseqüentemente a desativação de muitas linhas ferroviárias deficitárias, entre as quais o ramal Rio Pardo-Santa Cruz, extinto em setembro de 1965. Os investimentos neste setor entretanto, custaram a chegar a Santa Cruz e por muitos anos ainda a

¹⁶ A ponte do Rio Pardinho, concluída em 1900 era composta por pilares em pedra grês que sustentavam um passadiço formado por uma estrutura metálica, fabricado pelas indústrias Krupp na Alemanha. A montagem no local esteve ao encargo dos Srs. Guilherme Schreiner e Emílio Fernando Schneider, ambos antigos funcionários da referida empresa na Europa.

¹⁷ O restante do aterro, entre a ponte do Rio Pardinho e as proximidades de Vila Teheresa, só foi concluído em 1941, contando para tanto com a ajuda dos soldados do 3º Batalhão do 7º Regimento de Infantaria, instalados ainda provisoriamente na cidade.

cidade e a região tiveram que conviver com estradas ora lamacentas, ora empoeiradas, aguardando o asfaltamento de suas principais rodovias, o que só ocorreu a partir da segunda metade da década de 60.

O problema do barro e da poeira contudo, não restringiam-se apenas aos acessos a cidade e estradas vicinais, pois a mesma situação repetia-se na área urbana do município, haja visto que somente em 1948 é que foi destinada uma verba de Cr\$1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), obtida através de empréstimo realizado pela Prefeitura, para o início em larga escala do calçamento da cidade. (Ata da Câmara de Vereadores de 12 de fevereiro de 1948, p.149). Entretanto em 1943, o Prefeito Dario Barbosa já havia inaugurado a primeira via pavimentada da cidade, sendo contemplada com a melhoria a rua Ramiro Barcelos, quadra em frente a Igreja Católica, constituída por pistas em dois níveis, ligadas por pequenas escadarias destinadas aos pedestres. Os trabalhos de calçamento estenderam-se a partir do final dos anos 40, pelas principais ruas da cidade, realizado em grande parte pela empreiteira de Alexandre Torrano, vencedor de diversas licitações, utilizando-se para o recobrimento, paralelepípedos de granito, originados das minas de Encruzilhada do Sul.¹⁸

No intuito de amenizar o grande problema da falta de transporte coletivo na cidade, foi criada no final de 1919 a primeira linha de ônibus urbana de Santa Cruz. O ônibus de propriedade da Garagem Brasil de H. Gerhardt possuía capacidade para 25 passageiros sentados, e circulava

¹⁸ Apesar das ruas centrais serem pavimentadas sistematicamente somente a partir de 1948, estas já possuíam cordão e calhas revestidas de pedra desde o final do século XIX, contando também com um bom número de passeios públicos pavimentados com lajes de pedra grês.

pelas ruas principais e arredores. Impulsionadas por esta iniciativa, inúmeras outras linhas surgiram ligando os distritos a sede e aos municípios vizinhos.

Embora contando com a ferrovia como principal meio de transporte para Porto Alegre, a elite santacruzense pode utilizar-se a partir de 1931 de linhas aéreas semanais, ao encargo da Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG) sendo a pista de pouso e decolagem localizada em Dona Carlota¹⁹, junto a estrada para Rio Pardo.

As linhas de ônibus atingiram a capital do Estado em 1942, através da Empresa Filter, e apesar da demora na viagem, ocasionada pelas péssimas condições das estradas e principalmente pelas três travessias fluviais feitas em balsas, tornaram-se populares a partir do final dos anos 50, desbancando gradativamente os outros meios de transporte.

Os trabalhos de implantação da infraestrutura urbana de Santa Cruz,

¹⁹ Esta pista localizada em terras particulares da família Kaempf (atualmente ocupadas pela Metalúrgica Mor), foi transferida pela Prefeitura para o alto da Linha Santa Cruz em 1961, após o grande vendaval que em 1958 destruiu completamente as antigas instalações do aeroclube, incluindo os hangares e 4 aeronaves.

receberam a partir dos anos 20 um forte incremento, estendendo-se até a década de 60, quando passaram a apresentar condições bastante atrativas, favorecendo a instalação do capital internacional, no ramo fumageiro, que vislumbrou na cidade e região, potencialidades, que somadas ao desempenho da população local, transformaram nas décadas seguintes Santa Cruz do Sul em dos mais importantes pólos de desenvolvimento da região central do Estado.

6.7 Expansão Urbana: o surgimento da periferia

Com o processo de industrialização iniciou-se em Santa Cruz, uma fase de significativa expansão de sua área urbana, fomentada pelo desenvolvimento econômico e populacional alcançados. A década de 20 caracterizou-se como um período de grande crescimento, no qual tanto os serviços oferecidos quanto o número de edificações multiplicaram-se rapidamente, sendo necessária a ocupação de novos quarteirões conforme registrado na Mensagem Apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15 de outubro de 1922 pelo Intendente Gaspar Bartholomay, (p.32):

“Em 1920 resolvi alargar a área urbana da cidade com a demarcação de mais 9 quadras ou quarteirões no Logradouro Público também denominado “Varzea”, e pelo prolongamento das antigas ruas, inclusive as quadras vendidas à Companhia de Fumos Santa Cruz e a comunidade Evangélica. Assim foi que, prolongando de Leste para Oeste as ruas Borges de Medeiros, 7 de setembro e

Tiradentes, formaram-se 9 quadras novas com 121 terrenos, dos quais ainda se acham disponíveis 43. Fixado o preço de 1:500\$000 por terreno, a Intendencia vendeu nestes dois últimos annos 78 desses terrenos, com a condição de serem edificados dentro do prazo de dois annos e sob pena de perder todo e qualquer direito de propriedade o adquirente que não construir casa de material naquelle praso.”

Na planta datada de 1922 destaca-se além da simetria das quadras e das ruas largas, as áreas destinadas a Estação Ferroviária, que atraiu para suas imediações inúmeros estabelecimentos comerciais e industriais, e o logradouro público, que mesmo recebendo delimitações não passava ainda de um grande descampado. Obedecendo sempre o rígido traçado quadriculado original, novos quarteirões foram loteados, incorporando ao perímetro urbano as chácaras limítrofes, criando assim as condições espaciais para garantir a reprodução tanto do capital, quanto da força trabalhadora.

“Nesse contexto, a partir de 1920 passou a ocorrer um gradativo parcelamento das chácaras, tanto pela incorporação de novos lotes de terreno à cidade, como pela necessidade de expansão do sistema viário existente. Geralmente esse parcelamento iniciou nas áreas do entorno do núcleo original, em razão da valorização que a transformação do uso do solo dessas chácaras foi oportunizando enquanto a cidade foi expandindo-se.” (Silveira, 1997, p.60)

A questão das chácaras gerou ao longo dos annos inúmeros impecilhos quanto a necessária expansão da cidade, permanecendo muitas delas intocadas em plena área urbana, aguardando maior valorização, obstaculizando muitas vezes o crescimento natural e homogêneo do centro em direção a periferia.

Através do desenvolvimento industrial, as funções urbanas, até então direcionadas ao atendimento do setor agrícola, passaram a ter um novo foco, sendo intensificadas as atividades terceárias, voltadas particularmente ao apoio da agroindústria fumageira.

Concentrados na área central, os estabelecimentos comerciais, localizavam-se em sua maioria ao longo das ruas da República e Tenente Coronel Brito, incluindo suas transversais, sendo que as indústrias encontravam-se espalhadas pela malha urbana, como no caso da Companhia de Fumos Santa Cruz, da Fundação Schreiner e da Máquinas Binz. Fora do perímetro urbano, da época, estavam entre outras, a Companhia Brasileira de Fumo em Folha (atual Souza Cruz), que devido as facilidades de transportes, ocupou uma área servida pela ferrovia, possuindo inclusive um ramal que adentrava o pátio da empresa, e a Cervejaria Santa Cruz, com instalações junto ao Riacho da Gruta, que lhe fornecia água em abundância para suas operações, estando localizadas respectivamente a sudoeste e nordeste do centro da cidade.

Apesar de manter o aspecto de tabuleiro de xadrez, a planta de 1922 já indicava os rumos a serem tomados pela expansão da cidade, através da futura ocupação das vias radiais de acesso ao núcleo urbano vindas da área rural e das cidades e vilas próximas, constituídas por seus sinuosos traçados. Esta previsão é confirmada ao longo dos anos, conforme indicação do mapa da cidade editado em 1940, onde após 18 anos, podemos verificar o surgimento de quadras de traçado irregular ao longo

das estradas para Vila Theresa, Rio Pardo e da linha férrea. Neste mesmo mapa percebe-se o efetivo processo de loteamento ao qual foram submetidas as chácaras, especialmente as localizadas a oeste da rua Carlos Trein Filho. Nesta direção para a qual houve um grande crescimento, foram construídas em 1949 nas proximidades da CBFF a Escola Técnica do Senai e a Vila Operária do SESI, contando com 40 casas populares²⁰.

O mapa de 1940 destaca ainda a existência de chácaras em plena área urbana, além da grande expansão prevista para a parte sul da cidade, apresentando um traçado contrastante daquele adotado até então, incluindo ruas em semi-círculo, sendo designadas as quadras de “A” até “X”. Este novo bairro contudo não chegou a ser implantado pois foi praticamente todo desapropriado em 1941 através do Decreto nº 3365 de 21 de junho, para abrigar as instalações do III Batalhão do 7º Regimento de Infantaria do Exército. A área contando com 302.800 m² ou 30,3 hectares pertencia a Fernando Carlos Tatsch, que após esgotar todos os recursos judiciais tentando reverter o processo, recebeu do Governo Federal por suas terras a quantia de Cr\$196.435,00 (cento e noventa e seis mil e quatrocentos e trinta

²⁰ Na época esta área era conhecida como Camboim, concentrando a população de baixa renda da cidade.

e cinco cruzeiros)²¹.

Nos anos 40 realizou-se também a primeira tentativa de aproveitamento da vasta área do Logradouro Público como local de lazer, sendo idealizado um projeto de urbanização da Várzea, como também era chamado o local, pelo engenheiro Francisco Riopardense de Macedo, a pedido da Prefeitura Municipal. Na área pretendia-se criar o Parque do Centenário, tendo em vista as comemorações dos 100 anos da colonização alemã em Santa Cruz, a realizar-se em 1949, contando com espaços para exposições e um estádio para esportes múltiplos.

Apesar dos esforços da comissão organizadora o referido projeto não passou da construção de um pórtico e um palanque provisórios, junto aos quais foi lançada então, a pedra fundamental do complexo durante os festejos do centenário que contou com a presença do então Governador Valter Jobim. Quanto a causa principal da inviabilização do Parque Centenário, Teichmann (1999, p.101) esclarece:

“... as obras do Parque Centenário nunca foram concluídas porque, para essa construção, seriam utilizadas verbas da “venda de terrenos resultantes da urbanização do Logradouro Público, que foi negada pela Câmara de Vereadores” (Gazeta do Sul, 13/12/1949). Sem verbas, o complexo esportivo do Parque do Centenário acabou sendo somente um projeto.”

²¹ A construção das edificações do quartel foram iniciadas em 23 de dezembro de 1943, sendo vencedora da licitação a Construtora Santacruzense Ltda. Os diversos pavilhões, localizados junto ao início da rua Marechal Floriano, foram ocupados as pressas em 12 de julho de 1945, pois por quase quatro anos, o Batalhão ocupou prédios alugados, distribuídos por diversos pontos da cidade tais como a Sociedade Ginástica, o Colégio Elementar e os armazéns da empresa Fumageira Kliemann.

Apesar deste revés, a comunidade não deixou de sonhar com a ocupação da área e nova oportunidade surgiu em 1954, quando da constituição da primeira comissão organizadora da Festa Nacional do Fumo (FENAF), que tinha como objetivo divulgar as potencialidades econômicas e turísticas da cidade.

Para tanto foi realizado um novo projeto para o local que seria a sede dos festejos, contando com projeto da Construtora Lux, Goldmann e Kothe Ltda. de Santa Cruz, que idealizou uma proposta global de ocupação, incluindo pavilhões de exposições, pórtico de entrada, quadras esportivas, sistema viário e projeto paisagístico²². Entre as providências para a realização da festa foi publicado em 1956 um guia da indústria, comércio e atrações da cidade, constando também uma planta da área urbana, indicando os principais equipamentos e locais de visitação.

Comparando a planta de 1956 com a publicada em 1940, percebe-se claramente a expansão urbana na direção noroeste, mais precisamente ao longo da avenida Independência, passando o Cemitério Municipal, rumo aos prósperos distritos de Rio Pardinho e Sinimbú, bem como junto ao acesso nordeste da cidade, em direção aos distritos de Linha Santa Cruz, Boa Vista e Monte Alverne, e as cidades de Venâncio Aires e Porto Alegre. Entre

²² Embora iniciados os preparativos para a FENAF em 1954, a primeira edição da festa só foi realizada em 1966, pois ao longo do processo de organização, inúmeros problemas foram surgindo, originados em grande parte por questões econômicas e políticas. (Teichmann, 1999).

estas vias surgiram novos bairros como as Vilas Verena, Jardim e São Luis. Já para o lado sul, podemos verificar que a ocupação por parte do Quartel de uma grande fração territorial, acabou por dificultar o crescimento urbano para aquela direção, mantendo-se contudo apenas o ritmo de expansão junto a linha férrea e avenida Euclides Kliemann, ao longo da qual surgiram os bairros Bom Fim, Chácara da Figueira e São Roque (atual Arroio Grande). Para os lados leste e oeste da cidade, a ocupação regular dos quarteirões na época, pouco ultrapassava as ruas Gaspar Silveira Martins e São José respectivamente, pois a partir destas vias o parcelamento tardio das chácaras impediu por algumas décadas o desenvolvimento urbano, sendo muitas destas áreas loteadas clandestinamente, acarretando inúmeros problemas à municipalidade.

Outra questão urbana que começava a transparecer e incomodar a ordeira e abastada Santa Cruz, relacionava-se ao aumento considerável de algumas de suas vilas populares, particularmente o chamado Camboim, conforme artigo publicado pelo Jornal Gazeta de Santa Cruz em 24 de junho de 1952 e intitulado “A vergonha de uma cidade”:

“... o Camboim dos becos Laçasso, do Caqui e das Sete Facadas - onde vive num desamparo e numa miséria abjeta e aviltante uma parte substancial da população de uma cidade próspera e vigorosa - constitui um problema gravíssimo que alguns conhecem e a maioria pretende ignorar. (...) A miséria na sua mais sombria e terrível expressão, o esquecimento e o desamparo total é que formaram o Camboim e deram-lhe seu aspecto atual: uma chaga que enfeia um corpo bonito e lhe ameaça progressivamente minar todo o organismo; (...) um quadro deprimente que a cidade faz questão de

esconder ou finge ignorar.” (Apud, Silveira, 1997, p.63)

Para a população de Santa Cruz o crescimento rápido e desordenado de uma área tão degradada como o Camboim causava indignação, face as boas condições de vida usufruídas em outros locais da cidade. O problema antes praticamente restrito a esta área, a partir dos anos 50 começou a expandir-se, através do crescimento de vilas em outros locais, alimentadas pelo fluxo constante de migrantes vindos da zona rural de toda a região, a procura de trabalho. A contrastante situação de segregação, com nítida divisão territorial entre as classes foi acentuando-se cada vez mais no transcorrer dos anos 60, engendrada pelo próprio sistema capitalista no qual a cidade estava inserida, refletindo-se esta realidade na valorização e ocupação diferenciada do espaço urbano, pelos diversos segmentos sociais envolvidos.

7. 5ª FASE - 1965 ATÉ A ATUALIDADE - PÓLO REGIONAL

7.1 Fatores Econômicos: a capital do fumo

A grave crise que abateu-se sobre a indústria fumageira, base do sistema econômico santacruzense e da região, marcou expressivamente o início da década de 60, gerando conseqüentemente uma série de acontecimentos que levaram a transnacionalização do setor a partir de 1965 e ao surgimento de uma nova fase de desenvolvimento urbano e econômico da cidade. De acordo com Vogt (1997, p.126) a internacionalização das indústrias fumageiras resultou da combinação de vários fatores que interrelacionados acabaram por favorecer a entrada de capital estrangeiro no setor e entre os quais destaca:

- “1º) Os conflitos étnicos existentes na Rodésia que prejudicaram a produção e exportação do tabaco daquela ex-colônia britânica na África;
- 2º) A abertura do mercado internacional para os fumos brasileiros (antes carentes de competitividade por não estarem ajustados às exigências e padrões do mercado mundial);
- 3º) A política adotada pelo Estado brasileiro, amplamente favorável à instalação de gigantescas

agroindústrias no país e à constituição dos complexos agroindustriais.”

Com a impossibilidade de manutenção das condições de produção na Rodésia, atual Zimbábue, as grandes companhias fumageiras passaram a procurar um novo local que reunisse potencialmente as mesmas condições, aliando qualidade com baixo custo de produção, encontrando-as na região sul do Brasil, tendo como um dos principais pólos, a cidade de Santa Cruz onde já encontrava-se instalada desde 1917 a companhia anglo-americana British American Tobacco.

Através da abertura do mercado mundial, a produção local passou por um rigoroso processo de qualificação, atraindo ao longo dos anos, cada vez mais compradores e empreendimentos para a área. Contudo o principal fator que motivou a vinda de inúmeras empresas estrangeiras para o país foi sem dúvida as vantagens oferecidas pelo Governo Brasileiro, incluindo crédito facilitado e leis que regulamentavam a remessa de lucros para o exterior (Godinho, 1980, p.83). A introdução do capital internacional no setor fumageiro de Santa Cruz processou-se de forma gradual, efetivando-se da seguinte forma:

“... inicialmente o consórcio multinacional injetava recursos em determinada empresa local, ao adquirir parte das ações desta; posteriormente assumia o controle acionário, total ou majoritário do empreendimento, quase sempre mantendo os antigos proprietários ou seus descendentes nas funções administrativas e gerenciais do estabelecimento.” (Vogt, 1997, p.133)

Sendo assim, as maiores beneficiadoras de fumo da época, foram aos poucos transnacionalizadas, iniciando-se um processo sucessivo de compra por parte de diferentes grupos conforme quadro a seguir:

Quadro 8: A Desnacionalização da Indústria Fumageira em Santa Cruz

Empresas instaladas até 1965* (por origem do capital)	Alterações na propriedade das empresas entre 1966 e 1974 (por origem do capital)	Propriedade das empresas - 1975/77 (por origem do capital)
Fábrica de Cigarros Sudan S/A (nacional)	Fábrica de Cigarros Sudan S/A (Nacional)	Fábrica de Cigarros Sudan S/A - (Nacional)
Cia. de Fumos Santa Cruz - 1918 (Nacional)	Grupo Remtsmann - 1970 (Alemão)	Philip Morris Inc. 1975 - (Americano)
Cia. de Cigarros Souza Cruz - 1917 - (Anglo-Americana)	Cia de Cigarros Souza Cruz - (Anglo-Americano)	Cia. de Cigarros Souza Cruz - (Anglo-Americano)
Cia. de Cigarros Sinimbu - 1948 -(nacional)	Grupo Brinkmann - 1970/72 - (Alemão)	R.J. Reynolds Tab. do Brasil - 1975 - (Americano)
Exportadora Henning S/A - 1890 (Nacional)	Grupo Brinkmann - 1970/72 - (Alemão)	R.J.Reynolds Tab. do Brasil - 1975 (Americano)
Tabacos Tatsch - 1932 (Nacional)	Tabacos Tatsch S/A - (Nacional)	Tabacos Brasileiros Ltda. 1976 - (Americano)
Kliemann & Cia. - 1915 - (Nacional)	Kliemann & Cia. (Nacional)	Kliemann & Cia. - (Nacional)
Boettcher e Wartchow - 1932 (Nacional)	Boettcher e Wartchow - (Nacional)	Boettcher e Wartchow - (Nacional)
	Armada S/A - Ind. e Com. 1968 - (Alemão)	Armada S/A - Ind. Com. (Alemão)
	Tabra - Exp. de Tabacos do Brasil Ltda.- 1970 (Americano)	Tabra - Exp. De Tabacos do Brasil Ltda. (Americano)
	Cia. Meridional de Tabacos - 1974 (Francês)	Cia. Meridional de Tabacos - (Francês)

Fonte: Silveira, 1997, p.73

As décadas de 80 e 90 caracterizaram-se pela drástica diminuição do número de empresas no setor, fruto da venda dos últimos estabelecimentos de capital nacional e de fusões entre os grandes grupos estrangeiros. Atualmente o setor fumageiro, não somente em Santa Cruz, como no Brasil, é praticamente dominado por três grandes companhias, sendo eles: Souza Cruz S.A., de capital aglo-americano, Universal Leaf Tabacos Ltda. e Dimon

do Brasil, ambas de capital norte-americano. Embora de menor porte, mas também contando com instalações, estão igualmente localizadas em Santa Cruz a Meridional de Tabacos Ltda. de capital predominantemente norte-americano e a Kannenberg e Cia, Ltda., única empresa nacional remanescente, pertencente as famílias Kannenberg e Bock¹.

Apesar de dominar o mercado nacional de beneficiamento de fumo, com produção estimada para a safra 1999/2000 de 490 mil toneladas, (Gazeta do Sul, 31/01/2000, p.1) relativas ao total produzido na região sul do Brasil, dentre as quais em torno de 200 mil toneladas são destinadas ao mercado externo, Santa Cruz possui atualmente apenas uma fábrica de cigarros, a Phillip Morris Marketing, contando com instalações na área central e no distrito industrial.

O processo de internacionalização do setor fumageiro imprimiu uma nova dinâmica a economia local, incorporando modernas tecnologias e fazendo com que os demais setores de atividades passassem igualmente a seguir o acelerado ritmo ditado pela economia global, da qual a cidade passou a fazer parte através da instalação de um conjunto de objetos e sistemas técnicos representados no espaço urbano através da implantação de terminais de carga, depósitos de containers, escritórios de exportação e importação, bancos, hotéis, aeroporto, distrito industrial, redes de telecomunicações, transportes, energia elétrica, etc. (Silveira, 1997, p.129).

¹ Santa Cruz do Sul, juntamente com as cidades vizinhas de Venâncio Aires e Vera Cruz, devido a grande concentração de indústrias beneficiadoras de tabaco, constituem o maior pólo agroindustrial fumageiro do mundo (Vogt, 1997, p.137).

Mesmo com investimentos maciços realizados pelo capital internacional na agroindústria fumageira, a diversificação industrial, verificada em Santa Cruz desde o início do século, manteve-se presente na economia local, destacando-se os setores de alimentação, têxteis, metalurgia, plásticos e borracha. Nas décadas de 60 e 70, tradicionais estabelecimentos industriais, ainda continuavam em plena atividade, outros contudo já demonstravam sinais de decadência, devido a inadaptação frente a um mercado cada vez mais competitivo e em constantes modificações. Indústrias como Baumhardt Irmãos S/A (frigorífico), Mercur S/A (plásticos e borracha), Xalingo S/A (brinquedos) e Fülller S/A (massas e biscoitos), continuaram crescendo, surgindo nas últimas décadas novos empreendimentos que ao longo dos tempos tornaram-se sólidas empresas de projeção estadual e nacional como Plásticos Santa Cruz Ltda., Metalúrgica Mor S/A, Confecções Simon-Braun Ltda., entre outras. As transformações no cenário industrial santacruzense, entretanto, continuam em pleno andamento, caracterizando-se, apesar das dificuldades enfrentadas pela maioria das empresas de capital local, pela busca constante de novos mercados e atualização tecnológica.

O setor terciário, representado pelas atividades comerciais e de prestação de serviços, encontrou a partir da metade da década de 60, um forte estímulo para seu desenvolvimento, estando intrinsecamente vinculado ao crescimento das atividades agrícolas e industriais do município. Nos últimos dez anos contudo, o setor comercial da cidade, apesar do aumento

do número de estabelecimentos, tem apresentado um crescimento mais lento, causado entre outros motivos pela concorrência enfrentada em relação ao comércio de outras regiões como o Vale do Taquari e a capital do Estado (Bremm, 1997, p.103).

Já na área de serviços, Santa Cruz que atua como cidade pólo para a região do Vale do Rio Pardo, concentra os principais estabelecimentos de ensino, bancários, de representação estadual e federal, transportes, lazer, saúde e comunicações.

Embora mantendo a posição de uma das mais prósperas cidades do Estado, graças ao seu parque fabril fumageiro, a excessiva dependência deste setor, tanto na questão da geração de empregos² como na arrecadação de impostos³, tem causado preocupação quanto ao futuro de Santa Cruz, face as incertezas em relação ao consumo mundial de tabacos e a mobilidade dos investimentos em uma economia globalizada. A ampliação da diversificação econômica, apesar dos esforços realizados pelo governo municipal, não tem alcançado os resultados esperados, permanecendo a comunidade de Santa Cruz a procura de alternativas de desenvolvimento que possam garantir e até mesmo ampliar os índices de crescimento econômicos verificados até a atualidade.

² Os safristas como são chamados os empregados temporariamente nas indústrias fumageiras, trabalham em torno de 6 meses por ano no setor, dedicando-se geralmente nos 6 meses restantes a construção civil e aos serviços domésticos.

³ As empresas fumageiras são responsáveis por cerca de 70% dos impostos arrecadados pelo município, a maior parte viabilizado através do retorno do valor do ICMS.

7.2 Fatores Político-Institucionais: na liderança do Vale do Rio Pardo

Santa Cruz desde muito cedo assumiu seu papel de liderança regional, tornando-se centro dos principais acontecimentos sociais, políticos e econômicos, confirmando ao longo dos anos sua influência sobre as demais cidades do Vale do Rio Pardo⁴.

Ao atingir as décadas de 60 e 70 a conjunção de fatores políticos e econômicos, fez concentrar na cidade entidades e órgãos públicos, estaduais e federais, contribuindo ainda mais para o aumento de seu dinamismo, através de sua estruturação como centro prestador de serviços em diversas áreas incluindo educação, saúde e lazer, voltados ao atendimento de toda a região da qual se tornou pólo.

⁴ O Vale do Rio Pardo é composto pelos seguintes municípios: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Cerro Branco, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoão, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Salto do Jacuí, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Importante resolução de cunho político-administrativo para a cidade, ocorreu em 1977, com a aprovação pela Câmara Municipal do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Cruz do Sul, definido após criteriosa análise da situação existente, as diretrizes a serem seguidas quanto ao seu zoneamento, sistema viário e futura expansão. Este novo conjunto de leis, implantado durante a gestão do Prefeito Elemar Gruending e em um momento de grande crescimento da cidade, especialmente de seus bairros periféricos e do início do processo de verticalização da área central, mostrou-se bastante oportuno, procurando ao mesmo tempo regular sua expansão e manter a qualidade de vida dos moradores, preservando o meio ambiente adjacente.

Questões políticas quanto a divisão territorial do município, desencadearam-se a partir da década de 90 através dos processos de emancipações de alguns de seus principais distritos. Após a realização de uma consulta popular em 1991, Sinimbu, Gramado Xavier e Trombudo (atual Vale do Sol) tornaram-se igualmente municípios, desmenbrando boa parte do território de Santa Cruz, tendo como consequência a perda de significativa parcela de sua área rural e dos relativos impostos, ao mesmo tempo que também diminuíram consideravelmente as despesas com a manutenção da vasta malha rodoviária municipal, particularmente na região serrana, restando conseqüentemente mais recursos a serem investidos na zona urbana.

Alguns anos mais tarde em virtude da necessária expansão do distrito industrial e de áreas residenciais próximas a divisa com o município de Rio

Pardo, iniciou-se uma campanha para a anexação de toda uma fração territorial contígua a cidade, situada na extremidade sul do município. Juntamente a área que mais interessava, ou seja, as margens da BR 471, após o Arroio do Almoço, foram incluídas a Santa Cruz, após plebiscito realizado em 1994 com aprovação da Assembléia Legislativa do Estado, as localidades de São João da Reserva, Capão da Cruz, Arroio do Couto, Capela dos Cunha e Reserva dos Kroth, totalizando 115,46 km², antes pertencentes ao município de Rio Pardo e uma pequena área do município do Passo do Sobrado, chamada de Cerro Alegre Alto, somando 21,07 Km². Foram igualmente anexados na época cerca de 1500 moradores, que devido a pouca distância, qualidade e quantidade de serviços oferecidos, há muito relacionavam-se mais com a cidade de Santa Cruz do que com as sedes de seus municípios originais⁵ (Silveira, 1997, p.50).

Na década de 90 com o rápido crescimento da cidade, inúmeros problemas urbanos de ordem prática e legal foram surgindo, muitos deles não previstos no primeiro Plano Diretor da cidade e que precisavam ser urgentemente solucionados. A partir da constatação da necessidade de elaboração de um novo Plano Diretor até sua aprovação, mais de três anos se passaram, gerando ao longo do processo, debates acirrados na comunidade, pois muitos eram os interesses envolvidos. Mesmo sem

⁵. Além dos motivos apresentados para a anexação de toda a área em torno do Distrito Industrial, cabe ressaltar que a maioria das propriedades nestas localidades já pertenciam a cidadãos e empresas santacruzenses, sendo também alegado o descaso por parte das Prefeituras de Rio Pardo e Passo do Sobrado quanto ao atendimento das reivindicações dos moradores principalmente no tocante a manutenção das estradas e construção de escolas.

conseguir satisfazer todas as expectativas da sociedade, o texto final foi aprovado pelo Prefeito Sérgio Ivan Moraes em fevereiro de 1998, intitulado-se Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Santa Cruz do Sul, contendo as seguintes diretrizes:

“a) regular e ordenar a ocupação do solo, a expansão urbana e a preservação ambiental da Zona Urbana da Sede, das Sedes Distritais, das Agrovilas e das áreas ao longo das estradas municipais asfaltadas ou com infra-estrutura de água e energia elétrica;

b) estabelecer diretrizes para as Leis complementares que regulam as atividades e o desenvolvimento social: Código de Posturas, Código Tributário, Código de Obras, Lei de Loteamento, Lei de Preservação Ambiental, Lei de Desenvolvimento Industrial, Lei de Uso do Solo e outras. “(PDDSU, 1998, p.2)

Esta nova Lei, além dos temas e dispositivos tradicionais referentes ao núcleo urbano sede, passou a preocupar-se também com as sedes distritais, agrovilas e áreas ao longo das estradas asfaltadas, onde não raro costumam surgir de forma espontânea pequenas aglomerações que tendem a se tornarem futuros bairros ou até mesmo vilas isoladas. Neste plano foram redimensionados o sistema viário, os limites e estabelecido um novo zoneamento urbano, ocorrendo também grandes avanços na questão da preservação ambiental através das demarcações do cinturão verde e da várzea do Rio Pardinho⁶.

⁶ O chamado cinturão verde da cidade de Santa Cruz é constituído por uma encosta montanhosa, envolvendo seus lados leste e norte, recoberta por densa vegetação de médio e grande porte. Já a várzea do Rio Pardinho como o próprio nome descreve, trata-se de uma planície inundável as margens do rio e localizada a oeste da cidade, na divisa com o município do Vera Cruz.

Também a preservação do patrimônio histórico foi contemplada, sendo instituída para a viabilização da manutenção do conjunto arquitetônico, a possibilidade de venda do índice construtivo dos respectivos terrenos, podendo este ser transferido para outros lotes da cidade, desde que o imóvel seja tombado pelo município e que a renda auferida na transação, devidamente registrada em cartório, seja totalmente revertida na preservação da edificação.

A necessidade de constante acompanhamento do Plano Diretor, objetivando a realização de ajustes e correções quanto as diretrizes propostas inicialmente, levou a criação na mesma lei, do Centro de Pesquisa e Qualidade Urbana e Rural - CIPUR, sendo constituído por representantes de diversos órgãos e instituições da cidade, cabendo contudo o domínio político a Prefeitura Municipal, responsável pela indicação da maioria dos conselheiros.

A implantação do novo plano juntamente com a instituição do CIPUR, constituiram-se sem dúvida, em grandes contribuições para o desenvolvimento de Santa Cruz e se corretamente utilizados, numa garantia para a coletividade de que os benefícios decorrentes do planejamento urbano poderão um dia ser usufruídos por todos os cidadãos, justamente num momento em que a grande maioria da população do município passa a viver na cidade, repetindo localmente o mesmo processo de urbanização acelerada que ocorre atualmente na maior parte dos países do mundo.

7.3 Fatores Populacionais: migrações rumo a cidade

Com a retomada do dinamismo das atividades urbanas a partir de 1965, a população da cidade cresceu nas duas primeiras décadas do período em torno de 4% ao ano, ao mesmo tempo que a população rural passou a apresentar crescimento negativo, provocado principalmente pela forte migração rumo a sede municipal, em função do baixo preço pago pelo fumo e a falta de perspectivas dos colonos, em especial dos mais jovens quanto ao futuro no meio rural (Godinho, 1980, p.108). Esta onda migratória dirigiu-se também a outras áreas urbanas da região, voltando-se igualmente, em uma continuidade do processo iniciado na década de 40 para os Estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

Até 1970 a população residente na zona rural de Santa Cruz ainda somava um maior número, abrigando 61,9% dos seus habitantes. Esta situação entretanto foi alterada a partir de 1980, quando finalmente a área urbana passou a concentrar a maioria da população, apresentando um índice de 55,3% do total de habitantes do município. Esta diferença, acentuou-se mais ainda ao longo da década de 80 somando a população urbana 67,07% dos habitantes de Santa Cruz, em 1990.

Tabela 20: Evolução da População Urbana e Rural de Santa Cruz do Sul - 1970 / 1990

Ano	Urbana	%	Rural	%
1970	33.076	38,1	53.730	61,9
1980	55.095	55,3	44.541	44,7
1990	78.955	67,0	38.818	33,0

Fonte: Censos Demográficos do Rio Grande do Sul - 1970/1990 IBGE

Ao analisarmos a questão da procedência dos imigrantes que tanto fizeram crescer a população urbana de Santa Cruz nos últimos anos, particularmente das vilas populares, confirmamos o fato de que este contingente tem sua origem tanto na área rural do município, quanto nas cidades e municípios vizinhos, especialmente daqueles integrantes da chamada micro-região fumicultora de Santa Cruz do Sul⁷ e que enfrentam de maneira geral graves problemas quanto a ocupação de toda a mão-de-obra existente nestas localidades. Como centro polarizador das atividades econômicas da região, a cidade continuou atraindo anualmente centenas de pessoas em busca de melhores oportunidades de trabalho conforme explica Silveira (1997, p.211):

“No final dos anos oitenta, início dos anos noventa, vamos ter uma intensificação nos fluxos migratórios para Santa Cruz do Sul. De um lado, os reflexos da política econômica recessiva de corte neoliberal dos governos Collor-Itamar Franco acabaram levando a estagnação econômica e o desemprego a muitos dos municípios da região, aprofundando o processo de expulsão de parcelas de sua força de trabalho para outros municípios. De outro lado, ainda que o desemprego também ocorre em alguns setores da economia santa-cruzense, a ocorrência de sucessivas supersafras de fumo na região fumicultora, como foram as de 1989-1990 e 1992-

⁷ São 18 os municípios que compõem a micro-região fumicultora, sendo eles: Agudo, Arroio do Tigre, Candelária, Cerro Branco, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Gramado Xavier, Ibarama, Nova Palma, Passo do Sobrado, Paraíso do Sul, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

1993, além de amenizar o problema, acabou catalisando o direcionamento de parte da mão-de-obra excedente da região para Santa Cruz do Sul, principalmente em busca de uma colocação como safrista nas empresas, ou mesmo em outros setores econômicos (in)diretamente ligados ao setor agrogumageiro.”

As oportunidades de emprego na cidade contudo, tem se tornado nos últimos anos bastante limitadas, pois a falta de qualificação profissional dos imigrantes, quase sempre com grau de instrução mínima, frequentemente tem impedido seu acesso ao mercado, que a cada dia torna-se mais seletivo no aspecto da formação do trabalhador. Esta questão aliada, ao intenso processo de mecanização da indústria fumageira e a incapacidade de outros setores em absorver toda a mão-de-obra disponível, tem gerado um aumento considerável no número de desempregados, causando ao mesmo tempo a expansão das vilas periféricas e o aumento da população marginalizada.

Embora impulsionada pelo crescimento natural e o fluxo migratório, a população urbana de Santa Cruz tem crescido nos últimos anos de maneira bastante equilibrada, tendência esta verificada a partir dos últimos anos da década de 90. Segundo projeções feitas pelo IBGE, tendo como base os dados do último censo realizado em 1990, a população do município de Santa Cruz, em 1996, era de 100.433 habitantes, contando com 17.044 (16,98%) de moradores na área rural e 83,389 (83,02%) na área urbana. Este alto índice de concentração populacional na cidade deve-se ao fato de que a partir de 1992 a zona rural de Santa Cruz, foi drasticamente reduzida

com a emancipação de seus principais distritos, somando-se a isto a expansão do perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor de 1998 e que anexou significativa parcela populacional antes pertencente a antigas áreas rurais.

A última estimativa realizada pelo IBGE em junho de 1999 indicou um total de 106.734 habitantes para o município e embora não havendo dados atualizados para a população urbana, verificando-se os números anteriores, pode-se projetar uma população em torno de 88.000 habitantes para a cidade de Santa Cruz atualmente, devendo ser confirmada esta previsão pelo novo censo a ser realizado ao longo do ano de 2000.

7.4 Fatores Sócio-Culturais: pólo cultural e universitário

Acompanhando as grandes mudanças tecnológicas e culturais ocorridas nos anos 60 e que trouxeram um novo paradigma econômico e social para todo o mundo, a cidade de Santa Cruz passou igualmente no período por grandes transformações, alicerçando sua integração ao grupo formado pelas mais importantes cidades do sul do país.

Ainda um tanto quanto apática no setor cultural, em função dos acontecimentos repressivos ocorridos nesta área na fase anterior, a cidade foi gradualmente adaptando-se aos novos tempos, contando a partir de então com a forte influência da televisão, que veio reforçar os meios de

comunicação em massa, principiando a era do consumo e da homogeneização cultural. Em meio a estas mudanças, a população de Santa Cruz encontrava-se plenamente envolvida em sua profunda crença no trabalho e suas realizações, característica esta que sempre acompanhou seus habitantes e que aliada ao capital investido por grupos locais e estrangeiros fez ressaltar o empenho de sua gente na construção de uma sociedade moderna e progressiva.

Este orgulho pela prosperidade alcançada fez com que após quase 10 anos de preparativos fosse finalmente realizada em outubro de 1966, a 1ª FENAF, Festa Nacional do Fumo, com parque especialmente construído para o evento no antigo logradouro público, sendo exposto o melhor da agricultura, indústria e comércio do município. Esta mostra reunindo importantes personalidades do Estado e do País, repetiu-se com o mesmo êxito nos anos de 1972 e 1978, quando também foi comemorado o centenário de emancipação política do município. Estes grandes eventos, misto de feira de negócios e festa popular, incluindo bailes, desfile de carros alegóricos e shows variados, foram substituídos em 1984 pela Oktoberfest, haja visto que o fumo e o cigarro como temas centrais da comemoração, tornaram-se uma atração “politicamente incorreta”.

A Oktoberfest realizada a partir de então anualmente e ocupando o mesmo espaço da FENAF, tornou-se rapidamente extremamente popular em todo o Estado, e apesar de ainda hoje manter conjuntamente uma mostra econômica do município, chamada FEICAP, tem como atrativo

principal os bailes típicos, a gastronomia e a cultura alemã que através deste evento passou a ser novamente valorizada, na medida de sua transformação em produto turístico, movimentando no mês de outubro, hotéis, bares, restaurantes e o comércio de toda a cidade.

Como consequência natural de sua posição de pólo econômico do Vale do Rio Pardo, Santa Cruz passou a sediar os principais órgãos de comunicação da região, entre os quais o jornal Gazeta do Sul, existente desde 1945 e o Riovale jornal fundado em 1976. No campo da radiodifusão destacam-se inúmeras rádios, tanto AM quanto FM. Grande impulso a integração regional foi dado em 1988 com a inauguração da RBS TV Santa Cruz, contando com programação especialmente voltada para a cobertura jornalística dos fatos da cidade e Vales do Rio Pardo e Taquari. Já a TV UNISC, com ênfase na programação cultural, opera desde 1998 através do sistema de transmissão via cabo.

Entre os múltiplos aspectos socio-culturais que contribuíram para o desenvolvimento de Santa Cruz no período, a instalação do ensino superior na cidade, iniciada em 1964 foi inquestionavelmente o mais importante, abrindo uma nova perspectiva de crescimento intelectual e econômico, não somente para a cidade, mas também para toda a região. Nas décadas de 70 e 80, o sucessivo aumento no número de cursos oferecidos e a construção de sua primeira sede, inaugurada em 1977, junto a rua Oscar Jost, consolidaram ainda mais sua atuação, não tardando a necessidade de sua transferência para um novo Campus, localizado na antiga Chácara Mainhardt, zona norte da cidade, no início de 1984. A culminância do processo educacional contudo, deu-se em 1993, através da criação da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, possuindo atualmente 24 cursos superiores, 30 de pós-graduação, 4 mestrados e 1 doutorado.

7.5 Estrutura Urbana e Equipamentos: uma cidade globalizada

Com a gradual intensificação da presença de Santa Cruz no mercado internacional do tabaco e a instalação em número crescente de empresas de capital local e de companhias fumageiras multinacionais, a infraestrutura da cidade passou a ser constantemente ampliada e atualizada em todos os seus setores, visando atender as novas demandas que criavam-se continuamente.

Neste sentido, os meios de comunicação, vitais para a realização das transações comerciais entre a cidade e o mundo, passaram a receber a partir de então as mais modernas tecnologias, a começar pela inauguração em 1966 da central telefônica automática e dos canais de telex em 1970. Em 1971, Santa Cruz tornou-se a primeira cidade do interior do Estado a receber o Sistema de Discagem Direta a Distância (DDD), passando a contar com a Discagem Direta Internacional (DDI) em 1977. Continuando na vanguarda das telecomunicações, a cidade recebeu em 1990 a primeira central de trânsito digital do Rio Grande do Sul e em 1995 seus primeiros telefones celulares (Silveira, 1997, p.132).

Quanto ao setor de transportes, as rodovias da região, historicamente caracterizadas por suas péssimas condições de trafegabilidade, passaram também a receber maiores cuidados ao final da década de 60, iniciando-se as melhorias pelo asfaltamento da BR 471, trecho Santa Cruz-Rio Pardo-Pântano Grande, possibilitando assim a ligação por estradas asfaltadas até Porto Alegre e ao porto de Rio Grande, principal exportador de fumo da região sul do Brasil.

No ano de 1973, foi concluída o asfaltamento da rodovia RST 287 entre Montenegro e Santa Cruz, sendo integrada posteriormente a rodovia Tabaré-Canoas, trajeto este que encurtou consideravelmente a distância até a capital. Com o término em 1986 de mais um trecho da RST 287, ligando Santa Cruz a Santa Maria, a cidade finalmente pode contar com uma boa rede de rodovias asfaltadas, integrando-se ao restante do Estado nos

sentidos Sul, Leste e Oeste, estando prevista também a construção de uma nova estrada ligando a área norte do Estado ao porto de Rio Grande, passando por Santa Cruz, o que sem dúvida trará grandes benefícios para toda a região.

Conforme comentado no capítulo anterior a questão do abastecimento d'água foi sempre um grande problema enfrentado pela população da cidade e mesmo com a encampação do serviço pelo Estado através da CORSAN, a situação de escassez, frequentemente ainda tem se repetido, especialmente durante as estiagens de verão, tendo em vista a dependência quase total do sistema em relação ao Rio Pardinho⁸, que em muitas destas ocasiões, devido a sua fraca vazão, transforma-se em um pequeno córrego. Entretanto a solução desta questão parece estar chegando ao fim, através da construção por parte do Governo do Estado de um grande reservatório, situado a oeste da cidade, ao lado do Rio Pardinho, denominado Lago Dourado. Ao longo de sua execução contudo, inúmeros problemas surgiram, envolvendo questionamentos técnicos, quanto a sua segurança, capacidade de armazenamento e impacto ambiental, originados a partir das várias modificações realizadas no projeto inicialmente apresenta-

do a comunidade. Mesmo com tanta controvérsia, a conclusão da obra, por muitas vezes adiada, está prevista para o ano de 2000, quando espera-se

⁸ Muitas empresas e instituições e até mesmo residências, face aos frequentes problemas de racionamento ocorridos nas últimas décadas, partiram para a perfuração de seus próprios poços artesianos, gerando conseqüentemente um rebaixamento considerável no lençol freático da área urbana.

que após tantas décadas de transtorno, a falta d'água finalmente torne-se uma lembrança do passado.

Conjuntamente as obras do Lago Dourado, está sendo executada, uma nova estação de tratamento de esgoto⁹, localizada no bairro Dona Carlota, sudoeste da cidade, estando nos planos igualmente a expansão de toda a rede de esgoto da área urbana.

Complementando o sistema de saneamento urbano, encontra-se em funcionamento desde 1988 a Usina Municipal de Reciclagem de Lixo, instalada no bairro Dona Carlota, proximidades do Distrito Industrial, recebendo o local a denominação de Zona de Processamento de Resíduos - ZPR (PDDSU, 1998, p.7).

Após a estatização dos serviços de fornecimento de energia pela CEEE em 1958, sucessivos foram os aumentos de carga destinada a cidade nas décadas de 70 e 80, quando foram instaladas um grande número de novas indústrias. Estes investimentos realizados pela companhia pública no setor energético local, contaram também com a colaboração do empresariado do ramo fumageiro, na ocasião da instalação da sub-estação do Distrito Industrial em 1985, na qual tomaram parte através do

⁹ A antiga estação de tratamento de esgoto, inaugurada em 1952, atendia nas últimas décadas apenas 12% da área central da cidade, sendo desativada em 1986, quando os efluentes passaram a ser despejados diretamente no Rio Pardinho, situação esta que perdurará até a conclusão da nova estação.

financiamento da obra, recebendo posteriormente o montante aplicado sob a forma de KW (Silveira, 1997, p.141).

Um dos maiores investimentos realizados nas últimas décadas em infraestrutura urbana, foi sem dúvida a criação do Distrito Industrial, contando com a participação do governo e da iniciativa privada, atraindo no decorrer de quase 30 anos, a quase totalidade das empresas do setor fumageiro além de outras com produção variada¹⁰.

Este processo de mudança espontaneamente iniciado em 1973 com a construção dos pavilhões da Armada S/A, passou a contar com incentivos municipais concedidos através do Plano Diretor a partir de 1977, pois de acordo com Silveira (1977, p.136):

“A inexistência de áreas vazias para expansão industrial, a elevação dos preços dos terrenos, a sobrecarga da infra-estrutura viária e energética, além do conflito quanto ao uso do solo pela excessiva proximidade das funções residencial e industrial no interior da área urbana, impuseram a busca de novas áreas na cidade a fim de viabilizar a expansão das indústrias já existentes e a instalação de futuras plantas industriais.”

Situado as margens da BR 471, zona sul da cidade, em privilegiada posição junto a um acesso de longo curso, rumo a capital e ao porto de Rio

¹⁰ Encontram-se atualmente instaladas no distrito industrial as seguintes agroindústrias fumageiras: Souza Cruz S/A (maior usina de beneficiamento de fumo do mundo), Universal Leaf Tabacos Ltda, Dimon do Brasil Tabacos Ltda., Meridional de Tabacos Ltda. Kannenberg e Cia. Ltda e Philip Morris Brasil S/A (indústria de cigarros). De outros ramos destacam-se: Metalúrgica Mor S/A, Mercur S/A, Pionner Sementes Ltda., Cimasa S/A, Metalúrgica Zacharias Ltda., Hoeltz e Cia. Ltda. entre outras.

Grande, o Distrito Industrial desenvolveu-se rapidamente sendo dotado de todo o aparato técnico necessário a suas operações, incluindo ítems como pistas laterais e acessos asfaltados, ciclovias, central telefônica, subestação do corpo de bombeiros, iluminação pública, sub-estação de energia e linhas especiais de ônibus.

Nesta fase do desenvolvimento de Santa Cruz, inúmeros foram os equipamentos urbanos implantados, constituindo-se em reflexos da pujança econômica e especialização alcançadas. Na área de transportes, após muitos anos ocupando instalações acanhadas no centro da cidade, foi inaugurada em 1982, pelo prefeito Arno Frantz, a nova Estação Rodoviária, as margens da BR 471, zona oeste da cidade. Sua localização longe da área central, gerou a princípio muitos protestos, sendo justificada pela facilidade de acesso e estacionamento tanto por parte dos ônibus como de veículos particulares, além da proximidade de alguns dos bairros mais populosos da cidade. Já a pista do Aeroporto Municipal Luis Beck da Silva, em Linha Santa Cruz, recebeu em 1983 revestimento asfáltico, adaptando-se assim a utilização de linhas aéreas regulares e jatos executivos.

A intensa movimentação de compradores de tabaco, vindos de todo o mundo durante a safra (janeiro a junho), fez surgir nas últimas décadas

grandes investimentos no setor hoteleiro, todos dotados do conforto necessário afim de bem acomodar tantos os hóspedes internacionais quanto aqueles que visitam a cidade durante o ano, a negócios ou a lazer e particularmente no período da Oktoberfest.

Entre os equipamentos culturais criados nesta fase, destaca-se o Museu do Colégio Mauá, fundado em 1966, com a missão de resgatar a memória do município e região, contando com valioso acervo, distribuído em suas seções de zoologia, antropologia, arqueologia e história. Na década de 80 o acervo abrangendo livros, documentos, mapas e fotografias, desmembrou-se do museu passando a formar o Arquivo Histórico da instituição.

Aproveitando o antigo prédio da Estação Ferroviária de Santa Cruz, com seu inestimável valor histórico e sentimental para a comunidade e após uma luta de anos para sua preservação, foi inaugurado em 1997 no local pelo prefeito Armando Wink, o Centro Municipal de Cultura Jornalista Francisco J. Frantz, dispendo de salas de exposições e um pequeno auditório. Seguindo a linha de ocupação de prédios históricos para o abrigo de equipamentos culturais, a Associação Pró-Cultura de Santa Cruz, igualmente após anos de reivindicações, conseguiu a posse em 1995, junto ao Governo do Estado, do antigo prédio do Banco Pelotense, mantendo em seus amplos espaços a Casa das Artes Regina Simones, contando com programação e atividades diversificadas, incluindo exposições, projeções de filmes, cursos de artes plásticas e música.

Atualmente a entidade em parceria com a UNISC encontra-se em plena campanha de arrecadação de fundos objetivando a completa restauração do prédio que constitui-se no mais importante exemplo da arquitetura eclética na cidade.

Apesar de contar com três belas praças¹¹ e o Parque da Oktoberfest na área central, foi somente em 1966 que surgiu a primeira grande área verde natural da cidade voltada ao lazer, denominada Parque Gruta dos Índios, numa alusão a gruta existente no local, supostamente um antigo abrigo para os índios que habitavam a região. Nesta área pertencente ao município desde o início do século estão situados os primeiros reservatórios de água da cidade, construídos em pedra grês e hoje totalmente integrados ao parque, que possui também como atrativos, além da exuberante vegetação, jardins bem cuidados, lagos, trilhas ecológicas, um mini zoológico e um teleférico. Quase três décadas depois, um terceiro parque municipal foi criado na gestão do então Prefeito Edmar Guilherme Hermany, desta vez nos altos do bairro Monte Verde, aproveitando uma pedreira desativada, tendo em seu ponto mais elevado, uma cruz metálica de grandes dimensões e um mirante do qual se descortina uma bela vista da cidade, sendo denominado Parque da Santa Cruz.

Sempre muito bem vistas pela população, as atividades de lazer ao ar livre ganharam novo impulso no centro da cidade com a conclusão em 1994

¹¹ As três praças referidas são: Getúlio Vargas, Bandeira e Hardy Elmiro Martin (antiga praça Independência)

pelo prefeito Hermany, do calçadão da rua Marechal Floriano, que abriu a possibilidade de bares, lanchonetes e sorveterias disporem suas mesas nas calçadas, gerando grande animação ao espaço, estimulando inclusive as vendas do comércio e a movimentação noturna.

Adepta das práticas desportivas desde épocas ancestrais, Santa Cruz recebeu em 1992, ao final da segunda gestão do prefeito Arno João Frantz, um moderno Ginásio Poliesportivo com capacidade para 8.000 espectadores, constituindo-se em um dos maiores investimentos realizados pelo poder público municipal em todos os tempos¹². O importante equipamento localizado no Parque da Oktoberfest, mas com fachada principal voltada para a rua Oscar Jost, foi projetado não somente para abrigar competições esportivas, mas também para atividades culturais, passando a receber grandes eventos como etapas do Campeonato Brasileiro de Basquete e shows variados, atraindo o público de toda a região.

Também a área comercial da cidade foi contemplada com um equipamento que atualmente já faz parte da moderna sociedade de consumo, ou seja o shopping center. Mesmo contando com dimensões reduzidas, o Marco do Imigrante, construído por empresários locais em 1998, veio a preencher um importante espaço na área do comércio e do

¹² A escolha do projeto a ser executado foi definida através de concurso público, consagrando-se vencedora a equipe formado pelos arquitetos Milton Roberto Keller e Ronaldo Wink.

lazer, possuindo como âncoras sua praça de alimentação e uma confortável sala de cinema.

7.6 Expansão Urbana: crescimento x qualidade de vida

Embora crescendo em um ritmo constante a partir da década de 50, a internacionalização do setor fumageiro, contribuiu consideravelmente para a aceleração do processo de urbanização da cidade, pois através dela, novos parâmetros econômicos foram implantados, originando reflexos sobre a estruturação do mercado imobiliário local, acentuando a segregação social, através da valorização da área central da cidade, em contrapartida ao surgimento de um número cada vez maior de vilas operárias, carentes de infraestrutura na periferia urbana (Silveira, 1997).

Seguindo a tendência iniciada anteriormente, a expansão da cidade nas décadas de 60 e 70 continuou a processar-se ao longo das vias radiais, ligando o centro aos bairros, distritos e rodovias intermunicipais. Neste aspecto o crescimento na direção sul, deu-se através da avenida Euclides Kliemann, continuação da rua Marechal Floriano, principal da cidade, rumo a Rio Pardo. A área que já contava com dois importantes equipamentos urbanos, ou seja, o quartel do 8º. Batalhão de Infantaria Motorizado e o Hospital Ana Nery, passou a ser ocupada por residências e pequenas indústrias, consolidando rapidamente o bairro Arroio Grande e arredores.

Tradicionalmente bastante povoado, o setor oeste da cidade, ultrapassou nos anos 70 a rua São José, atingindo a BR 471 em seu trecho de contorno a área urbana, que passou na época a constituir-se no limite de crescimento da cidade naquela direção. Já a sudoeste, a avenida Gaspar Bartholomay, continuou com sua histórica função de agrupamento de vilas populares ao longo de seu percurso, iniciado na junção das ruas Carlos Trein Filho e Felipe Jacobus, estendendo-se até a BR 471.

Na direção noroeste, em local também conhecido como Várzea, a avenida Independência, firmou-se como principal eixo de crescimento, enquanto que as ruas Gaspar Silveira Martins e Juca Werlang, concentraram o desenvolvimento para o lado nordeste da área urbana, conjungando a função de vias de acesso a cidade a partir da RST 286 e do acesso Grasel.

O crescimento para a área leste, antes limitado após a rua Gaspar Silveira Martins, recebeu em suas encostas em meados dos anos 70 o loteamento Chácara das Freiras, que associado ao bairro Higienópolis, criado em 1949, passou a abrigar as classes mais abastadas, surgindo no local inúmeras residências e edifícios de alto padrão.

Enquanto isto a área central da cidade crescia apenas sob o controle do código de obras, apresentando ocupação variada devido a ausência de um Plano Diretor que determinasse um zoneamento adequado, sendo as

atividades comerciais, de serviço e até mesmo industriais, desenvolvidas em meio as áreas residenciais, particularmente no quadrilátero formado pelas ruas Marechal Floriano, Pinheiro Machado, Carlos Trein Filho e Galvão Costa.

Até o início dos anos 70 predominavam na paisagem urbana prédios baixos e bem conservados, formando com a vegetação dos jardins públicos e privados um conjunto bastante harmonioso. O verde servia também como atenuante em relação ao rígido sistema viário quadriculado da área central e que centrifugamente no decorrer dos anos foi perdendo a forma ortogonal na medida do crescimento da cidade, quando as vias passaram a se amoldar aos antigos caminhos existentes e a topografia das áreas de expansão. Os anos 70 caracterizaram-se igualmente pelo início do processo de verticalização da zona central, através da construção dos primeiros prédios residenciais de maior altura, tais como os edifícios Dona Paula, Santa Cruz, Dom Castor Santa Cruz e Guarujá, possuindo em média o número de dez pavimentos.

Diante da necessidade de controle da expansão urbana, foi aprovado em 1977 o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Cruz, e que apesar das novas propostas apresentadas, teve como função

principal, institucionalizar o crescimento espontâneo, fixando tendências já estabelecidas, no intuito de limitar a expansão desordenada. Sendo assim os usos já existentes em cada área foram de maneira geral respeitados e garantidos através do zoneamento da cidade, como no caso da confirmação da área destinada ao Distrito Industrial junto a BR 471, próximo a divisa com o município de Rio Pardo, onde já vinham instalando-se indústrias fumageiras desde 1973. Também o sistema viário foi hierarquizado e definidas as áreas de expansão urbana. Nestes setores cabe ressaltar duas interessantes propostas feitas na época sendo elas: a construção de um novo trecho da BR 471 junto ao Rio Pardinho com a função de retirar da área urbana o trânsito pesado da rodovia, transformando a via existente em avenida de contorno periférico, e a ocupação como área de expansão residencial dos altos da Linha João Alves, zona leste da cidade, acima da encosta e junto as sedes do Country Club e AABB¹³.

Quanto a expansão urbana pode-se afirmar que ao longo das últimas três décadas ocorreram períodos pontuais de grande crescimento, manifestados através da proliferação do número de loteamentos voltados a diversas camadas sociais e diretamente associadas as super safras de fumo ocorridas respectivamente em 1977/1978, 1988/1989 e 1992/1993, quando

¹³ Estas duas propostas encontram-se registradas na página 15 do Caderno de Mapas do Plano Diretor de 1977, intitulada de "Futura Expansão Urbana", sendo que a primeira delas não foi e nem será concretizada pois grande parte da área encontra-se atualmente ocupada pelo reservatório Lago Dourado, estando o trecho referido em plena zona urbana, trazendo sérios riscos aos muitos pedestres que cruzam diariamente pelo local. A segunda proposta já encontra-se em vias de implantação, com o surgimento de diversos loteamentos e condomínios, tendo sido reiterada pelo Plano Diretor de 1998, através da criação do bairro Country.

a circulação monetária na cidade e região atingiu níveis elevados, impulsionando fortemente o mercado imobiliário. A área urbana a partir de 1977, expandiu-se em todas as direções, crescimento este geralmente ancorado pela instalação de algum equipamento importante. Neste aspecto tivemos como atrativo para o crescimento da zona sul da cidade, a criação do Distrito Industrial que concentrou a sua volta uma série de bairros operários, contando com população formada por imigrantes vindos da zona rural de diversos municípios da região e por famílias reassentadas no local, transferidas pela Prefeitura de áreas verdes, particulares e de risco, como no caso do surgimento dos bairros Santuário, Faxinal, Harmonia, Cristal, Glória e Imigrante.

Para o lado oeste a construção da nova Estação Rodoviária, inaugurada em 1982, as margens da BR 471, levou a instalação em suas imediações de diversas empresas comerciais e de serviço, sendo concluída também em 1986, pela COHAB-RS, um conjunto composto por 89 casas populares na chamada Vila Schultz. Em 1981 a mesma companhia estatal, entregou um núcleo habitacional com 340 casa localizadas no bairro Independência, entre a avenida do mesmo nome e a BR 471, zona norte da cidade. Outro importante fator de expansão desta área foi a implantação em 1984 do Campus das Faculdades Integradas de Santa Cruz (atualmente UNISC), ao redor do qual o número de moradias tem aumentado constantemente, incluindo as localizadas no sofisticado condomínio fechado Costa Norte, vizinho a Universidade.

Os bairros nobres Chácara das Freiras e Higienópolis, localizados a leste do centro da cidade, continuaram seu processo de consolidação rumo aos pontos mais altos da encosta, surgindo como fato novo, mais precisamente a nordeste, zona alta, o desenvolvimento ao longo da estrada para os distritos de Monte Alverne e Boa Vista, de um adensamento populacional que seria transformado posteriormente nos bairros de Linha Santa Cruz e Travessa Aeroporto.

Importante e necessária expansão do perímetro urbano ocorreu em 1995 na direção sul, através da anexação de uma grande fração de terras pertencentes, praticamente em sua totalidade, ao município de Rio Pardo, conforme descrito nos fatores político-institucionais deste capítulo, haja visto que a cidade encontrava-se espremida ao norte e leste pelas encostas do Cinturão Verde e a oeste pela divisa com o município de Vera Cruz, através do Rio Pardinho e sua várzea.

Objetivando acompanhar as transformações e atualizar as diretrizes de gerenciamento da cidade foi aprovado em 1998 o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano de Santa Cruz (PDDSU), que passou a constituir-se não apenas em um instrumento de controle mas também de reforma urbana, levando em consideração tanto fatores técnicos, como sociais e culturais no intuito de definir as linhas de crescimento da cidade. Neste sentido além da revisão no zoneamento e sistema viário, o perímetro urbano foi largamente ampliado, passando a contar com um total de 75 km²,

incluindo grandes áreas de expansão urbana e preservação ambiental, tanto acima como abaixo da encosta, dando origem a inúmeros novos bairros entre os quais, Santo Antonio do Sul e Dona Carlota ao sul, Country a leste, e Entrada Rio Pardinho, Linha Travessa-Aeroporto e Linha Santa Cruz ao norte. Entre as áreas de preservação, foram incluídas a várzea do Rio Pardinho situada a oeste e a zona de florestas da encosta, denominada de Cinturão Verde nos contornos norte e leste da área urbana central.

8. TENDÊNCIAS

A evolução urbana de Santa Cruz do Sul, tem caracterizado-se como um processo de crescimento gradual porém solidamente constituído, demonstrando através do desenvolvimento conquistado, desde a ocupação dos primeiros lotes até a situação atual de cidade pólo do Vale do Rio Pardo, a determinação de seus habitantes em vê-la sempre progredir.

Na seqüência desta trajetória através do tempo, inúmeras tendências quanto ao futuro desenvolvimento urbano de Santa Cruz e também da região, já encontram-se delineadas, resultado de trabalhos de planejamento nesta área, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e regional, no intuito de integrá-las social e economicamente, diminuindo o desnível atualmente existente entre os municípios.

Neste sentido, o setor primário, deverá passar por um processo de modernização, através da implantação de métodos de racionalização e intensificação da produção agrícola, permanecendo o tabaco como principal

cultura, acompanhado também do expressivo cultivo de milho, mandioca e arroz. (Bremm, 1997, p.104). Introduzida recentemente no meio rural, particularmente em Santa Cruz, a floricultura tem demonstrado perspectivas bastante promissoras, tendo em vista o crescente número de propriedades envolvidas no projeto e a qualidade e quantidades produzidas. Igualmente a fruticultura e a horticultura, voltadas a agroindústria de embutidos, associadas as criações de aves e peixes, tem apresentado-se como fortes alternativas, principalmente para as pequenas propriedades, pois do sucesso da diversificação de sua produção, dependerá a fixação do homem ao meio rural, minimizando assim o afluxo de décadas rumo aos centros urbanos.

Na área industrial, o surgimento de pequenas e médias empresas direcionadas a produção de artigos voltados ao consumo dos mercados próximos, se firmará como base econômica para diversas cidades do Vale do Rio Pardo, gerando conseqüentemente mais empregos e incentivando o desenvolvimento do setor terciário, através da criação de serviços de baixa e média especialização, de acordo com o número de habitantes de cada núcleo.

Também o turismo urbano e rural, deverá viabilizar-se como uma excelente fonte de divisas para os municípios, explorando tanto aspectos originários da cultura lusa quanto alemã. Outra tendência significativa já em processo de implantação em cidades como Sobradinho e Venâncio Aires, diz respeito a criação de novos campus universitários por parte da UNISC,

difundindo desta forma o ensino superior na região, facilitando o acesso a um maior número de estudantes, beneficiando não somente as cidades sedes, bem como os núcleos circunvizinhos.

Quanto aos fatores populacionais, a melhoria das condições de vida nas áreas rurais e urbana dos pequenos municípios, baseada na perspectiva de crescimento econômico geral da região, incentivado por políticas governamentais específicas, tenderá a diminuir sensivelmente a mobilidade populacional em direção aos centros urbanos de maior porte, incluindo-se neste caso Santa Cruz, que terá o número de imigrantes recebidos anualmente bastante reduzido, somando-se a essa questão, a tendência já verificada a alguns anos, de diminuição da taxa de crescimento natural de sua população, trazendo como conseqüência uma projeção de expansão populacional moderada para a cidade nas próximas décadas.

Reconhecida por sua função industrial por excelência, mormente quanto ao beneficiamento de tabaco, Santa Cruz manterá ainda por um período de tempo indefinido, sua privilegiada posição de centro exportador mundial do produto, integrando-se cada vez mais ao processo de globalização econômica, do qual faz parte como um dos mais importantes elos do complexo sistema agroindustrial fumageiro internacional. A diversificação industrial contudo deverá ser incentivada, através do apoio aos ramos já existentes como os de produtos alimentícios, vestuário, metalurgia e plásticos, bem como por intermédio da criação e atração de

novas empresas, na tentativa de amenizar a grande dependência econômica da cidade em relação ao setor fumageiro.

Já o setor terciário, diretamente vinculado ao dinamismo dos setores primário e secundário, tenderá ao incremento do comércio e dos serviços, especializando progressivamente as atividades desenvolvidas, objetivando o atendimento de toda a região. Sob este aspecto destaca-se no campo educacional, o fortalecimento da Universidade de Santa Cruz, que deverá agregar cada vez mais estudantes vindos dos municípios próximos, estendendo em contrapartida sua área de atuação, através da multiplicação de projetos de pesquisa e extensão, a toda a área polarizada por Santa Cruz.

Também os fatores locacionais relativos a cidade ganharão relevo quanto ao desenvolvimento futuro de Santa Cruz, principalmente em se tratando de sua estratégica posição geográfica, no centro do Estado e do Mercosul, aliando-se a este fator, sua completa infraestrutura urbana, proporcionando vantagens a instalação de inúmeros tipos de empreendimentos.

As principais tendências quanto a expansão da cidade, coincidentes com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de 1998, apontam para a

densificação dos bairros tradicionais e da área central, que deverá comportar o processo de verticalização já em estágio avançado de implantação graças a boa infraestrutura existente. O deslocamento industrial na direção sul da cidade, continuará atraindo intensamente a população aos bairros operários, tendo como epicentro o Distrito Industrial. Já as classes de maior poder econômico, seguirão a tendência de ocupação das zonas altas nos setores leste e norte, próximas ao centro, passando a se instalarem também nos espaços acima da encosta nestas mesmas direções. Já para a área oeste, com expansão restrita por lei para garantir a preservação do Rio Pardinho, estão previstas ocupações por equipamentos de lazer, tendo como ponto de atração, as águas do reservatório Lago Dourado, atualmente em fase de conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconstituirmos o processo de evolução urbana de Santa Cruz, abrangendo desde sua criação em 1855 até a atualidade, este estudo procurou revelar através da análise das funções assumidas pelo núcleo e dos diferentes fatores relacionados ao seu crescimento, toda a influência destes na constituição de sua estrutura física no decorrer do tempo conforme demonstrado a seguir.

Inseridas no projeto do Governo Provincial de ocupação de regiões escassamente povoadas, praticamente inativas economicamente, formadas pelo centro e norte do Rio Grande do Sul em torno da metade do século XIX, foram criadas, respectivamente em 1849 e 1855, a Colônia e a Povoação de Santa Cruz, tendo o incipiente núcleo urbano as funções de apoio a área rural e sede administrativa da colônia alemã. Elevado a categoria de freguesia em 1859, a população do núcleo na época era bastante reduzida, constituindo-se basicamente de colonos não adaptados

ao trabalho na terra, comerciantes de origem lusa e administradores da colônia e seus auxiliares.

Apesar de muito simples, foi em torno de 1860 que o núcleo recebeu seus primeiros equipamentos como igrejas e escolas, consolidando seu processo de urbanização, alicerçado no comércio florescente e na expressiva produção de fumo. Na ânsia de ver a colônia e a freguesia desenvolverem-se, o Governo Provincial determinou em 1878, sua emancipação política de Rio Pardo, na expectativa posteriormente confirmada, de que a independência administrativa trouxesse uma nova motivação para seu crescimento econômico e urbano.

Impulsionada pela produção agrícola variada, através da qual Santa Cruz integrou-se a divisão interregional do trabalho, as décadas seguintes foram caracterizadas no aspecto urbano, por obras de infraestrutura tais como as redes de luz, água e telefone. A inauguração do ramal ferroviário em 1905, marcou também a elevação da vila a categoria de cidade, reforçando-se desta forma as condições necessárias a implantação das primeiras indústrias, a começar pela chegada em 1917 da British American Tobacco, cuja instalação acabou atuando como um verdadeiro divisor de águas, ao introduzir novas tecnologias e relações capitalistas no setor fumageiro, sendo acompanhada neste aspecto pelas demais empresas locais atuantes na área.

As transformações econômicas ocorridas a partir de então, ressaltadas pelas conseqüências da 1ª Guerra Mundial, conduziram a cidade a um período de grande prosperidade, particularmente no decorrer dos anos 20, quando foram criados inúmeros novos estabelecimentos comerciais e industriais. Belas e imponentes edificações em estilo eclético surgiram nesta década, resultantes da acumulação comercial, particularmente gerada através das exportações de tabaco, vindo assim a consolidar rapidamente sua posição como um dos mais importantes núcleos urbanos do interior do Estado na época.

Atuando como principal elemento propulsor de suas atividades econômicas, a especialização fumageira, foi responsável nas décadas de 30 e 40 pela significativa expansão urbana ocorrida através do loteamento das chácaras localizadas em torno do centro da cidade, e que passaram a abrigar a população de baixa renda, em grande parte formada por migrantes vindos da zona rural, não somente do município mas de toda a região.

Logo após a 2ª Guerra Mundial, a economia santacruzense viveu, graças a um repentino aumento do consumo mundial de tabaco, um período de grande euforia, encerrado contudo ao final da década de 40, por sucessivas super safras de fumo que saturaram o mercado, fazendo o preço despencar, ao mesmo tempo que surgiram dificuldades de comercialização do produto no mercado exterior, desencadeando uma crise no setor que se prolongou por muitos anos.

Após um período de recuperação, tanto a cidade quanto a economia voltaram a se desenvolver na década de 60, com o início da transnacionalização da agroindústria fumageira, que além de viabilizar investimentos por parte de grupos estrangeiros no setor produtivo, resultou em significativas transformações urbanas, representadas por melhorias na infraestrutura por parte dos Governos Estadual e Municipal, e pelo crescimento físico e populacional da cidade.

No transcorrer dos anos 70 e 80, Santa Cruz desenvolveu-se em um ritmo constante, aumentando sua produção industrial e fortalecendo o setor terciário, tornando-se um dinâmico centro comercial, educacional e de serviços, direcionado também ao atendimento das cidades próximas. Sua condição de pólo econômico regional contudo, atraiu neste período contínuas levas de imigrantes a procura de colocação no mercado de trabalho local, caracterizado principalmente pela oferta de empregos temporários no setor industrial fumageiro, onde grande parte dos trabalhadores, acomodados precariamente nos bairros em torno do Distrito Industrial, encontram-se empregados apenas durante seis meses, sobrevivendo o restante do ano de serviços informais parcamente remunerados.

Esta questão fez com que nas últimas décadas, tanto os bairros periféricos quanto o nível de pobreza urbana, aumentassem consideravelmente em Santa Cruz, somando-se a isto o fato de que as diretrizes econômicas impostas pela globalização, acabaram por reduzir o

número de empresas fumageiras através das diversas fusões realizadas, diminuindo conseqüentemente o número de empregos disponibilizados. Verificada mais intensamente a partir do final da década de 90, esta situação tem causado grande preocupação, pois seus efeitos já se fazem sentir em várias áreas ligadas ao setor agroindustrial, revelando toda a dependência econômica da cidade em relação a esta atividade.

Como parte integrante da realidade cotidiana do país, a desigualdade social também se manifesta em Santa Cruz, onde coexistem lado a lado áreas extremamente contrastantes, sendo algumas dotadas de toda a infraestrutura e facilidade de acesso aos equipamentos e serviços urbanos e outras onde as condições precárias de habitabilidade, bem refletem a exclusão vivida por boa parte da população local. Apesar da prosperidade econômica estar presente ao longo de sua trajetória urbana, Santa Cruz viu surgir em suas bordas inúmeras vilas operárias e que no decorrer dos anos cresceram e multiplicaram-se abrigando a população de baixa renda, responsável pela movimentação das engrenagens da máquina capitalista que transformou a cidade em um dos mais importantes pólos econômicos do Estado, inserida que foi desde o início do século XX, na rede internacional de produção de tabaco.

Vivenciando a condição de pólo regional e arcando com todas as vantagens e desvantagens advindas desta posição, Santa Cruz busca hoje, através de suas lideranças, reconquistar os altos índices de qualidade de vida e desenvolvimento usufruídos até a pouco tempo atrás, quando

frequentemente era alvo de reportagens elogiosas a respeito de sua situação. Mesmo não apresentando-se de maneira alarmante, o quadro vigente inspira cuidados, pois o perigo da estagnação já começa a rondar a cidade, motivado pela excessiva dependência do setor econômico dominante a quase 100 anos e incapacidade governamental de promover a tão desejada diversificação e modernização das atividades econômicas.

Apesar da crise existente, típica dos períodos de grandes transformações e mudanças de paradigmas, na qual debate-se atualmente grande parte do mundo, a cidade de Santa Cruz do Sul, como elo importante do processo de globalização, não poderia deixar de igualmente sentir seus reflexos.

Ao chegarmos ao término deste estudo no qual foi utilizada como base metodológica a premissa de que a evolução urbana de um núcleo ocorre através da interação entre suas movimentações populacionais e as funções por ele exercidas, incluindo também a análise da recíproca influência entre a cidade e a região e entre outras regiões a ele relacionadas, podemos concluir que o mecanismo adotado demonstrou sua validade, revelando a intrínseca relação existente entre as funções, a população e a estruturação física de um núcleo.

Privilegiando uma abordagem funcional e cumulativa para a descrição do processo, a metodologia escolhida, ao utilizar-se de um conjunto de fatores pré-definidos e um esquema pré-estruturado, evidenciou neste caso,

aspectos econômicos e organizacionais, sem deixar no entanto, de relaciona-los as questões sociais, que estão sem dúvida, na base de qualquer processo de transformação urbana.

Por fim, ao disponibilizarmos dados que poderão subsidiar o planejamento local e regional e também estudos nas mais diversas áreas e que necessitem de informações sobre a evolução urbana de Santa Cruz do Sul, este trabalho, buscou antes da exaustão dos fatos, a contextualização do processo de transformação da cidade e das questões urbanas. A partir destas informações, aprofundamentos específicos poderão ser efetivados, na expectativa de vermos reveladas outras questões que certamente serão de grande importância para a total compreensão deste tema, que prossegue em contínuo processo de construção.

ANEXO 1

RELAÇÃO POR QUADRA DOS PRIMEIROS CONCESSIONÁRIOS DE TERRENOS NA POVOAÇÃO DE SANTA CRUZ

Quadra A (entre as ruas de Rio Pardinho e São Pedro;
e as ruas de Carumbé e de Catalã)

João Martinho Halbappé
Jacob Krug
Clara Alves de Menezes
Frederico Niedersberg
Cherubina Sophia Marmontel
Jorge Fayett
Augusto Wahrendorf
Christiana Wahrendorf
Pedro Schäfer
Perpetua Maria Correa
Pedro Koelzer

Felippe Daniel Caspary
João Severino
L. Augusta Carol. Halbappé
Delfino Joaquin Marmontel
José Luiz de Moura
Frederico Krug
Viúva Gertrud Wahrendorf
Luiz Neumann
Manoel Alves da Silveira
Ant. Aug. Ferreira da Silva
Caroline Halbappé

Quadra B (entre as ruas Imperial e de Catalã; e as ruas
de Rio Pardinho e São Pedro)

Adão Velten
Custódia Wahrendorf
Pedro Klein
Francisco José Theer
Pedro Nievesberg
José Gabriel Teixeira
Martinho Haas
João Schwengber
Chrs. Ferd. Silberschlag
Firmino Ant. da Silveira
Pedro Lopes Simões

Carlos Krammes
Antonio dos Santos Silva
José Walter
José Bernardo da Silveira
Antonio Bernardo Werner
João Guilherme Tatsch
João Kroth
Jorge Henr. Silberschlag
Manoel Francisco Moraes
Bernardo Francisco Moraes

Quadra C (entre as ruas de Taquarembó e Imperial e as
ruas de Rio Pardinho e de São Pedro)

Francisco Gonçalves d. Rosa
Wilmar Frank
Amedio Pasnow
João Krug
Daniel Wahrendorf
Felippe Pernhard
Francisco Paetzhold
Guilherme Parnow
José Diogo Lewis
Pedro Paulo da Silva

José Leite Maciel
Frederico Frank
João Miguel Krug
Matheus Schmidt
Christiano Thumé Salgado
Firmino Soares de Oliveira
José Algayer
Cristiano Becker
João Adão Haas
Valencio Joaquim de Araujo

Quadra D (entre as ruas de Taquarembó e Imperial e as
ruas de São Pedro e rua de Santa Cruz)

Henrique Wagner
Gaspar Krüger
Guilherme Schönke
Christiano Ruperti
Augusto Fayett
Guilherme Fern. Schneider
Guilherme de Winterfeld
Appollinario F.F. Guimarães
Jacob Augusto Schöpf

João Henrique Petri
João Guilherme Köhler
Ernesto Ruperti
João Ruperti
Ricardo Antonio Dutra
João Halbape
Joaquim P. da Silva Lisboa
Carlos Grawunder
Thomas Drachler

Quadra E (entre as ruas Taquarembó e Imperial e as
ruas de Santa Cruz e do Arroio)

Antonio de Mello
M.J. Rodrigues de Almeida
Belisario da Cruz Lima
Feliciano Sev. da Fonseca
Maria Sophia
Desiderio Antonio da Cruz
Joaquim Pedro da Rosa
Evaristo Alves de Oliveira
José Rodrigues de Almeida
Carolina Maria Augusto
Maria da Cruz

João Lourenço Fernandes
F. de Paula Severino Fonseca
Man. Ferreira Jardim
Rufino Santa Cruz
João Baptista da Cruz
Francisco José da Rosa
Joaq. Maria da Rosa
Gustavo de Winterfeld
Luciana Maria d'Oliveira
José Patricio

Quadra F (entre as ruas Imperial e Catalã e as
ruas de Santa Cruz e do Arroio)

José Joaq. D'Ándrade Neves	Alberto Gronwald
Serafim de Jesus Ferreira	Rita Ferreira Gomes
Miguel Joaq. Dos Santos	Jorge Haas
Augusto Raffler	Felicio João da Silva
Ignacio J. do Espírito Santo	Maria Cardoso
Pedro José de Oliveira	Geralda Balbina da Silveira
Francisca Maria da Silveira	Manoel Leonel d'Alencar
Antonio Ign. da Silva	Rafael Pinto d'Azambuja
Dr. Antonio A. d'Azambuja	Anna U. de Faria D' Alencar
Custodio Ferreira Coelho	Francisco Abreu Machado

Quadra G (entre as ruas de Catalã e de Carumbé e as
ruas de Santa Cruz e do Arroio)

Rita Alves de Menezes	João Maria Vedoia
José Maria Vedoia	Joaquim E. da Cruz d'Avilla
João Luiz Müller	Christiano Weber
Christiano Stumm	João Beckenkamp
Felício Maria da Cruz	Maria Candida da Silveira
Maria José da Cruz Silveira	João José da Silveira
Josefina Feb. Da Cruz	Maria Francisca Liberata
João Vasco da Silveira	Candido José da Silveira
Luiza Francisca Liberata	Maurício José da Silveira
João Mylius	João Guilherme Werlang
Pedro Werlang	João Adão Haas

Quadra H (entre as ruas de Catalã com frente para a
praça e de Carumbé e as de São Pedro)

Guilherme Lewis
João Ferreira
João de Freitas Leitão
Max von Borowski
João Henrique Filter
Zeferino Antonio d'Avilla
Candida Carolina d'Avilla

Luiz Martinho Halbapé
Senhorinha Alves Ferreira
Hugo von Borowski
João Guilherme Halpabé
Maria Emilia d'Oliveira
Clara Firmina d'Arilla

Quadra I (entre as ruas Catalã e Carumbé e as ruas de Rio
Pardinho e Jachuy)

João Nepomuceno da Silva
Felippe Normann

Antônio R. do Nascimento
Gustavo Normann

Fonte: Menezes (1914, p.27-30)

ANEXO 2

Segundo contrato para a construção da capela católica da povoação de Santa Cruz.

“Termo de novo contrato celebrado com Guilherme Lewis em substituição do que se acha lavrado a fls. 153 deste livro, para construção de uma Capela Católica na Povoação de Santa Cruz, como abaixo se declara. Aos cinco dias do mês de maio do ano de mil oitocentos cinquenta e sete, nesta cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na Secretaria da Contadoria da Fazenda Provincial, estando presente o Ilmo. Snr. Contador, Chefe da mesma Repartição. Antonio d’Azambuja Cidade Jr. , compareceu Guilherme Lewis e disse que, em virtude dos Ofícios do Governo da Província, n.º 791 e 834, de 5 e 17 de fevereiro, e 194 de 28 de abril deste ano, expedidos a esta repartição em consequência das alterações que se fizeram na planta da Capela Católica na Povoação de Santa Cruz, Município de Rio Pardo, cuja construção já ele havia arrematado, segundo o termo lavrado a fl. 153 deste livro, vinha assinar o presente termo de contrato em substituição do

antecedente, pelo qual, com fiança do Tenente Coronel Abel Correa da Câmara se obriga:

1.º

A construir, debaixo das condições que seguem e segundo as novas plantas, que já lhe foram entregues, rubricadas pelo Major Chefe da 1.ª Secção das Obras Públicas Provinciais, a que se refere o citado Ofício n.º 791, a Capela Católica com a invocação de São João, na Povoação de Santa Cruz, sob a inspeção do Engenheiro Buff, no prazo de vinte e oito meses contados desta data, pela quantia de vinte e nove contos, oitocentos e vinte mil réis (29:820\$000) moeda legal que receberá em três prestações, sendo a 1.ª de quatorze contos de réis a vista, inclusive os nove contos de réis já recebidos, em consequência do primeiro contrato; a segunda de dez contos de réis ao depois de levantadas as paredes mestras e examinadas por um engenheiro designado pelo governo, se conhecer que a obra feita satisfaz todas as condições do contrato; a terceira finalmente de cinco contos oitocentos e vinte mil réis, quando estiver completamente acabada e examinada se conhecer que está perfeita toda a obra e construída com solidez.”

2.º

A pedra de alvenaria e tijolo para a obra serão da melhor qualidade; e poderá o contratador substituir o tijolo no orçamento por pedra de alvenaria, em todos os casos e lugares que possa ser sem prejuízo da solidez e perfeição da obra. A argamassa para toda a obra de pedreiro, inclusive os alicerces, será na proporção de uma parte de cal branca de pedra e duas de areia. A mão de obra, tanto de carpinteiro como de pedreiro, se executará com perfeição e solidez. As madeiras serão de lei, sãs e sem defeito algum, que diminua sua força resistente.

3 °

A Igreja será construída e acabada com perfeição externa e internamente, toda forrada e assoalhada, com o altar mor concluído, pintada toda a obra de marceneiro, portaladas e portas de exterior e interior e forro, com duas de mãos de tinta de óleo de cor branca.

4 °

O contratador fica obrigado a pagar a multa de um e meio por cento ao mês, relativo às quantias recebidas e não empregadas na obra, e contada do dia que finalizar o tempo do contrato, se não entregar a igreja completamente acabada dentro do prazo de vinte e oito meses estipulado na 1ª. condição.

5 °

Finalmente obriga-se ao pontual cumprimento deste contrato não podendo alegar perdas nem danos, nem usar de encapações algumas, ainda nos casos em que as admitir o regulamento da fazenda; renunciando desde já os casos fortuítos, ordinários e extraordinários, sólitos e insólitos, cogitados e não cogitados, ficando em todos e em cada um deles sempre obrigado, sem deles se poder valer nem alegar em tempo algum. E para constar se lavrou este termo em que assinarão o mesmo Snr. contratador e seu fiador perante mim, Enéas de Azambuja Cidade, que o escrevi: Eu João Coelho Barreto, Oficial Maior que o subscrevi - Antonio d'Azambuja Cidade Jr. - Guilherme Lewis - Abel Correa Câmara.

Conforme

Simão Damasceno da Sª Rosa

Fonte: Martin (1979, p.128)

ANEXO 3

Contrato para a iluminação pública da Vila de Santa Cruz com
lâmpadas a querosene.

1 °

Não haverá iluminação nas cinco noites antes da lua cheia, nem na noite de lua cheia, como também não na noite seguinte; haverá meia iluminação nas duas noites seguintes. Nas outras noites do mês haverá iluminação inteira.

2 °

Cada lâmpada dos dez existentes na Rua Silveira Martins levará, para cada noite, meia garrafa de querosene nas noites de iluminação inteira e um quarto de garrafa nas noites de meia iluminação.

3 °

O arrematante fornecerá todos os materiais, isto é, querosene, pavios, cilindros, etc e conservará em perfeito estado os lâmpadas pertencentes à Câmara Municipal e entregará os mesmos lâmpadas no estado em que os recebeu, no fim de seu contrato.

4 °

Nas noites de iluminação os lâmpadas deverão se achar acesos um quarto de hora depois da entrada do sol.

5 °

Servirá como fiscal da iluminação o fiscal da Vila cujas ordens deverá cumprir o arrematante da iluminação.

6 °

Como fiança da iluminação ficará em depósito a importância que o arrematante tiver de receber do cofre municipal no primeiro mês do seu contrato. Esta quantia servirá para a satisfação das seguintes multas: a) O arrematante pagará a multa de dez mil réis por noite que não acender um ou mais lampiões. b) Perderá o arrematante toda a quantia depositada se por negligência ou não cumprimento dos seus deveres assim o julgar a Câmara Municipal.

7 °

A Câmara Municipal tem o direito de rescindir o contrato se o julgar favorável aos interesses da Municipalidade.

Fonte: Martin (1982^A, p.3)

ANEXO 4

Nomes das principais ruas e praças de Santa Cruz ao longo do período analisado:

- atual Rua Marechal Floriano: em 1854 – Rua de São Pedro; em 1880 – Rua Silveira Martins; em 1890 – Rua da República.
- Atual Rua Marechal Deodoro: em 1854 – Rua de Santa Cruz; em 1889 – Rua Treze de Maio;
- Atual Rua Tomás Flores: em 1854 – Rua do Arroio; em 1881 – Rua Apolinário Porto Alegre;
- Atual Rua Tte. Cel. Brito: em 1854 – Rua Rio Pardinho; em 1882 – Rua Merechal Câmara;
- Atual Rua Fernando Abott: em 1854 – Rua Carumbé; depois Rua Assis Brasil;
- Atual Rua Ramiro Barcellos: em 1854 – Rua Catalã; em 1881 – Rua General Câmara;
- Atual Rua 28 de Setembro: em 1854 – Rua Taquerembó;
- Atual Rua Júlio de Castilhos: em 1854 – Rua Imperial; em 1881 – Rua Saraiva;
- Atual Rua Borges de Medeiros: em 1854 – Rua da Colônia; em 1881 – Rua Florêncio; em 1886 – Rua Antão de Faria; em 1890 – Rua Jacuí; em 1892 – Rua Pantaleão Telles; em 1897 – Rua Coronel Telles;
- atual Rua Assis Brasil: em 1922 – Rua da Esperança;
- atual Rua Senador Pinheiro Machado: em 1893 – Rua Quintinho Bocaiúva.

Quanto às praças:

- atual Praça Getúlio Vargas: em 1854 – Praça de São Pedro; em 1890 – Praça 15 de novembro; em 1930 – Praça Getúlio Vargas;

- atual Praça da Bandeira: em 1872 – Praça Simões Lopes; em 1880 – Praça do Carvalho; em 1938 – Praça da Bandeira;
- atual Praça Hardy Elmiro Martim: em 1922 – Praça da Independência; em 1931 – Praça Osvaldo Aranha; em 1969 – Praça Castelo Branco.

Fonte: Martim, 1999, p.27.

ANEXO 5

Governantes Municipais de Santa Cruz do Sul – 1878 / 2000

Os Presidentes da Câmara Municipal durante o Império foram:
CARLOS TREIN FILHO, FREDERICO G. BARTHOLOMAY, JOAQUIM
JOSÉ DE BRITO, ABRAHÃO TATSCH E JORGE JÚLIO EICHENBERG.

INTENDENTES MUNICIPAIS

1892 – 1894 – João Pereira da Cunha
1894 – 1898 – Galvão Costa
1898 – 1900 – Jorge Eichenberg
1900 – 1904 – Adalberto Pitta Pinheiro
1904 – 1908 – Galvão Costa
1908 – 1913 – João Gomes Cardoso
1913 – 1916 – Galvão Costa
1916 – 1925 – Gaspar Bartholomay
1925 – 1928 – Felipe Jacobus Filho
1928 – 1929 – Felício Augusto de Almeida

PREFEITOS MUNICIPAIS

1929 – 1933 – José W. Koelzer
1933 – 1938 – Cel. Oscar R. Jost
1938 – 1940 – Dr. Caio Brandão de Mello
1940 – 1945 – Dario Barbosa
1945 – Willy Carlos Froehlich

1945 – 1946 – Dario Barbosa
1946 – 1947 – Willy Carlos Froehlich
1947 – 1948 – Bruno Agnes (substituto)
1948 – 1952 – Alfredo J. Kliemann – Vice-Prefeito: Arnaldo Gruending
1952 – 1955 – Arthur de Jesus Ferreira – Vice: Elíbio Mailaender
1955 – Elíbio Mailaender
1955 – 1959 – Dr. Arthur Walter Kaempf – Vice: Frederico Bartholomay
1959 – 1963 – Edmundo Hoppe – Vice: Orlando Baumhardt
1963 – 1968 – Orlando Baumhardt – Vice: Silvérius Kist
1968 – 1973 – Edmundo Hoppe – Vice: Edgar Gruending
1973 – 1977 – Elemar Gruending – Vice: Rubem Kaempf
1977 – 1981 – Arno João Frantz – Vice: Armando Wink
1981 – 1986 – Armando Wink – Vice: Normélio Boettcher
1986 – 1990 – Arno João Frantz – Vice: Telmo Kirst
1990 – 1996 – Edmar Guilherme Hermany – Vice: Roque Dick
1996 – 2000 – Sérgio Ivan Moraes – Vice: Gastão Schmidt

Fonte: Telles, 1979, p.53.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

ANTUNES, Paranhos de. História de Rio Pardo. Rio Pardo 1933.

AREND, L. M. , et. al. Organizado por Harry Rodrigues Bellomo. Rio Grande do Sul: Aspectos da Geografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990, 4ª Ed. 1977.

AVÉ – LALLEMANT, Robert. Viagem pela Província do Rio Grande do Sul. (1858). Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BREMM, José Otávio. Diagnóstico Sócio-Econômico do Município de Santa Cruz do Sul. Monografia para Curso de Ciências Econômicas. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1997.

CUNHA, Jorge Luiz. Os Colonos Alemães de Santa Cruz do Sul e a Fumicultura. Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

ETGES, Virginia Elizabetha. Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo. Santa Cruz do Sul: livraria e editora da FISC, 1991.

FONTOURA, J. Waldemar. Guia do Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 1956.

FONTOURA, Sandra Regina Haas da. A Cultura no Desenvolvimento do Turismo em Santa Cruz do Sul. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul:UNISC, 1999.

- GODINHO, Rute E.; MONTALI, Lilia e CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Estudos da População VI - Santa Cruz do Sul. São Paulo:CEBRAP, 1980.
- GOITIA, Fernando Chueca. Breve História do Urbanismo. Lisboa: Editorial Presença LDA, 1982.
- HAROUEL, Jean Luis . História do Urbanismo. Campinas: Papyrus, 1990.
- KIPPER, Maria Hoppe. Sociedade de Cavalaria entre os Imigrantes Alemães. Estudos Leopoldenses. Nº 6. São Leopoldo: UNISINOS, 1968.
- _____. A Campanha de Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937 /1945). Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.
- KLAFKE, Mauro. Invenção de Santa Cruz. Sinimbu:SINGRAM, 1999.
- KRAUSE, Silvana. Economia, Política e Religião em Santa Cruz do Sul na República Velha. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Rio Grande do Sul, 1991. 259 p. (Dissertação, mestrado em Ciência Política).
- LAYTANO, Dante de. Açorianos e Alemães no Desenvolvimento da Colonização e Agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre:Globo, 1948.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. A Pré-História do Oitavo. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 1986.
- LUDWIG, Alfredo. Centenário da Colonização de Santa Cruz do Sul (1849 - 1949). Santa Cruz do Sul, Manuscrito original do arquivo histórico do Colégio Mauá, 1949.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul: de Colônia a Freguesia (1849-1959). Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.
- _____. Recortes do Passado de Santa Cruz. Organizado e Atualizado por Olgario Paulo Vogt e Ana Carla Wünsch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- MENEZES, João Bittencourt de. Município de Santa Cruz. Santa Cruz do Sul, Editora Tipografia Lamberts e Riedi, 1914.
- MÜLLER, Doris Maria. Crescimento Urbano, um Instrumento de Análise Aplicada ao Vale do Taquari. Porto Alegre:UFRGS, 1976.
- RANDLE, Patrício H. Evolucion Urbanística. Buenos Aires:Eudeba, 1972.
- REZENDE, Marina de Quadros. Rio Pardo: Histórias, Revelações e Lendas. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1987.

- ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Editora Globo, 1969.
- SAINT – HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo. São Paulo:Hucitec, 1994.
- SILVEIRA, Rogério Lima da. A Produção da Periferia Urbana em Santa Cruz do Sul – RS: O Lugar dos Safristas na Terra do Fumo. Florianópolis: UFSC, 1997. (Dissertação de mestrado em geografia).
- SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo:Nacional, 1968.
- SOUZA, C. F., MÜLLER, D. Porto Alegre e sua Evolução Urbana. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997^A.
- TAVEIRA, Tomás. O Discurso da Cidade. Lisboa: 5. ed., 1974, p.14.
- TEICHMANN, Suzana Maria. A Interferência do Modelo de Desenvolvimento de Santa Cruz do Sul na Concepção do Turismo. Santa Cruz do Sul:UNISC, 1999. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Regional).
- TELLES, Leandro Silva. Heinz Von Ortemberg, Médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul:Ed. APESC, 1980.
- VOGT, Olgário Paulo. A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul. RS, 1849-1993. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- WEIBEL, Léo. Capítulos da Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- WEIMER, Günter. A arquitetura. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1992.
- _____. O Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

ARTIGOS

LANDO, A.M., BARROS, E.C. Capitalismo e Colonização: Os Alemães no Rio Grande do Sul. IN: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 9-46

_____. Nomes de Ruas e Praças da cidade. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 16 de fevereiro de 1988, p.3.

MARTIN, Hardy Elmiro. Iluminação Pública. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 7 dez. 1982^A, p.3.

_____. Como Surgiu a Hidráulica. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 9 nov. 1982^B, p.3.

_____. O Telefone em Santa Cruz do Sul (I). *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 5 jul. 1983, p.3.

_____. A 1^a. Casa Comercial de Santa Cruz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 27 dez. 1984, p.4.

_____. Iluminação Pública de Santa Cruz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 1^o. set. 1987, p.3.

_____. Primeira Sociedade em Santa Cruz: 1863. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 16 mar. 1988^A, p.3.

_____. Estação Ferroviária: Fatos Históricos. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 16 nov. 1988^B, p.3.

_____. Quartel para o 24^o. Batalhão de Infantaria. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 12 jul. 1988^C, p.3.

_____. Operetas em Santa Cruz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 14 de junho de 1989, p.3.

_____. Edificações em Santa Cruz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 7 de novembro de 1991, p.3.

_____. Francisco Cândido de Castro Menezes. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 1^o jul. 1992^A, p.3.

_____. Fatos Históricos. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 3 dez. 1992, p.3.

SOUZA, Célia Ferraz de. A Dicotomia Regional e as Formações Urbanas no Rio Grande do Sul. IN: Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação

do Território. Anais do IV Encontro do AMPUR. Salvador, maio, 1991, p. 277.

_____. Evolução Urbana. IN: Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre:Associação dos Geógrafos do Brasil, 1995, nº 20, p.116.

_____. Construindo o Espaço da Representação: ou o Urbanismo de Representação. IN: Imagens Urbanas. Porto Alegre:UFRGS, 1997^B.

TELLES, Leandro Silva. O Nascer de Santa Cruz do Sul. In: Centenário de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 1979, p. 8-37

VOGT, Olgário Paulo. Ascensão e Estagnação da Tranqueira Invicta. IN: Ágora, Santa Cruz do Sul, 1996, nº 1, Volume 2, p. 10-21.

WEIMER, Günter. Estruturas Sociais Gaúchas e Arquitetura. IN: Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre:Mercado Aberto, 1987, p.155-188.

RELATÓRIOS E DOCUMENTOS OFICIAIS

Arquivo Histórico de Rio Pardo (AHRP): Codice 54, ano 1859, p. 398. 1ª Escola na povoação .

_____ : Códice 57, ano 1862, p.434-435. Correspondência do Diretor da Colônia Carlos Schwerin a Câmara de Rio Pardo.

_____ : Códice 59, ano 1864, p.578. Solicitação de terrenos na povoação de Santa Cruz.

_____ : Caixa do ano de 1855. Planta de Santa Cruz em 1855.

Ata da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul. 12 de fevereiro de 1948. Santa Cruz do Sul, p. 149.

Mensagem Apresentada do Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul em 15 de outubro de 1922 pelo Intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz do Sul, p. 32.

Nações Unidas, 1996. Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento – PNUD.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Cruz do Sul. Lei 1664 de 29 de dezembro de 1977. Santa Cruz do Sul. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, 1977.

Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano de Santa Cruz do Sul.
Lei Complementar nº 06 de 26 de fevereiro de 1998. Prefeitura
Municipal de Santa Cruz do Sul, 1998.

CENSOS

Censos Demográficos, Rio Grande do Sul. IBGE, anos 1940, 1950, 1960,
1970, 1980 e 1990.

JORNAIS E REVISTAS

ÁGORA. Rio Pardo: Ascensão e Estagnação da Tranqueira Invicta. Santa
Cruz do Sul, 1996, nº 1, vol.2, p.10.

JORNAL KOLONIE. População de Vila da Santa Cruz. 25 de fevereiro de
1891, p. 4.

_____ . Relação de Estabelecimentos Fabris. 21 de maio de
1892, p.5.

_____ . Principais Indústrias da Vila. 1º de julho de 1895, p.8.

JORNAL GAZETA DE SANTA CRUZ. A Concessão dos Primeiros Terrenos
de Nossa Cidade. 30 de novembro de 1951, p. 3.

_____ . Inauguração da Nova Hidráulica. 18 de novembro de
1949, p. 10.

_____ . A Concessão dos Primeiros Terrenos de Nossa Cidade.
30 novembro de 1951, p.3.

_____ . A Vergonha de uma Cidade. 24 de junho de 1952, p.6.

_____ . A Divisão das Chácaras. 28 de novembro de 1952, p.11.

JORNAL GAZETA DO SUL. Safra de Fumo tem Nova Estimativa: 490 mil
toneladas. 31 de janeiro de 2000, p.1.